0 001

PORTARIA Nº 8.546 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Prefeito do Município de Capanema/PR, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º Nomeia-se a servidora ***Roselia Kriger Becker Pagani*** para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO(A) do Município de Capanema, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º Nomeia-se os servidores ***Fabiana Schulz Padilha***, ***Amanda Pereira de Andrade*** e ***Felipe Carvalho Romero*** para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o(a) Agente de Contratação e o(a) Pregoeiro(a) no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do(a) Agente de Contratação e do(a) Pregoeiro(a) a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, em 23 de novembro de 2023.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

06.002

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Ao(À) Sr.(a)
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

Pelo presente instrumento solicitamos a abertura do processo de contratação, sujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Solicitamos ao Departamento de Contratações Públicas que promova a instrução do processo, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022, realizando as diligências e os procedimentos necessários até a efetiva contratação.

Os seguintes documentos vão anexos a esta solicitação:
1 - Termo de Referência (TR);
2 – Orçamento;
3 – Contratos administrativos celebrados por outros entes da federação;
4 – Documentação da Empresa;

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 01 de março de 2024.

Respeitosamente,

Franconer Minte

Franconer Minte
Secretário Municipal de Aceleração Econômica e Inovação-SECON

08: 003

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) INTERESSADO E AGENTES PÚBLICOS

1.1. ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1. Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação

1.2. RESPONSÁVEL(IS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA

1.2.1. João Pedro Markus

2. DA MODALIDADE E DO FORMATO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1.1. Indica-se a Inexigibilidade de Licitação.

2.2. DO FORMATO DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.2.1. Não se aplica.

3. RESUMO DO OBJETO

3.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quant.	Unidade	Preço máximo (R$)	Preço máximo total (R$)
1		**Montador de Móveis.** Conteúdo Formativo: Ferramentas manuais; Ferramentas elétricas; Acessórios de montagem; Preparação do local; Montagem Prática; Atendimento ao cliente.	1 turma de 20 alunos	UN	16.720,00	16.720,00
2		**Atendimento ao público**. Conteúdo Formativo: Atendimento ao cliente; Qualidade de atendimento ao público e atendimento telefônico, voltado ao atendimento de restaurantes; Cuidados pessoais com a aparência; Etiqueta à mesa; Comunicação adequada; Comportamento em locais públicos; Cuidados com o ambiente.	1 turma de 25 alunos	UN	5.220,00	5.220,00
3		**Acionamentos Industriais com Inversores de Frequência e CLP** Conteúdo Formativo: Motores Elétricos: Motores de indução trifásicos, Tipos de motores elétricos trifásicos, Principio de funcionamento	1 turma de 20 alunos	UN	11.340,00	11.340,00

		dos motores elétricos trifásicos; Conexões dos 20 40h Tipos de fechamento dos motores elétricos trifásicos; Conceituação sobre tensão de linha e tensão de fase; Definição de potência elétrica; Dispositivos elétricos aplicados aos comandos elétricos; Métodos aplicados para partidas de motores; Principio de funcionamento do inversor de frequência; Métodos de seleção para utilização dos inversores de frequência nas partidas de motores; Parâmetros básicos do inversor; Conceituação sobre entradas analógicas e digitais; Integração do CLP com inversor de frequência para controle de motores.				
4		**Comandos Eletropneumáticos e Eletrohidráulicos para Mecânicos** Conteúdo Formativo: COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: Desenho de esquemas pneumáticos e eletropneumáticos; Sequência de montagem de sistemas eletropneumáticos; Metodologias de desenvolvimento de sistemas automatizados intuitivo, cascata, passo a passo e tabela verdade. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: Desenho de esquemas hidráulicos e eletro hidráulicos; Sequência de montagem de sistemas eletro hidráulicos.	1 turma de 20 alunos	UN	10.520,00	10.520,00
5		**Eletricidade Predial** Conteúdo Formativo: Noções de Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso	1 turma de 20 alunos	UN	28.470,00	28.470,00

		Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição).				
6		**Soldador Qualificação** Conteúdo Formativo: METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal; Interpretação; Cotas e dimensionamentos; Esboço cotado; Escalas; Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição	1 turma de 12 alunos	UN	35.360,00	35.360,00
7		**Instalação e Manutenção de Sistema Fotovoltaicos.** Conteúdo Formativo: INTRODUÇÃO: energia solar - o que é; Aplicações; Viabilidade. CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: On grid (geração distribuída); Off grid (autônomos). EQUIPAMENTOS: Células fotovoltaicas; Conectores; Caixas de Junção; Sistema de fixação dos módulos; Baterias; Controladores	1 turma de 20 alunos	UN	5.304,00	5.304,00

		de carga: PWM e MPPT; Inversor autônomo; Inversor interativo. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS. PROJETO: Levantamento das cargas; Análise de consumo de conta de energia; Análise do projeto (diagrama unifilar); Planejamento; Execução da montagem – comissionamento; Testes finais; Checklist. MANUTENÇÃO: Preventiva; Corretiva. DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE CASOS REAIS.				
8		**Técnicas de Limpeza, Inspeção e Lubrificação de Máquinas e Equipamentos Industriais** Conteúdo Formativo: LOTO (Lockout e Tagout) - Sinalização e bloqueio de energias residuais; Uso de EPIs específicos para efetuar a limpeza e inspeção; Preenchimento de carta de anomalia; 5 Ks (locais perigosos, sujos, escuros, com mal cheiro e com atividades; Combate a fontes de sujeiras e contaminação em locais de difícil acesso; Leitura e interpretação dos pontos de lubrificação do equipamento; Riscos e consequências da falta e do excesso de lubrificantes; Prática/simulação de lubrificação de equipamentos com descarte adequado de lubrificantes usados	1 turma de 20 alunos	UN	3.536,00	3.536,00
	TOTAL R$					**116.470,00**

5. MODELO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Condições gerais:

5.1.1. Contratação de empresa para cursos de capacitação, com a finalidade de propiciar conhecimentos técnicos e práticos inerentes as seguintes atividades:

5.1.2. Montador de Móveis

5.1.3. Atendimento ao público

5.1.4. Acionamentos industriais com inversores de frequência e CLP

5.1.5. Comandos Eletropneumáticos e Eletro hidráulicos para Mecânicos

5.1.6. Eletricidade Predial

5.1.7. Soldador

5.1.8. Instalação e manutenção de sistema fotovoltaico

5.1.9. Técnicas de limpeza, inspeção e lubrificação de máquinas e equipamentos industriais.

5.2. Condições específicas:

5.2.1 Não há condições específicas.

5.2.2 No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6. OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S) NA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Obrigações gerais:

6.1.1. Aplicam-se as obrigações gerais da Contratada estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

6.2. Obrigações Específicas:

6.2.1. Não se aplica.

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Condições Gerais:

7.1.1. Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

7.2. Condições específicas:

7.2.1. Não há condições específicas para esta contratação.

7.2.2. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Franconer Minte,** servidor lotado no órgão requisitante/demandante.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Condições gerais:

8.1.1. Aplicam-se as condições gerais de recebimento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

8.2. Condições específicas:

8.2.1. Os serviços deverão ser prestados pela Contratada nos locais indicados pelo(a) Fiscal da Contratação ou pelo(a) Secretário(a) da Pasta.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Condições gerais:

9.1.1. Aplicam-se as condições gerais de pagamento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2. Condições específicas:

9.2.1. Não há condições específicas de pagamento para esta contratação.

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.

10.2. A dotação orçamentária específica será indicada no Parecer Contábil.

11. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. DA NECESSIDADE E DA ESCOLHA DO OBJETO

11.1.1 A contratação dos cursos de capacitação pela prefeitura municipal de Capanema, vem de encontro com as necessidades de promover e estimular a formação de mão de obra qualificada, para atendimento das demandas de empresas instaladas no município.

11.2. DO PREÇO

11.2.1 O preço é o praticado pela empresa para os referidos cursos, sendo também praticado com outros entes públicos, conforme demonstra os contratos em que seguem anexo a este termo de referência, Prefeitura Municipal de Palmas, Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Prefeitura Municipal de Honório Serpa.

11.3. DEMAIS JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

11.3.1 DO FUNDAMENTO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

A modalidade de licitação por Inexigibilidade possui amparo na LCM 14/2022, art. 98, inciso III, alínea f:

Art. 98. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

11.3.2 DA RAZÃO DE ESCOLHA DA(S) EMPRESA(S)

11.3.2.1 A contratada **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAM INDUSTRIAL – SENAI CNPJ: 03.776.284.0033/88** possui experiência no objeto sendo atestado por várias entidades, além de notória reputação.

11.3.2.2 Considerando a justificativa supramencionada, este órgão propõe aquisição, através de processo **Inexigibilidade de Licitação** do objeto deste Termo de Referência.

11.3.3 DA RAZÃO DAS EMPRESAS COTADAS

11.3.3.1 Não se aplica.

12. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Não se aplica.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO:

13.1. O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro) meses.

14. INFORMAÇÕES PARA AUXILIAR NA CONFECÇÃO DO EDITAL.

14.1. Não se aplica ao presente caso.

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

15.1. A nota fiscal deverá ser emitida e**m conformidade com os dados constantes nas requisições de empenho encaminhadas**, podendo ser em nome do Município de Capanema ou dos Fundos Municipais.

Município de Capanema - Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2024.

João Pedro Markus
Secretário Municipal de Aceleração Econômica e Inovação

Ciência do(a) Fiscal da Contratação em 22 / 02 / 2024*:*

Franconer Minte
Diretor de Departamento do Trabalhador
Fiscal do Contrato

0 6 010

Sistema Fiep

FIEP SESI SENAI IEL

TERMO DE ACEITE SERVIÇOS

CONDIÇÕES GERAIS

O presente Termo de Aceite prevê as condições gerais de prestação de serviços de Educação do *SENAI* no Paraná, CNPJ 03.776.284/0033-88 de acordo com as condições e requisitos abaixo:

PREFEITURA DE CAPANEMA

SERVIÇO	ALUNOS POR TURMA	CARGA HORÁRIA/TURMA	QUANTIDADES DE TURMAS	VALOR R$
APERFEIÇOAMENTO				
Montador de Móveis • **Conteúdo Formativo:** Ferramentas manuais; Ferramentas elétricas; Acessórios de montagem; Preparação do local; Montagem Prática; Atendimento ao cliente.	20	80h	1	R$16.720,00 (com material e espaço) 10.400,00 (material e espaço por conta do contratante)
Atendimento ao público. • **Conteúdo Formativo:** Atendimento ao cliente; Qualidade de atendimento ao público e atendimento telefônico, voltado ao atendimento de restaurantes; Cuidados pessoais com a aparência; Etiqueta à mesa; Comunicação adequada; Comportamento em locais públicos; Cuidados com o ambiente.	25	16h	1	R$5.220,00
Acionamentos Industriais com Inversores de Frequência e CLP • **Conteúdo Formativo:** Motores Elétricos : Motores de indução trifásicos, Tipos de motores elétricos trifásicos, Principio de funcionamento dos motores elétricos trifásicos; Conexões dos	20	40h	1	R$11.340,00

Sistema Fiep — FIEP SESI SENAI IEL

enrolamentos : Tipos de fechamento dos motores elétricos trifásicos; Conceituação sobre tensão de linha e tensão de fase; Definição de potência elétrica; Dispositivos elétricos aplicados aos comandos elétricos; Métodos aplicados para partidas de motores; Principio de funcionamento do inversor de frequência; Métodos de seleção para utilização dos inversores de frequência nas partidas de motores; Parâmetros básicos do inversor; Conceituação sobre entradas analógicas e digitais; Integração do CLP com inversor de frequência para controle de motores.				
Comandos Eletropneumáticos e Eletrohidráulicos para Mecânicos **Conteúdo Formativo:** COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: Desenho de esquemas pneumáticos e eletropneumáticos; Sequência de montagem de sistemas eletropneumáticos; Metodologias de desenvolvimento de sistemas automatizados intuitivo, cascata, passo a passo e tabela verdade. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: Desenho de esquemas hidráulicos e eletrohidráulicos; Sequência de montagem de sistemas eletrohidráulicos.	20	40h	1	R$10.520,00
Eletricidade Predial **Conteúdo Formativo:** Noções de Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções	20	160h	1	R$ 28.470,00

de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição);				
Soldador Qualificação **Conteúdo Formativo:** METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal; Interpretação; Cotas e dimensionamentos; Esboço cotado; Escalas; Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com	12	160h	1	R$ 35.360,00

ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição				
Instalação e Manutenção de Sistema Fotovotaicos. **Conteúdo Formativo:** INTRODUÇÃO: energia solar - o que é; Aplicações; Viabilidade. CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: On grid (geração distribuída); Off grid (autônomos). EQUIPAMENTOS: Células fotovoltaicas; Conectores; Caixas de Junção; Sistema de fixação dos módulos; Baterias; Controladores de carga: PWM e MPPT; Inversor autônomo; Inversor interativo. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS. PROJETO: Levantamento das cargas; Análise de consumo de conta de energia; Análise do projeto (diagrama unifilar); Planejamento; Execução da montagem – comissionamento; Testes finais; Checklist. MANUTENÇÃO: Preventiva; Corretiva. DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE CASOS REAIS.	20	24h	1	R$ 5.304,00
Técnicas de Limpeza, Inspeção e Lubrificação de Máquinas e Equipamentos Industriais **Conteúdo Formativo**: LOTO (Lockout e Tagout) - Sinalização e bloqueio de energias residuais; Uso de EPIs específicos para efetuar a limpeza e inspeção; Preenchimento de carta de anomalia; 5 Ks (locais perigosos, sujos, escuros, com mal cheiro e com atividades; Combate a fontes de sujeiras e contaminação em locais de difícil acesso; Leitura e	20	16h	1	R$3.536,00

Sistema Fiep — FIEP SESI SENAI IEL

interpretação dos pontos de lubrificação do equipamento; Riscos e consequências da falta e do excesso de lubrificantes; Prática/simulação de lubrificação de equipamentos com descarte adequado de lubrificantes usados.				

VALOR TOTAL	**R$ 116.470,00**

O Cliente declara, para todos os fins, que está regularmente representado, através de pessoa com poderes para assumir as obrigações ora pactuadas.

Se qualquer das condições indicadas, especificadas e aceitas no ato da transação sofre alteração, o Senai PR se reserva no direito de rever as condições inicialmente apresentadas, mediante avaliação e envio de proposta específica.

Atenciosamente,

_____

Juliani Agnes

Gerente Unidade SENAI, SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA

Autorizo a prestação dos serviços, conforme proposta apresentada.

_____

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa

DADOS CADASTRAIS DA CONTRATANTE:

08.015

Sistema Fiep

FIEP SESI SENAI IEL

Razão Social: MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Endereço completo: AV PARIGOT DE SOUZA, 1080, CENTRO

Cidade: Capanema CEP: 85760-000

CPF/CNPJ: 75.972.760/0001-60 Inscr. Estadual: ISENTO

Nome Representante Legal da Empresa:

Nome do contato na Empresa:

Forma de Pagamento: Boleto Bancário

Capanema, 05 de fevereiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

CONTRATO Nº 42/2023

Pelo presente instrumento que firma de um lado, **MUNICÍPIO DE PALMAS,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.161.181/0001-08, com sede em Palmas - PR, na Avenida Clevelândia, nº 521, representado legalmente neste ato pelo Senhor Prefeito Municipal em exercício, Bruno Goldoni, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 044.072.389-25, doravante designado CONTRATANTE, e de outro **CONTRATADA:SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 03.776.284/0034-69, com sede a** Rua Marechal Deodoro, s/n, São José, CEP 85.555-000 na cidade de Palmas – PR. Representado pela Sra. Juliani Aparecida Agnes, brasileira, inscrito no **CPF nº 995.508.570-34 e RG nº 7524124-0 SESP/PR.**, doravante designada CONTRATADA, estando às partes sujeitas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, ajustam o presente contrato em decorrência do **Processo de Licitação nº 15/2023, Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 03/2023** mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Contratação de empresa especializada na realização de cursos para qualificação profissional, através de uma parceria entre a Prefeitura e o Sistema FIEP (SESI/SENAI), o desenvolvimento de programas de educação profissional.

Item	Curso	Turmas	Alunos	Total Alunos	Investimento
01	Aperfeiçoamento em Confeitaria (Unidade Móvel) Teoria sobre confeitaria; Preparo de pães e de Massa para Tortas Doces e Salgados; Preparo de Bolos Simples; Preparo de Massas Quebradiças; Preparo de Massas Aeradas; Preparo de Bolos Recheados e Decorados; Preparo de Recheios.	2	20	40	R$ 39.936,00
02	Boas práticas de instalação e manutenção de Câmaras Frias (Unidade Móvel) Fundamentos de Refrigeração Comercial: grandezas e propriedades físicas e instrumentos de medição; Ciclos de Refrigeração e seus Componentes: Refrigeração por Compressão de Vapor; Compressores; Condensadores; Dispositivos de Expansão; Evaporadores; Fluidos Refrigerantes; Classificação e Identificação dos Fluidos Refrigerantes; Segurança no Manuseio de Fluidos Refrigerantes; Lubrificantes de Sistemas de Refrigeração; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante; Fundamentos da Eletricidade Básica: Estrutura Atômica; Carga Elétrica; Campo Elétrico; Tensão Elétrica; Corrente Elétrica; Resistência Elétrica; Potência Elétrica; Energia; Lei de Ohm, Instrumentos de Medidas; Sistemas de Refrigeração Comercial : Circuito Frigorífico e (Equipamentos de Climatização); Balcões Expositores; Ilhas de Congelados; Características Construtivas das Câmaras Frigoríficas Comerciais; Técnicas de Manutenção de equipamentos de refrigeração comercial.	2	16	32	R$ 13.312,00
03	Circuitos elétricos Automotivo (Unidade Móvel) Introdução a Elétrica Automotiva; Teoria Atômica; Grandezas Elétricas; 1ª e 2ª Lei de Ohm; 1ª Lei de Kirchhoff; Introdução a Baterias, Geradores Elétricos; Circuitos Elétricos; Tipos de Circuitos Elétricos; Montagem de Circuitos; Introdução a Rede Can; Multímetros e instrumentos de Medição de Eletricidade.	2	16	32	R$ 19.136,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

04	Curso de decoração de bolos e tortas (Unidade Móvel) Conhecimentos básicos de higiene e segurança alimentar (PAS) programa alimento seguro; Conhecimentos básicos de segurança no trabalho; escolha de matérias primas; Elaboração de massas para bolos e tortas; Elaboração de recheios; Elaboração de coberturas; Glaçagens; Decoração de bolos e suas técnicas; Técnica para sobreposição de bolos	4	20	80	R$33.280,00
05	Elaboração de Doces (Unidade Móvel) Elaboração de diversos tipos de saborização de brigadeiros. Elaboração de diferentes tipos de cremes e massas utilizados na montagem e recheio de tortas. Elaboração de diversos tipos de cremes e caldas com cores e texturas diferentes utilizadas na preparação de massas e doces finos. Técnicas de manipulação do chocolate, temperagem e recheio de bombons.	4	20	80	R$ 16.640,00
06	Elaboração de Salgados (Unidade Móvel) Higiene aplicada a manipuladores de alimentos; Balanceamento e cálculo de encomendas e rendimento; Funcionamento e utilização de máquinas, equipamentos e utensílios; Ingredientes utilizados no preparo de salgados; Planejamento; Tipos e preparo de massas; Tipos e preparo de recheios; Montagem e formas de apresentação de salgados; Conservação, armazenamento e prazo de validade.	2	20	40	R$ 8.320,00
07	Elaboração de tortas doces e salgadas (Unidade Móvel) Prática: Cheesecake com molho de azeitonas; Cheesecake de queijo e salaminho; Cheesecake de queijo gorgonzola; Massa flora; Quiche de palmito; Quiche mexicana; Quiche de cebola e bacon; Torta hambúrguer; Massas para empadão; Empadão de palmito e de frango; Torta festiva; Torta com molho branco e bolonhesa; Bauru de forno; Torta de palmito. Recheios, caldas e coberturas	4	20	80	R$16.640,00
08	Eletricidade Industrial (Unidade Móvel) Noções de segurança em eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 10. Eletricidade Geral: Fundamentos de eletrostática e eletrodinâmica; Grandezas Elétricas; Lei de Ohm; Geração, transmissão e distribuição de energia; Comandos Elétricos: Quadros de comando e acessórios para instalação de acionamentos elétricos industriais; Simbologia e diagramas de comandos elétricos; Motores elétricos assíncronos de indução trifásicos; Ligação de motor trifásico 220/380 V; Dispositivos de manobra, sinalização e proteção de sistemas elétricos industriais; Sensores industriais; Montagem de quadro de comando para sistemas de partida de motores de indução trifásicos; Partida direta, partida estrela triângulo, partida cascata, partida de motor através de interruptor automático (programador horário); Soft starter; Inversor de frequência; Dimensionamento de componentes para acionamentos de motores. Diagnóstico de falhas e defeitos em sistemas elétricos industriais.	1	20	20	R$19.968,00
09	Eletricidade Predial (Unidade Móvel) Noções de Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição);	1	20	20	R$19.968,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

0	Eletricidade Residencial (Unidade Móvel) Teoria eletrônica; Fontes de eletricidade; Corrente elétrica; Circuito elétrico; Resistência elétrica; Associação de resistores em série, em paralelo e mista; Tensão elétrica; Potência elétrica; Lei de Ohm; Primeira e segunda leis de Kirchoff; Magnetismo; Eletromagnetismo; Projeto de instalações elétricas; Planejamento; Orçamento; Segurança do trabalho; Meio ambiente; Qualidade; Ligação a terra (aterramento); Fatores que influenciam no dimensionamento; Proteção das instalações elétricas; Circuito alimentador e de distribuição; Corrente alternada; Emenda de condutores; Instrumentos de medição; Leitura e interpretação de diagramas; Sistemas de iluminação; Técnicas de inspeção de sistemas de redes elétricas; Instalação de quadro; Materiais, ferramentas, equipamentos, instrumentos.	2	20	40	R$19.968,00
11	Eletrônica Aplicada a Manutenção de Aparelhos (Unidade Móvel) Noções de Eletricidade Básica. Grandezas elétricas. Fazer medições com os aparelhos de medição: voltímetro, amperímetro, ohmímetro. Equipamentos utilizados para retrabalho. Tipos de solda: PTH, SMD, BGA. Análise de defeitos e reparos em placas eletrônicas. Interpretação de esquemas eletrônicos. Principais defeitos, causas e procedimentos de reparos. Conceitos sobre eletrônica analógica e digital. Montagem dos componentes eletrônicos no protoboard. Como utilizar aparelhos de testes, multímetros e osciloscópios. Técnicas de soldagem PTH e SMD.	2	20	40	R$19.968,00
12	Fabricação de Bolos e Pães Naturais e Integrais (Unidade Móvel) Fundamentos para preparo de massas naturais e integrais e Programa alimentos seguros (PAS); Preparo de Recheios; Preparo de Pães; Preparo de Bolos	2	20	40	R$ 8.320,00
13	Ferramentas de Produtividade Industrial (Unidade Móvel) História e características dos sistemas produtivos Ford, Taylor, Toyota, Volvo; Produção empurrada e puxada; Documentação de produto e processo: desenho técnico, folhas de processo e ordens de produção; Análise de produção puxada; Kanban; Controles estatísticos de processo e registros; Rastreabilidade e qualidade na produção; Conceitos de Lean Manufacturing e World Class Manufacturing.	3	16	48	R$19.968,00
14	Fundamentos de Hidráulica Industrial (Unidade Móvel Propriedades físicas do Óleo; Grandezas físicas e cálculos aplicados à sistemas fluido-mecânicos; Unidade hidráulica e seus elementos; A importância da filtragem na hidráulica; Elementos e sua simbologia: Atuadores Hidráulicos, Válvulas direcionais, Tipos de acionamento, Válvulas para controle de pressão, Válvulas para controle de vazão, Válvulas de bloqueio; Circuitos básicos aplicados à Hidráulica;	1	16	16	R$6.656,00
15	Fundamentos de Inversores de Frequência (Unidade Móvel) Revisão de máquinas CA; Tipos de acionamentos e suas evoluções; Conceitos de controladores escalar e vetorial; Vantagens econômicas na operação de inversores; Tipos; construção e características técnicas: SCR; IGBT; GTO; inversores de 6 a 12 pulsos; PWM; Parametrização do inversor via painel frontal.	1	16	16	R$ 6.656,00
16	Gestão da Manutenção I (Unidade Móvel)Conceitos de manutenção; - Histórico da Manutenção; - Tipos de manutenção(corretiva; preventiva; preditiva; Manutenção Produtiva Total(TPM) - Terminologia dos principais conceitos abordados na manutenção; - Gestão de Ativos: ISO 55000; - Estrutura Organizacional da Manutenção; - Sistema de Gestão; - Controles; - Matriz de Criticidade (Classificação ABC);- Principais Documentos.- Indicadores de Manutenção;- Tempo Médio Entre Falhas;- Tempo Médio de Reparo;- Disponibilidade;- Custo de Manutenção por Faturamento;- Custo de Manutenção por Valor de Reposição;- Eficiência Global do Equipamento;-	2	16	32	R$ 13.312,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	Retrabalho;- Backlog;- Alocação de Homem-Hora em Ordem de Serviço.				
17	Gestão da Manutenção II (Unidade Móvel)Conceitos de manutenção; - Histórico da Manutenção; - Tipos de manutenção(corretiva; preventiva; preditiva; Manutenção Produtiva Total(TPM) - Terminologia dos principais conceitos abordados na manutençã; - Gestão de Ativos: ISO 55000; - Estrutura Organizacional da Manutenção; - Sistema de Gestão; - Controles; - Matriz de Criticidade (Classificação ABC);- Principais Documentos.- Indicadores de Manutenção;- Tempo Médio Entre Falhas;- Tempo Médio de Reparo;- Disponibilidade;- Custo de Manutenção por Faturamento;- Custo de Manutenção por Valor de Reposição;- Eficiência Global do Equipamento;- Retrabalho;- Backlog;- Alocação de Homem-Hora em Ordem de Serviço.	3	16	48	R$ 19.968,00
18	Pacote Office 2021 (Unidade Móvel)Nivelamento; Windows - Organizando pastas arquivos e Práticas de digitação; Excel - Criação de Planilhas, Formatação e Edição de células; Excel - Visualização, Inserção de dados e texto para colunas; Excel - Margem e espaçamento, extensão, estilos e layout de página; Excel - Utilizando filtros e métodos de ordenação; Excel - Propriedades de células e iniciação de fórmulas; Word - Criação e edição de textos; E-mail - Utilizando e-mails, conceitos e melhores práticas.	2	20	40	R$ 19.968,00
19	Instalação de Aparelhos de Ar-Condicionado (Unidade Móvel) Conceitos de Refrigeração: Conforto Térmico; Medições e Sistemas de Unidade; Normalização para Sistemas de Refrigeração; Temperatura; Transformação de Estados Físicos; Unidades de Medida e Temperatura; Instrumentos de Medição de temperatura; Calor; Unidades de Medida de Calor e Potência Térmica; Pressão; Instrumento de Medição de Pressão; Vácuo; Temperatura e Pressão de Saturação. Ciclos de Refrigeração e seus Componentes: Refrigeração por Compressão de Vapor; Compressores; Condensadores; Dispositivos de Expansão; Evaporadores; Fluidos Refrigerantes; Classificação e Identificação dos Fluidos Refrigerantes;	1	16	16	R$ 9.984,00
20	Instalação e Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado (Unidade Móvel)Conceitos Básicos em Refrigeração: Conforto Térmico; Medições e Sistemas de Unidade; Normalização para Sistemas de Refrigeração; Temperatura; Transformação de Estados Físicos; Unidades de Medida e Temperatura; Instrumentos de Medição de temperatura; Calor; Unidades de Medida de Calor e Potência Térmica; Pressão; Instrumento de Medição de Pressão; Vácuo; Temperatura e Pressão de Saturação; Ciclos de Refrigeração e seus Componentes: Refrigeração por Compressão de Vapor; Compressores; Condensadores; Dispositivos de Expansão; Evaporadores; Fluidos Refrigerantes; Classificação e Identificação dos Fluidos Refrigerantes; Segurança no Manuseio de Fluidos Refrigerantes; Lubrificantes de Sistemas de Refrigeração; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante; Fundamentos da Eletricidade Básica: Estrutura Atômica; Carga Elétrica; Campo Elétrico; Tensão Elétrica; Corrente Elétrica; Resistência Elétrica; Potência Elétrica; Energia; Lei de Ohm, Instrumentos de Medidas	2	16	32	R$ 39.936,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

21	Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado (Unidade Móvel) Segurança no Manuseio de Fluidos Refrigerantes; Lubrificantes de Sistemas de Refrigeração; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante. Fundamentos da Eletricidade Básica: Estrutura Atômica; Carga Elétrica; Campo Elétrico; Tensão Elétrica; Corrente Elétrica; Resistência Elétrica; Potência Elétrica; Energia; Lei de Ohm; Instrumentos de Medidas.	1	16	16	R$ 9.984,00
22	Mecânica Automotiva (Unidade Móvel)Metrologia aplicada a mecânica automotiva: S.I. de medidas; Unidades de medidas aplicada na mecânica automotiva; Instrumentos de medição aplicados a manutenção automotiva: Paquímetro, Micrometro, relógio comparador e comparador interno; Ferramentas de precisão: Taquímetro, ferramenta de torque angular, calibre de lâminas. Sistema de suspensão, direção e freio: Definição do sistema de suspensão; Tipos de sistemas de suspensão; Características de sistemas de suspensão; Definição do sistema de direção; Tipos de sistemas de direção; Características de sistemas de direção; Definição do sistema de freios; Tipos de sistemas de freios; Características de sistemas de freios. Motor de combustão interna: Definição de motores de combustão interna; Tipos de motores de combustão interna; Componentes do motor de combustão interna; Ciclo de funcionamento do motor; Sistema de lubrificação; Sistema de alimentação (ar e combustível) e Sistema de arrefecimento	2	16	32	R$ 39.936,00
23	Mecânica de Motos (Unidade Móvel)Controle dimensional aplicado a motocicletas (metrologia); Sistemas mecânicos de motocicleta; Suspensão, direção e freios da motocicleta; Fundamentos de eletricidade; Sistemas elétricos de motocicleta; Sistema de injeção e ignição de motocicleta; Motor: Manual de reparações; Utilização; Procedimentos de inspeção; Desmontagem e montagem; Teste e manutenção; Cabeçote; Cilindro; Pistão/anéis; Árvore de manivelas; Embreagem; Transmissão primária; Sincronismo; Lubrificação; Ciclo de funcionamento. Ferramentas e equipamentos: Tipos; Características; Aplicações; Manutenção; Limpeza e Conservação.	2	16	32	R$ 39.936,00
24	Mecânico de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Leves (Unidade Móvel) Introdução aos sistemas; Tecnologias e sistemas hidráulicos; elétrica básica; Sistemas de freio a disco; Sistema de freio a tambor; Sistema de freio misto; Suspensão Mcpherson Suspensão independente (multilink); Suspensão dependente; Sistema de direção mecânica; Sistema de direção hidráulica; Sistema de direção eletro-hidráulica; Sistema de direção elétrica	2	16	32	R$24.960,00
25	Operador de Torno e Centro de Usinagem CNC (Unidade Móvel)Princípios de funcionamento de máquinas CNC; Comando numérico computadorizado; Pontos de referência da máquina CNC; Sistema de coordenadas cartesianas; Compensação de raio da ferramenta; Corretores de ferramentas; Seleção do plano de trabalho; Estrutura de programação CNC; Funções miscelâneas; Funções auxiliares; Funções preparatórias; Funções de interpolação; Ciclos de programação; Edição de programas; Simulação gráfica de programas; Teste de programas; Execução de programas; Zeramento da peça; Preset das ferramentas; Torneamento de castanhas; Exercícios de usinagem em torno CNC; Exercícios de usinagem em centro de usinagem.	2	16	32	R$39.936,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

6	Manutenção Produtiva Total – TPM (Unidade Móvel)Apresentação dos oito pilares da TPM (Manutenção Produtiva Total): Manutenção preventiva: detecção/correção de anomalias, hábito e cultura de conservação, inspeção diária, lubrificação, limpeza e simples reparos; Etapas de implementação: 07 passos da Manutenção Autônoma (2º pilar); Detectar as fontes de contaminação e sujeira; Preenchimentos de cartões azuis e vermelhos; Exemplos de controle visual; Prevenção de acidentes; Elaboração de padrões provisórios de limpeza, inspeção e lubrificação; Inspeção de máquinas e equipamentos; Instrução para realização de pequenos reparos; Atividades complementares de manutenção autônoma com abertura e fechamento de cartões azul e vermelho.	2	16	32	R$13.312,00
27	Programação de CLP (Unidade Móvel) O CLP, suas aplicações e sua evolução histórica; Eletricidade básica para utilização do CLP; Sistemas analógicos e digitais; Álgebra de Boole e Portas Lógicas; Fundamentos básicos de redes industriais; Estrutura física do CLP; Princípio de funcionamento do CLP; Módulos de Entrada e Saída Digitais, Analógicos e especiais; Ciclo de varredura; Programação de CLP: Comandos básicos nas Linguagens de Programação padronizadas pela norma IEC 61131-3, Lógica de programação para CLP e Intertravamentos (conforme linguagem de programação utilizada); Ferramentas de teste e depuração; Conexão de elementos às entradas e saídas do CLP – proteção contra curtos e sobrecargas; Acionamentos elétricos e eletropneumáticos comandados por CLP; Monitoramento on-line de programas;	1	16	16	R$13.312,00
28	Sistemas de ignição Automotivo (Unidade Móvel) Fundamentos da eletricidade; Grandezas elétricas; Instrumentos de medição e equipamentos elétricos: Tipos Características Funções Aplicações Multímetro; Testes diagnóstico e substituição bobinas de ignição; Testes diagnóstico e substituição de velas de ignição; Testes diagnóstico e substituição de cabos de vela. Testes diagnóstico e substituição de distribuidor (platinado, indutivo, efeito hall) Teste diagnóstico e substituição módulos de ignição; Testes diagnóstico e substituição em sistemas de ignição em veículos com injeção eletrônica	1	16	16	R$6.656,00
29	Soldador Qualificação (Unidade Palmas) METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal; Interpretação; Cotas e dimensionamentos; Esboço cotado; Escalas; Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição plana. MIG/MAG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Tipo de transferência de metal de adição; Defeitos no cordão de solda; Regulagem do equipamento; Prática de oficina - soldar barras de aço em posição plana e em ângulo; Noções sobre soldagem do aço inoxidável e alumínio. Eletrodo revestido - Tecnologia de soldagem (teoria); Segurança na soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - deposições de cordões; soldar barras de aço de topo com ou sem chanfro em posição plana; soldar barras de aço de topo em posição horizontal; Soldar barras de aço de topo e em ângulo posição vertical e posição sobre cabeça. Oxiacetilênico - Tecnologia de soldagem (teoria); Segurança na soldagem; Prática de oficina - soldar chapas de aço de	1	12	12	R$32.432,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	topo com ou sem adição de material em posição plana, horizontal, vertical; soldar chapas de aço em ângulo; Soldagem por brasagem; executar oxicorte. GESTÃO INDUSTRIAL (16h): Saúde e segurança no trabalho; Relações interpessoais; Educação ambiental; Qualidade e produtividade; Relações de trabalho e mercado de trabalho.				
30	Soldagem Eletrodo Revestido, MIG-MAG e TIG (Unidade Móvel) Histórico da soldagem; Cabeçote de alimentação; pistola de soldagem; manômetros; mangueiras; Eletrotécnica básica: Correntes de soldagem, polaridades; Regulagem da intensidade de corrente; Regulagem da pressão dos gases; Gases de proteção; Tecnologia na soldagem; Tipos de eletrodos revestidos(generalidades) classificação e especificação dos eletrodos revestidos, Segurança na soldagem; Defeitos causas e soluções; Simbologia de soldagem; Terminologia da soldagem; Prática do "5S"; Prática de soldagem; Regulagem do equipamento (Amperagem/Voltagem, Regulagem da pressão dos gases etc.); manutenção do equipamento; soldar barras de aço em posição plana; Soldagem em junta em ângulo "T" nas posições, 2F e 3F.	2	20	40	R$59.712,00
1	Técnicas básicas de costura industrial (Unidade Móvel) Sequência operacional e ficha técnica do produto; Tipos de maquinas de costura industrial; Tipos de equipamentos e acessórios para processo de produção conforme seguimento de moda e uso de tecidos; Tipos de aviamentos aplicados na indústria do vestuário; Técnicas de uso e manutenção de maquinas de costuras Industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca da agulha da máquina; Regulagem da pressão do calcador, tensão dos fios e linhas, ajuste de pontos, solução das principais causas de defeitos na qualidade da costura; Tipos de agulhas e fios para máquina de costura e suas aplicações; Manutenção Preditiva e Preventiva da máquina de costura Industrial; Instalação e utilização de acessórios para acabamento na execução de peças. Exercícios: costuras retas, curvas, circulares, arremates, pespontos, alinhamento de piques e união de curva na máquina Reta; Costuras retas, curvas, circulares, tubulares, cantos e arremates na máquina Overloque; barras e pespontos de elástico na máquina. Métodos de preparação: aplicação de vivo, viés e debrum; aplicação de entretelas, costura de bainhas, aplicação de cós, costuras de reforço, colocação de golas, colarinhos, bolsos, punhos, carcelas, zíperes. Montagem: Montar peças do vestuário analisando as formas de distribuição para costura de peças de acordo com o tipo de tecido, sequência operacional, observando distribuição e tipos de máquinas utilizadas, orientando-se pelo sistema de apoio a costureira. Acabamento: Sistemas de Passadoria, Revisão, limpeza.	1	20	20	R$19.968,00
32	Técnicas Costura Industrial com Ênfase em Uniformes Profissionais. (Unidade Móvel) Sequência operacional e ficha técnica do produto; Tipos de maquinas de costura industrial; Tipos de equipamentos e acessórios para processo de produção conforme seguimento de moda e uso de tecidos; Tipos de aviamentos aplicados na indústria do vestuário; Técnicas de uso e manutenção de maquinas de costuras industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca da agulha da máquina; Regulagem da pressão do calcador, tensão dos fios e linhas,	1	20	20	R$19.968,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	ajuste de pontos, solução das principais causas de defeitos na qualidade da costura; Tipos de agulhas e fios para máquina de costura e suas aplicações; Manutenção preditiva e preventiva da máquina de costura industrial; Instalação e utilização de acessórios para acabamento na execução de peças; Exercícios: costuras retas, curvas, circulares, arremates, pespontos, alinhamento de piques e união de curva na máquina reta; Costuras retas, curvas, circulares, tubulares, cantos e arremates na máquina Overloque; Barras e pespontos de elástico na máquina; Métodos de preparação: aplicação de vivo, viés e debrum; Aplicação de entretelas, costura de bainhas, aplicação de cós, costuras de reforço, colocação de golas, colarinhos, bolsos, punhos, carcelas, zíperes; Montagem: montar peças do vestuário analisando as formas de distribuição para costura de acordo com o tipo de tecido, sequência operacional, observando distribuição e tipos de máquinas utilizadas, orientando-se pelo sistema de apoio a costureira, calças em brim leve modelo cargo com elástico, modelo social, camisetas modelo polo; Acabamento: sistemas de passadoria, revisão, limpeza.				
33	Técnicas de confecção de Lingerie (Unidade Móvel) Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca de agulha: determinação do uso de cada agulha, para cada máquina, para cada tecido; Técnicas de uso e tipos de máquinas de costura industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Controle de velocidade da máquina de costura; Leitura e interpretação de ficha técnica; Sequência operacional da peça; Qualidade e produtividade; Tipos de aviamentos aplicados ao vestuário em lingerie; Conhecimento de aparelhos calcadores e guias que possam agilizar a produção com qualidade. Montagem de calcinha e sutiã.	2	20	40	R$26.624,00
34	Técnicas de Confecção Roupas Pets (Unidade Móvel) Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca de agulha: determinação do uso de cada agulha, para cada máquina, para cada tecido; Técnicas de uso e tipos de máquinas de costura industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Controle de velocidade da máquina de costura; Leitura e interpretação de ficha técnica; Sequência operacional da peça; Qualidade e produtividade; Tipos de aviamentos aplicados ao vestuário; Conhecimento de aparelhos calcadores e guias que possam agilizar a produção com qualidade; Montar : colete, Saia sarja, vestido, blusa, macacão, bandana e arranjo para cabeça.	2	20	40	R$13.312,00
35	Técnicas de Manutenção (Unidade Móvel) Manutenção; Diagnóstico de defeitos e falhas em sistemas eletroeletrônicos; Validação da manutenção em sistemas eletroeletrônicos; Instrumentos; Normas e procedimentos técnicos; Normas e procedimentos ambientais; de saúde e segurança no trabalho relacionados à manutenção de sistemas eletroeletrônicos.	2	16	32	R$13.312,00
36	Técnicas de Panificação Básica (Unidade Móvel) Os principais ingredientes da panificação; Aditivos para panificação; Higiene e profissionalismo; Cálculos de balanceamento; Preparo de massas fermentadas; Receitas: pão de massa semi-doce; Receitas: pão de massa doce; Receitas: pão de massa salgada; Receitas: pães de mestre; Receitas: recheios e coberturas.	2	20	40	R$8.320,00
37	Técnicas de Panificação e confeitaria (Unidade Móvel) Teoria sobre Panificação e Confeitaria; Preparo de Receitas de Pães e Bolos e Tortas especiais.	4	20	80	R$16.640,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

38	Técnicas de Soldagem MIG/MAG iniciantes (Unidade Móvel) Histórico da soldagem; Cabeçote de alimentação; pistola de soldagem; manômetros; mangueiras; Eletrotécnica básica: Correntes de soldagem, polaridades; Regulagem da intensidade de corrente; Regulagem da pressão dos gases; Gases de proteção; Tecnologia na soldagem; Tipos de eletrodos revestidos(generalidades) classificação e especificação dos eletrodos revestidos, Segurança na soldagem; Defeitos causas e soluções; Simbologia de soldagem; Terminologia da soldagem; Prática do "5S"; Prática de soldagem; Regulagem do equipamento (Amperagem/Voltagem, Regulagem da pressão dos gases etc.); manutenção do equipamento; soldar barras de aço em posição plana; Soldagem em junta em ângulo "T" nas posições, 2F e 3F.	2	20	40	R$29.856,00
39	Técnicas em chocolate (Unidade Móvel) Conhecimentos básicos de higiene e segurança alimentar (PAS) programa alimento seguro; Conhecimentos básicos de segurança no trabalho; escolha de matérias primas; Elaboração de massas para bolos e tortas; Elaboração de recheios; Elaboração de coberturas; Glaçagens; Decoração de bolos e suas técnicas; Técnica para sobreposição de bolos.	4	20	80	R$33.280,00
40	TÉCNICAS EM DESENVOLVIMENTO WEB (FRONT- END) – HTML + CSS (Unidade Móvel) Desenvolvimento Frontend HTML5 CSS e Javascript: Introdução geral ao curso; História da computação e internet; Servidores Web; Introdução à linguagem de marcação HTML5; Construções de páginas WEB utilizando HTML5; Recursos e tags HTML5; Construções de formulários; Introdução à CSS; Desenvolvimento de um site.	3	20	60	R$19.968,00
41	Técnicas em fabricação de Pizza (Unidade Móvel) Boas Práticas de Fabricação. Fabricação de Massas e métodos de Fermentação de massas; Conhecimento a matérias-primas e ingredientes, seus fluxos, métodos e processos, os tipos de massa e suas formulações e receitas mais tradicionais. Elaboração e Montagem. Recheios tradicionais. Processo de Forneamento. Matemática Aplicada na Fabricação de Pizzas.	4	20	80	R$ 16.640,00
42	Tecnologia e elétrica automotiva (Unidade Móvel) Introdução a Elétrica Automotiva; Teoria Atômica; Grandezas Elétricas; 1ª e 2ª Lei de Ohm; 1ª Lei de Kirchhoff; Baterias, Geradores, Acumuladores e Transformador Elétrico; Circuitos Elétricos; Tipos de Circuitos Elétricos; Montagem de Circuitos; Introdução a Rede Can; Funcionamento dos Motores de Ciclo Otto; Tipos de Sistema de Ignição; Velas de Ignição; Cabos de velas; Bobinas de ignição; Introdução a Injeção Eletrônica96	1	16	16	96
43	Técnicas de Panificação e Confeitaria (Unidade Móvel) Conhecendo os materiais; Ingredientes; Equipamentos; Higiene; Técnica de manipulação dos alimentos; Pão caseiro; Pão caseirinho; Pão manteiga; Pão Petrópolis; Cuca Doce; Cueca virada; Nozinho; Sonho; Minissonho; Rosca doce; Rosca estrela; Bisnaguinha doce. Elaboração de bolos, tortas, decoração de bolos diferenciados.	4	20	80	R$66.560,00
44	Torneiro Mecânico I (Unidade Palmas) de Tecnologia Mecânica (80h); Fundamentos dos Processos de Fabricação Mecânica (60h); Fundamentos da Comunicação Oral e Escrita (20h); Processos de Torneamento Convencional (160h).	1	12	12	R$ 39.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

O preço ajustado para aquisição do objeto da licitação e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de **R$ 996.246,00 (novecentos e noventa e seis mil e duzentos e quarenta e seis reais)**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE VALORES
O valor pactuado entre as partes para o fornecimento do objeto da licitação, somente será reajustado (a maior ou a menor), se comprovado as hipóteses descritas abaixo:

432	20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.47.00	APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
431	20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.39.00	APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
61	12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia
61	12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
61	12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços

PARAGRAFO PRIMEIRO – Visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e observada periodicidade mínima de 01 (um) ano entre a data da proposta e o primeiro reajuste, ou entre dois reajustes sucessivos, o valor do contrato será reajustado para mais ou para menos com base na seguinte fórmula prevista no art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994:

I – Io
R = V _____, onde:
Io
R = valor do reajuste procurado;
V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;
Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data da proposta da contratada ou do último reajuste concedido; I = índice relativo à data do reajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O reajuste será feito com base no índice do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 (doze) meses ou outro que legalmente lhe venha a substituir, e na falta deste, em caráter excepcional, será admitida a adoção de índices gerais de preços.

CLAUSULA QUARTA – DA METODOLOGIA
PARAGRAFO PRIMEIRO – A licitante deverá disponibilizar a quantidade de vagas descritas na apresentação da proposta.

PARAGRAFO SEGUNDO – A contratada deverá prestar serviços de acordo com o exigido no termo de referência, proposta e minuta do contrato, mediante recebimento de Solicitação de Fornecimento.

PARAGRAFO TERCEIRO – As atividades e o número de participantes, serão de acordo com a oficina, período e horário estabelecidos pelo SENAI em concordância com a Secretaria solicitante.

PARAGRAFO QUARTO – Os serviços serão realizados em espaço físico adequado, determinado pela CONTRATANTE, após análise dos Técnicos do Sistema FIEP em conjunto com Técnicos da Prefeitura Municipal de Palmas.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

PARAGRAFO QUINTO – Os serviços deverão estar disponíveis em até 15 (quinze) dias após a solicitação da data que será feita através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

PARAGRAFO SEXTO – O não cumprimento do disposto no PARAGRAFO SEGUNDO do presente contrato acarretará a anulação da Solicitação de Fornecimento ou o empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no Contrato, Edital ou Termo de Referência.

PARAGRAFO SÉTIMO – A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
Os cursos serão ofertados conforme as descrições do Edital, Contrato, Termo de Referência e Proposta anexos ao processo.

Parágrafo único- A CONTRATADA fica obrigada a fornecer em cortesia, sem custos para a CONTRATANTE e de forma gratuita para os participantes, os cursos abaixo relacionados:

PROGRAMA – UNIDADE MÓVEL CONFEITARIA BÁSICA

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
CONFEITARIA BÁSICA	09	20	180	180 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SEMIPRESENCIAL)	15	30	450	2400 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
ASSISTENTE EM CONTABILIDADE (SEMIPRESENCIAL)	15	30	450	2400 horas	0,00

PROGRAMA – UNIDADE MÓVEL PACOTE OFFICE BÁSICO

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
PACOTE OFFICE BÁSICO	03	20	60	60 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS – PACOTE OFFICE UNIDADE

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PACOTE OFFICE UNIDADE (PRESENCIAL)	08	30	240	160 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS - SOLDADOR

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
SOLDADOR	01	18	18	160 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS – TORNEIRO MECÂNICO II

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
TORNEIRO MECÂNICO II	01	15	15	320 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS – APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO	01	20	20	80 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS – PINTURA DE OBRAS

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
PINTURA DE OBRAS	01	20	20	40 horas	0,00

UNIDADE SENAI PALMAS – ATUALIZAÇÃO PARA PEDREIROS

Curso	N. de Turmas	N. de Alunos por turma	Total de Alunos	Carga Horaria Total	Investimento Total
ATUALIZAÇÃO PARA PEDREIROS	01	20	20	40 horas	0,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação, por extrato do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme com o disposto na Lei nº 8.666/93.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MATRICULAS, FICHA CADASTRAL E DOCUMENTOS

a) As matriculas para preenchimento das vagas são realizadas por ordem de procura e a partir das turmas estarem completas, os nomes dos candidatos/estudantes que buscaram sua matricula e não obtiverem êxito devido ao preenchimento das vagas, ficarão em uma lista de espera e serão os primeiros a serem chamados na abertura de uma turma futura;

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

b) a contratante ficará responsável por encaminhar a ficha de cadastro e os documentos solicitados aos alunos no mínimo 3 (três) dias uteis antes do início do curso;
c) Os documentos solicitados incluem:
   - fotocópia do RG;
   - fotocopia do CPF;
   - fotocopia do comprovante de endereço atualizado;

CLAUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES
Os partícipes comprometem-se a observar todos os princípios constitucionais e infraconstitucionais, que fazem parte do ordenamento jurídico, assim como aqueles constantes na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compete a **CONTRATADA**:
a) Não subcontratar, ceder ou transferir qualquer parte do objeto licitatório, salvo se houver anuência previa e expressa do contratante (Art. 78, inc. VI da Lei nº 8.666/93);
b) Atender prontamente a quaisquer exigências da coordenação do evento, inerentes ao objeto do presente termo;
c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Emitir os certificados de conclusão aos participantes que obtiverem aproveitamento, conforme normas contidas no Regimento Interno das Unidades SENAI/PR;
e) Cumprir todas as orientações da contratante, para fiel desempenho das atividades especificadas;
f) Disponibilizar profissionais com capacitação técnica e metodológica para desenvolvimento das atividades;
g) Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas, instrumentos e materiais necessários a execução dos serviços a serem prestados;
h) Responsabilizar-se pela realização das matriculas, priorizando que os alunos inscritos sejam os moradores do município de Palmas – PR;
i) Arcar com ônus dos custeios de apólice de seguro contra danos de bens e imóveis;
j) Participar da avaliação conjunta dos participantes e do resultado, colocando no processo de análise crítica e contribuindo para identificação de oportunidades;
k) Credenciar, junto a contratante, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato;
l) Manter seus empregados, quando estiverem no espaço da contratante, identificados e sujeitos às normas disciplinares, porém sem qualquer vínculo empregatício com o contratante;
m) Exercer a fiscalização permanente sobre os serviços executados, objetivando manter elevado padrão de qualidade de serviços;
n) Comunicar à Administração da Secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento da obrigação e ainda substituir de imediato o profissional para realização do evento previsto;
o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
p) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, alimentação, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
q) Assumir todas as obrigações referentes aos seus funcionários e providenciar o recolhimento dos impostos, taxas, contribuições, encargos sociais e previdenciários que incidam sobre os serviços objeto do presente contrato, não implicando à contratante nenhum tipo de responsabilidade subsidiaria;
r) Responsabilizar-se pela integral prestação dos serviços, bem como obedecer à legislação trabalhista, previdência e demais normas aplicáveis à execução dos serviços contratados, assumindo o ônus decorrente de sua inobservância;
s) Identificar estratégias para a aplicação de instrumentos de avaliação, caso seja necessário;
t) Divulgar as ações advindas desta parceria na comunidade, destacando os resultados alcançados e as metas atingidas pelas entidades envolvidas;
u) Auxiliar na divulgação dos cursos objeto do presente instrumento;

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

v) A execução dos serviços poderá sofrer alterações de horários e periodicidade, mediante comunicação por escrito e concordância da CONTRATANTE;
w) Os serviços serão executados por professores capacitados e treinados, na forma da legislação vigente; O pessoal designado executará tarefas específicas ao objeto da contratação;
x) Responsabilizar-se pelo bom comportamento e pelos atos praticados por seu pessoal, nas dependências do local onde serão desempenhados os serviços, obrigando-se a substituir ou afastar, de imediato, qualquer empregado por motivo de má qualidade dos serviços ou por outra razão;
y) Refazer os serviços que apresentarem defeitos, falhas, deficiências ou divergências em relação ao especificado neste contrato;
z) A correção deverá ser efetuada a partir de notificação da CONTRATANTE e dentro dos prazos por esta determinados;
aa) Apresentar juntamente com a(s) fatura(s) cópias autenticadas das guias de recolhimento do ISS, INSS e FGTS relativas ao mês da respectiva prestação dos serviços, sob pena de retenção do pagamento até a satisfação integral desta obrigação;
bb) Fornecer e manter em perfeitas condições de uso os equipamentos, materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços;
cc) Junto à nota fiscal, a contratada deverá encaminhar cópia da autorização de fornecimento e certidões negativas de débitos: federal, estadual, municipal, de FGTS e trabalhista;
dd) Cumprir a legislação em vigor, mantendo a identificação de seus funcionários por meio de crachás, durante todo o tempo de execução dos serviços.
ee) Coordenar as atividades educacionais, responsabilizando-se, também, pela supervisão e orientação pedagógica e técnica do curso;
ff) Todas as despesas decorrentes da correção de defeitos, falhas ou deficiências correrão por conta exclusiva da CONTRATADA;
gg) A eventual substituição nos termos acima não implicará em qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, suportando a CONTRATADA qualquer encargo ou responsabilidades trabalhistas ou previdenciárias relativamente aos empregados substituídos ou afastados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete a **CONTRATANTE**:
d) Efetuar o pagamento correspondente aos serviços prestados conforme acordado e descrito no termo de referência;
e) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da empresa fornecedora às dependências das Secretarias participantes relacionada à execução do contrato, respeitada as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;
f) Divulgar as ações advindas desta parceria na comunidade, destacando os resultados alcançados e as metas atingidas pelas entidades envolvidas;
g) Disponibilizar espaço físico adequado (quando for o caso) para a instalação da Escola Móvel SENAI e das Unidades Móveis, adequando o terreno quanto ao nivelamento necessário para a instalação do projeto sendo necessário uma área de aproximadamente 500 m2, ou seja, um terreno com dimensões aproximadas de 20 metros de frente e 25 a 30 metros de fundo;
h) Realizar (quando for o caso) a instalação elétrica das Unidades Móveis e da Escola Móvel com demanda total de carga de aproximadamente 70KVA e 100ª;
i) Disponibilizar um eletricista para acompanhar a instalação das máquinas e equipamentos durante o procedimento de montagem da Escola Móvel (quando for o caso);
j) Apoiar e colaborar no controle de registro e documentos, atendendo as especificações dos procedimentos aplicáveis e vigentes, implantados pelo sistema de Gestão do SENAI-PR;
k) selecionar e encaminhar os alunos;
l) Participar da avaliação conjunta dos participantes e dos resultados, colocando no processo de análise crítica e contribuindo para identificação de oportunidades e melhoria;
m) Facilitar a supervisão e a fiscalização, permitindo que a contratada acompanhe in loco o desempenho dos serviços, além de fornecer, sempre que solicitadas, informações e todos os documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento;
n) Após a prestação dos serviços verificarem se o mesmo se encontra de maneira adequada ao disposto no termo de referência e contrato;
o) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta e termo de referência;

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

p) Emitir autorização de fornecimento, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado, e comunicar à empresa por meio de telefone ou e-mail da emissão da mesma;
q) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado; fazer reserva do serviço com devida antecedência, informando sempre que possível o nome das pessoas que utilizarão os serviços, a fim de que não ajam atendimentos de pessoas não autorizadas;
r) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;
s) Controlar e documentar as ocorrências havidas;
t) Notificar a empresa fornecedora, sobre imperfeiçoes, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;
u) Avisar com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis qualquer alteração nas datas e horários previstos para realização das atividades propostas;
v) Cumprir todas as prerrogativas constantes na descrição dos serviços.
w) Definir e obedecer, em comum acordo com o SENAI, as datas e horários para a realização dos encontros e os prazos definidos para o cumprimento das atividades definidas;
x) Fornecer recursos audiovisuais: projetor multimidia, TV, DVD e retroprojetor (quando necessário).

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os valores de cada módulo poderão ser parcelados através de boletos bancários em três parcelas iguais e com vencimentos de 30, 60 e 90 dias cada uma, após o término de cada curso.
O prazo para pagamento da primeira parcela será de até 30 (trinta) dias contados da data de entrega da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato. O pagamento da nota fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

As obrigações decorrentes deste contrato consubstanciar-se-ão no próprio contrato, que onerará(ão) a(s) dotação(ões) do orçamento vigente, nas quais existem recursos reservados para a despesa que o presente Processo originará neste exercício:

432 20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.47.00 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
431 20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.39.00 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
61 12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia
61 12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
61 12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento do valor devido para o fornecimento do objeto será realizado no prazo de no máximo 30 (trinta) dias contados da data da liquidação pelo Departamento de Contabilidade, após a apresentação da nota fiscal pela **CONTRATADA** e acompanhada de Certidão Negativa de INSS/FEDERAL, Estadual, Trabalhista, FGTS e Certidão Tributo Municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será efetuado diretamente à **CONTRATADA** ou representante legal, previamente credenciado perante a Administração Pública, através de depósito, transferência ou outro serviço bancário determinado pela Tesouraria do Município de Palmas, porém o pagamento nunca ocorrerá em espécie e nas dependências da Tesouraria;

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de atraso de pagamento pelo CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:
EM = I x N x VP
Na qual:
EM = Encargos Moratórios devidos;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438"

PARÁGRAFO QUARTO: Fica a **CONTRATADA** comprometida com os prazos, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, sendo verificado o cumprimento dos prazos, quantidade e qualidade dos serviços prestados.

PARÁGRAFO QUINTO: Reserva-se o **CONTRATANTE** o direito de recusar os serviços prestados em desacordo com o solicitado, ou fora dos padrões de qualidade estabelecidos, podendo exigir novo Fornecimento para atender ao pedido do Departamento solicitante de maneira satisfatória, sem ônus adicional.

PARÁGRAFO SEXTO: O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, e encaminhado à Fiscalização do contrato no Departamento solicitante por e-mail, em formato "PDF" devendo conter:
a) nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria **CONTRATADA** e deverá corresponder àquela indicada na Proposta Definitiva de Preços;
b) outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que a Fiscalização possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:
- CNPJ DO MUNICÍPIO DE PALMAS/PR: 76.161.181/0001-08;
- DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL;
- DESCRITIVOS DOS VALORES UNITÁRIO E TOTAL;
- IDENTIFICAR O Nº E ANO DO PROCESSO LICITATÓRIO;
- INFORMAR DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A Nota Fiscal/Fatura, após o recebimento definitivo efetuado pela Fiscalização, será encaminhada ao Departamento de Contabilidade e Departamento de Finanças, para que se efetive o pagamento.

PARAGRAFO OITAVO: Em recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

PARAGRAFO NONO: O pagamento será efetuado diretamente à **CONTRATADA** ou representante legal, previamente credenciado perante a Administração Pública.

PARAGRAFO DÉCIMO: Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da **CONTRATADA**, emitente da fatura.

PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: **Somente serão efetuados os pagamentos das Notas Fiscais que estiverem acompanhadas das respectivas autorizações de compras emitidas pelo Departamento de Compras, as Notas Fiscais que não estiverem acompanhadas destas autorizações não serão recebidas, portanto somente o Departamento de Compras é autorizado a solicitar os serviços e a CONTRATADA não deverá entregar qualquer item que seja solicitado por terceiros.**

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, RESCISÕES E MULTAS
PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS SANÇÕES POR INADIMPLENCIA DO CONTRATO – FASE CONTRATUAL
1. Sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor, o contrato que se tornar inadimplente, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, estará sujeito as seguintes sanções cumulativas ou não, conforme estabelece a Lei de Licitações.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

2. A Contratada inadimplente será aplicada total ou parcialmente, às sanções legais, a saber:
   a) advertência;
   b) multa administrativa, graduáveis conforme a gravidade da infração;
   c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, emissão de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e inclusão na lista de impedidos de licitar junto ao Tribunal de Conta do Estado do Paraná, a licitante que:
      1. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;
      2. Deixar de entregar documentação exigida no edital;
      3. Apresentar documentação falsa;
      4. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
      5. Não mantiver a proposta;
      6. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
      7. Comportar-se de modo inidôneo;
      8. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

3. A Contratada inadimplente será aplicada total ou parcialmente, as multas cabíveis, a saber:
   a) ocorrendo atraso, ou não realização da prestação de serviços de transporte, injustificado, a Contratada incidirá em multa na ordem de 1% (um por cento) sobre o valor total percebido pela Contratada, por dia de atraso ou não realização do serviço.
   b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;
   c) 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA RESCISÃO
1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses:
   a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
   b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
   c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato;
   d) os demais mencionados no Artigo 78 da Lei n° 8.666/93. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, conforme previsão contida no artigo 77 da Lei Federal n.° 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA, indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS
Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLAUSULA DÉCIMASEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO
Fica nomeado como gestor deste contrato o responsável pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação conforme Decreto Municipal nº 3.353/2017, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme dispõe o artigo 67 da Lei Federal n.° 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização e controle da execução do contrato serão exercidos pelo servidor **Silvio Alves dos Santos, inscrito no CPF nº 019.628.429-59, matrícula funcional nº 3206841**, competirá acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, consoante o disposto no artigo 67, da Lei nº 8.666/93, e dar ciência à CONTRATADA, em caso de não conformidade, mediante

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

notificação por escrito, sobre as irregularidades apontadas para as providências de acordo com o artigo 69, da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO SEGUNDO - A fiscalização da execução do contrato será exercida, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, § 1º e 2º, caberá à fiscalização:

a) efetuar o recebimento provisório e definitivo;
b) acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das falhas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
c) comunicar à CONTRATADA, via e-mail, carta ou ofício, defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto, fixando prazos para sua solução;
d) persistindo a inexecução, a fiscalização comunicará os gestores do contrato para adoção dos procedimentos administrativos pertinentes, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, antes da aplicação de sanções.

PARÁGRAFO SEXTO – O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TRASMISSÃO DE DOCUMENTOS
A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita por meio de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO
A presente contratação perfaz-se com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, conforme disposições do **Processo Administrativo sob nº 15/2023, Dispensa de Licitação 03/2023**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE
Uma vez firmado, o extrato do presente contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, e em outras referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) em ocorrendo à rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo nº 87 da Lei 8.666/93;

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

b) a CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluia": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluias, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considerando os propósitos dos itens acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Palmas, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

EXTRATO DO CONTRATO N.º 42/2023
PROCESSO N° 15/2023– DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 03/2023
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17/02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.161.181/0001-08, com sede na Avenida Clevelândia, nº 521, no Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Prefeito **Kosmos Panayotis Nicolaou**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.573.515-0–SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 183.136.630-49, residente e domiciliado no Município de Palmas, Estado do Paraná.
CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 03.776.284/0034-69, com sede a Rua Marechal Deodoro, s/n, São José, CEP 85.555-000 na cidade de Palmas – PR. Representado pela Sra. **Juliani Aparecida Agnes, brasileira, inscrito no CPF nº 995.508.570-34 e RG nº 7524124-0 SESP/PR.**
OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de cursos para qualificação profissional, através de uma parceria entre a Prefeitura e o Sistema FIEP (SESI/SENAI), o desenvolvimento de programas de educação profissional.

Item	Curso	Turmas	Alunos	Total Alunos	Investimento
01	Aperfeiçoamento em Confeitaria (Unidade Móvel) Teoria sobre confeitaria; Preparo de pães e de Massa para Tortas Doces e Salgados; Preparo de Bolos Simples; Preparo de Massas Quebradiças; Preparo de Massas Aeradas; Preparo de Bolos Recheados e Decorados; Preparo de Recheios.	2	20	40	R$ 39.936,00
02	Boas práticas de instalação e manutenção de Câmaras Frias (Unidade Móvel) Fundamentos de Refrigeração Comercial: grandezas e propriedades físicas e instrumentos de medição; Ciclos de Refrigeração e seus Componentes: Refrigeração por Compressão de Vapor; Compressores; Condensadores; Dispositivos de Expansão; Evaporadores; Fluidos Refrigerantes; Classificação e Identificação dos Fluidos Refrigerantes; Segurança no Manuseio de Fluidos Refrigerantes; Lubrificantes de Sistemas de Refrigeração; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante; Fundamentos da Eletricidade Básica: Estrutura Atômica; Carga Elétrica; Campo Elétrico; Tensão Elétrica; Corrente Elétrica; Resistência Elétrica; Potência Elétrica; Energia; Lei de Ohm, Instrumentos de Medidas; Sistemas de Refrigeração Comercial : Circuito Frigorífico e (Equipamentos de Climatização); Balcões Expositores; Ilhas de Congelados; Características Construtivas das Câmaras Frigoríficas Comerciais; Técnicas de Manutenção de equipamentos de refrigeração comercial.	2	16	32	R$ 13.312,00
03	Circuitos elétricos Automotivo (Unidade Móvel) Introdução a Elétrica Automotiva; Teoria Atômica; Grandezas Elétricas; 1ª e 2ª Lei de Ohm; 1ª Lei de Kirchhoff; Introdução a Baterias, Geradores Elétricos; Circuitos Elétricos; Tipos de Circuitos Elétricos; Montagem de Circuitos; Introdução a Rede Can; Multímetros e instrumentos de Medição de Eletricidade.	2	16	32	R$ 19.136,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

04	Curso de decoração de bolos e tortas (Unidade Móvel) Conhecimentos básicos de higiene e segurança alimentar (PAS) programa alimento seguro; Conhecimentos básicos de segurança no trabalho; escolha de matérias primas; Elaboração de massas para bolos e tortas; Elaboração de recheios; Elaboração de coberturas; Glaçagens; Decoração de bolos e suas técnicas; Técnica para sobreposição de bolos	4	20	80	R$33.280,00
05	Elaboração de Doces (Unidade Móvel) Elaboração de diversos tipos de saborização de brigadeiros. Elaboração de diferentes tipos de cremes e massas utilizados na montagem e recheio de tortas. Elaboração de diversos tipos de cremes e caldas com cores e texturas diferentes utilizadas na preparação de massas e doces finos. Técnicas de manipulação do chocolate, temperagem e recheio de bombons.	4	20	80	R$ 16.640,00
06	Elaboração de Salgados (Unidade Móvel) Higiene aplicada a manipuladores de alimentos; Balanceamento e cálculo de encomendas e rendimento; Funcionamento e utilização de máquinas, equipamentos e utensílios; Ingredientes utilizados no preparo de salgados; Planejamento; Tipos e preparo de massas; Tipos e preparo de recheios; Montagem e formas de apresentação de salgados; Conservação, armazenamento e prazo de validade.	2	20	40	R$ 8.320,00
07	Elaboração de tortas doces e salgadas (Unidade Móvel) Prática: Cheesecake com molho de azeitonas; Cheesecake de queijo e salaminho; Cheesecake de queijo gorgonzola; Massa flora; Quiche de palmito; Quiche mexicana; Quiche de cebola e bacon; Torta hambúrguer; Massas para empadão; Empadão de palmito e de frango; Torta festiva; torta com molho branco e bolonhesa; Bauru de forno; torta de palmito. Recheios, caldas e coberturas	4	20	80	R$16.640,00
08	Eletricidade Industrial (Unidade Móvel) Noções de segurança em eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 10. Eletricidade Geral: Fundamentos de eletrostática e eletrodinâmica; Grandezas Elétricas; Lei de Ohm; Geração, transmissão e distribuição de energia; Comandos Elétricos: Quadros de comando e acessórios para instalação de acionamentos elétricos industriais; Simbologia e diagramas de comandos elétricos; Motores elétricos assíncronos de indução trifásicos; Ligação de motor trifásico 220/380 V; Dispositivos de manobra, sinalização e proteção de sistemas elétricos industriais; Sensores industriais; Montagem de quadro de comando para sistemas de partida de motores de indução trifásicos; Partida direta, partida estrela triângulo, partida cascata, partida de motor através de interruptor automático (programador horário); Soft starter; Inversor de frequência; Dimensionamento de componentes para acionamentos de motores. Diagnóstico de falhas e defeitos em sistemas elétricos industriais.	1	20	20	R$19.968,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

09	Eletricidade Predial (Unidade Móvel) Noções de Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição);	1	20	20	R$19.968,00
01	Eletricidade Residencial (Unidade Móvel) Teoria eletrônica; Fontes de eletricidade; Corrente elétrica; Circuito elétrico; Resistência elétrica; Associação de resistores em série, em paralelo e mista; Tensão elétrica; Potência elétrica; Lei de Ohm; Primeira e segunda leis de Kirchoff; Magnetismo; Eletromagnetismo; Projeto de instalações elétricas; Planejamento; Orçamento; Segurança do trabalho; Meio ambiente; Qualidade; Ligação a terra (aterramento); Fatores que influenciam no dimensionamento; Proteção das instalações elétricas; Circuito alimentador e de distribuição; Corrente alternada; Emenda de condutores; Instrumentos de medição; Leitura e interpretação de diagramas; Sistemas de iluminação; Técnicas de inspeção de sistemas de redes elétricas; Instalação de quadro; Materiais, ferramentas, equipamentos, instrumentos.	2	20	40	R$19.968,00
11	Eletrônica Aplicada a Manutenção de Aparelhos (Unidade Móvel) Noções de Eletricidade Básica. Grandezas elétricas. Fazer medições com os aparelhos de medição: voltímetro, amperímetro, ohmímetro. Equipamentos utilizados para retrabalho. Tipos de solda: PTH, SMD, BGA. Análise de defeitos e reparos em placas eletrônicas. Interpretação de esquemas eletrônicos. Principais defeitos, causas e procedimentos de reparos. Conceitos sobre eletrônica analógica e digital. Montagem dos componentes eletrônicos no protoboard. Como utilizar aparelhos de testes, multímetros e osciloscópios. Técnicas de soldagem PTH e SMD.	2	20	40	R$19.968,00
12	Fabricação de Bolos e Pães Naturais e Integrais (Unidade Móvel) Fundamentos para preparo de massas naturais e integrais e Programa alimentos seguros (PAS); Preparo de Recheios; Preparo de Pães; Preparo de Bolos	2	20	40	R$ 8.320,00
13	Ferramentas de Produtividade Industrial (Unidade Móvel) História e características dos sistemas produtivos Ford, Taylor, Toyota, Volvo; Produção empurrada e puxada; Documentação de produto e processo: desenho técnico, folhas de processo e ordens de produção; Análise de produção puxada; Kanban; Controles estatísticos de processo e registros;	3	16	48	R$19.968,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	Rastreabilidade e qualidade na produção; Conceitos de Lean Manufacturing e World Class Manufacturing.				
14	Fundamentos de Hidráulica Industrial (Unidade Móvel Propriedades físicas do Óleo; Grandezas físicas e cálculos aplicados à sistemas fluido-mecânicos; Unidade hidráulica e seus elementos; A importância da filtragem na hidráulica; Elementos e sua simbologia: Atuadores Hidráulicos, Válvulas direcionais, Tipos de acionamento, Válvulas para controle de pressão, Válvulas para controle de vazão, Válvulas de bloqueio; Circuitos básicos aplicados à Hidráulica;	1	16	16	R$6.656,00
15	Fundamentos de Inversores de Frequência (Unidade Móvel) Revisão de máquinas CA; Tipos de acionamentos e suas evoluções; Conceitos de controladores escalar e vetorial; Vantagens econômicas na operação de inversores; Tipos; construção e características técnicas: SCR; IGBT; GTO; inversores de 6 a 12 pulsos; PWM; Parametrização do inversor via painel frontal.	1	16	16	R$ 6.656,00
16	Gestão da Manutenção I (Unidade Móvel)Conceitos de manutenção; - Histórico da Manutenção; - Tipos de manutenção(corretiva; preventiva; preditiva; Manutenção Produtiva Total(TPM) - Terminologia dos principais conceitos abordados na manutenção; - Gestão de Ativos: ISO 55000; - Estrutura Organizacional da Manutenção; - Sistema de Gestão; - Controles; - Matriz de Criticidade (Classificação ABC);- Principais Documentos.- Indicadores de Manutenção;- Tempo Médio Entre Falhas;- Tempo Médio de Reparo;- Disponibilidade;- Custo de Manutenção por Faturamento;- Custo de Manutenção por Valor de Reposição;- Eficiência Global do Equipamento;- Retrabalho;- Backlog;- Alocação de Homem-Hora em Ordem de Serviço.	2	16	32	R$ 13.312,00
17	Gestão da Manutenção II (Unidade Móvel)Conceitos de manutenção; - Histórico da Manutenção; - Tipos de manutenção(corretiva; preventiva; preditiva; Manutenção Produtiva Total(TPM) - Terminologia dos principais conceitos abordados na manutençã; - Gestão de Ativos: ISO 55000; - Estrutura Organizacional da Manutenção; - Sistema de Gestão; - Controles; - Matriz de Criticidade (Classificação ABC);- Principais Documentos.- Indicadores de Manutenção;- Tempo Médio Entre Falhas;- Tempo Médio de Reparo;- Disponibilidade;- Custo de Manutenção por Faturamento;- Custo de Manutenção por Valor de Reposição;- Eficiência Global do Equipamento;- Retrabalho;- Backlog;- Alocação de Homem-Hora em Ordem de Serviço.	3	16	48	R$ 19.968,00
18	Pacote Office 2021 (Unidade Móvel)Nivelamento; Windows - Organizando pastas arquivos e Práticas de digitação; Excel - Criação de Planilhas, Formatação e Edição de células; Excel - Visualização, Inserção de dados e texto para colunas; Excel - Margem e espaçamento, extensão, estilos e layout de página; Excel - Utilizando filtros e métodos de ordenação; Excel - Propriedades de células e iniciação de fórmulas; Word - Criação e edição de textos; E-mail - Utilizando e-mails, conceitos e melhores práticas.	2	20	40	R$ 19.968,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx.P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

19	Instalação de Aparelhos de Ar-Condicionado (Unidade Móvel) Conceitos de Refrigeração: Conforto Térmico; Medições e Sistemas de Unidade; Normalização para Sistemas de Refrigeração; Temperatura; Transformação de Estados Físicos; Unidades de Medida e Temperatura; Instrumentos de Medição de temperatura; Calor; Unidades de Medida de Calor e Potência Térmica; Pressão; Instrumento de Medição de Pressão; Vácuo; Temperatura e Pressão de Saturação. Ciclos de Refrigeração e seus Componentes: Refrigeração por Compressão de Vapor; Compressores; Condensadores; Dispositivos de Expansão; Evaporadores; Fluidos Refrigerantes; Classificação e Identificação dos Fluidos Refrigerantes;	1	16	16	R$ 9.984,00
20	Instalação e Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado (Unidade Móvel)Conceitos Básicos em Refrigeração: Conforto Térmico; Medições e Sistemas de Unidade; Normalização para Sistemas de Refrigeração; Temperatura; Transformação de Estados Físicos; Unidades de Medida e Temperatura; Instrumentos de Medição de temperatura; Calor; Unidades de Medida de Calor e Potência Térmica; Pressão; Instrumento de Medição de Pressão; Vácuo; Temperatura e Pressão de Saturação; Ciclos de Refrigeração e seus Componentes: Refrigeração por Compressão de Vapor; Compressores; Condensadores; Dispositivos de Expansão; Evaporadores; Fluidos Refrigerantes; Classificação e Identificação dos Fluidos Refrigerantes; Segurança no Manuseio de Fluidos Refrigerantes; Lubrificantes de Sistemas de Refrigeração; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante; Fundamentos da Eletricidade Básica: Estrutura Atômica; Carga Elétrica; Campo Elétrico; Tensão Elétrica; Corrente Elétrica; Resistência Elétrica; Potência Elétrica; Energia; Lei de Ohm, Instrumentos de Medidas	2	16	32	R$ 39.936,00
21	Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado (Unidade Móvel) Segurança no Manuseio de Fluidos Refrigerantes; Lubrificantes de Sistemas de Refrigeração; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante. Fundamentos da Eletricidade Básica: Estrutura Atômica; Carga Elétrica; Campo Elétrico; Tensão Elétrica; Corrente Elétrica; Resistência Elétrica; Potência Elétrica; Energia; Lei de Ohm; Instrumentos de Medidas.	1	16	16	R$ 9.984,00
22	Mecânica Automotiva (Unidade Móvel) Metrologia aplicada a mecânica automotiva: S.I. de medidas; Unidades de medidas aplicada na mecânica automotiva; Instrumentos de medição aplicados a manutenção automotiva: Paquímetro, Micrometro, relógio comparador e comparador interno; Ferramentas de precisão: Taquímetro, ferramenta de torque angular, calibre de lâminas. Sistema de suspensão, direção e freio: Definição do sistema de suspensão; Tipos de sistemas de suspensão; Características de sistemas de suspensão; Definição do sistema de direção; Tipos de	2	16	32	R$ 39.936,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUILANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	sistemas de direção; Características de sistemas de direção; Definição do sistema de freios; Tipos de sistemas de freios; Características de sistemas de freios. Motor de combustão interna: Definição de motores de combustão interna; Tipos de motores de combustão interna; Componentes do motor de combustão interna; Ciclo de funcionamento do motor; Sistema de lubrificação; Sistema de alimentação (ar e combustível) e Sistema de arrefecimento				
23	Mecânica de Motos (Unidade Móvel)Controle dimensional aplicado a motocicletas (metrologia); Sistemas mecânicos de motocicleta; Suspensão, direção e freios da motocicleta; Fundamentos de eletricidade; Sistemas elétricos de motocicleta; Sistema de injeção e ignição de motocicleta; Motor: Manual de reparações; Utilização; Procedimentos de inspeção; Desmontagem e montagem; Teste e manutenção; Cabeçote; Cilindro; Pistão/anéis; Árvore de manivelas; Embreagem; Transmissão primária; Sincronismo; Lubrificação; Ciclo de funcionamento. Ferramentas e equipamentos: Tipos; Características; Aplicações; Manutenção; Limpeza e Conservação.	2	16	32	R$ 39.936,00
24	Mecânico de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Leves (Unidade Móvel) Introdução aos sistemas; Tecnologias e sistemas hidráulicos; elétrica básica; Sistemas de freio a disco; Sistema de freio a tambor; Sistema de freio misto; Suspensão Mcpherson Suspensão independente (multilink); Suspensão dependente; Sistema de direção mecânica; Sistema de direção hidráulica; Sistema de direção eletro-hidráulica; Sistema de direção elétrica	2	16	32	R$24.960,00
25	Operador de Torno e Centro de Usinagem CNC (Unidade Móvel)Princípios de funcionamento de máquinas CNC; Comando numérico computadorizado; Pontos de referência da máquina CNC; Sistema de coordenadas cartesianas; Compensação de raio da ferramenta; Corretores de ferramentas; Seleção do plano de trabalho; Estrutura de programação CNC; Funções miscelâneas; Funções auxiliares; Funções preparatórias; Funções de interpolação; Ciclos de programação; Edição de programas; Simulação gráfica de programas; Teste de programas; Execução de programas; Zeramento da peça; Preset das ferramentas; Torneamento de castanhas; Exercícios de usinagem em torno CNC; Exercícios de usinagem em centro de usinagem.	2	16	32	R$39.936,00
26	Manutenção Produtiva Total – TPM (Unidade Móvel)Apresentação dos oito pilares da TPM (Manutenção Produtiva Total): Manutenção preventiva: detecção/correção de anomalias, hábito e cultura de conservação, inspeção diária, lubrificação, limpeza e simples reparos; Etapas de implementação: 07 passos da Manutenção Autônoma (2º pilar); Detectar as fontes de contaminação e sujeira; Preenchimentos de cartões azuis e vermelhos; Exemplos de controle visual; Prevenção de acidentes; Elaboração de padrões provisórios de limpeza, inspeção e lubrificação; Inspeção de máquinas e equipamentos; Instrução para realização de pequenos reparos; Atividades complementares de manutenção autônoma com abertura e fechamento de cartões azul e vermelho.	2	16	32	R$13.312,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

27	Programação de CLP (Unidade Móvel) O CLP, suas aplicações e sua evolução histórica; Eletricidade básica para utilização do CLP; Sistemas analógicos e digitais; Álgebra de Boole e Portas Lógicas; Fundamentos básicos de redes industriais; Estrutura física do CLP; Princípio de funcionamento do CLP; Módulos de Entrada e Saída Digitais, Analógicos e especiais; Ciclo de varredura; Programação de CLP: Comandos básicos nas Linguagens de Programação padronizadas pela norma IEC 61131-3, Lógica de programação para CLP e Intertravamentos (conforme linguagem de programação utilizada); Ferramentas de teste e depuração; Conexão de elementos às entradas e saídas do CLP – proteção contra curtos e sobrecargas; Acionamentos elétricos e eletropneumáticos comandados por CLP; Monitoramento on-line de programas;	1	16	16	R$13.312,00
28	Sistemas de ignição Automotivo (Unidade Móvel) Fundamentos da eletricidade; Grandezas elétricas; Instrumentos de medição e equipamentos elétricos: Tipos Características Funções Aplicações Multímetro; Testes diagnóstico e substituição bobinas de ignição; Testes diagnóstico e substituição de velas de ignição; Testes diagnóstico e substituição de cabos de vela. Testes diagnóstico e substituição de distribuidor (platinado, indutivo, efeito hall) Teste diagnóstico e substituição módulos de ignição; Testes diagnóstico e substituição em sistemas de ignição em veículos com injeção eletrônica	1	16	16	R$6.656,00
29	Soldador Qualificação (Unidade Palmas) METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal; Interpretação; Cotas e dimensionamentos; Esboço cotado; Escalas; Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição plana. MIG/MAG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Tipo de transferência de metal de adição; Defeitos no cordão de solda; Regulagem do equipamento; Prática de oficina - soldar barras de aço em posição plana e em ângulo; Noções sobre soldagem do aço inoxidável e alumínio. Eletrodo revestido - Tecnologia de soldagem (teoria); Segurança na soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - deposições de cordões; soldar barras de aço de topo com ou sem chanfro em posição plana; soldar barras de aço de topo em posição horizontal; Soldar barras de aço de topo e em ângulo posição vertical e posição sobre cabeça. Oxiacetilênico - Tecnologia de soldagem (teoria); Segurança na soldagem; Prática de oficina - soldar chapas de aço de topo com ou sem adição de material em posição plana, horizontal, vertical; soldar	1	12	12	R$32.432,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx.P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	chapas de aço em ângulo; Soldagem por brasagem; executar oxicorte. GESTÃO INDUSTRIAL (16h): Saúde e segurança no trabalho; Relações interpessoais; Educação ambiental; Qualidade e produtividade; Relações de trabalho e mercado de trabalho.				
30	Soldagem Eletrodo Revestido, MIG-MAG e TIG (Unidade Móvel) Histórico da soldagem; Cabeçote de alimentação; pistola de soldagem; manômetros; mangueiras; Eletrotécnica básica: Correntes de soldagem, polaridades; Regulagem da intensidade de corrente; Regulagem da pressão dos gases; Gases de proteção; Tecnologia na soldagem; Tipos de eletrodos revestidos(generalidades) classificação e especificação dos eletrodos revestidos, Segurança na soldagem; Defeitos causas e soluções; Simbologia de soldagem; Terminologia da soldagem; Prática do "5S"; Prática de soldagem; Regulagem do equipamento (Amperagem/Voltagem, Regulagem da pressão dos gases etc.); manutenção do equipamento; soldar barras de aço em posição plana; Soldagem em junta em ângulo "T" nas posições, 2F e 3F.	2	20	40	R$59.712,00
1 3	Técnicas básicas de costura industrial (Unidade Móvel) Sequência operacional e ficha técnica do produto; Tipos de maquinas de costura industrial; Tipos de equipamentos e acessórios para processo de produção conforme seguimento de moda e uso de tecidos; Tipos de aviamentos aplicados na indústria do vestuário; Técnicas de uso e manutenção de maquinas de costuras Industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca da agulha da máquina; Regulagem da pressão do calcador, tensão dos fios e linhas, ajuste de pontos, solução das principais causas de defeitos na qualidade da costura; Tipos de agulhas e fios para máquina de costura e suas aplicações; Manutenção Preditiva e Preventiva da máquina de costura Industrial; Instalação e utilização de acessórios para acabamento na execução de peças. Exercícios: costuras retas, curvas, circulares, arremates, pespontos, alinhamento de piques e união de curva na máquina Reta; Costuras retas, curvas, circulares, tubulares, cantos e arremates na máquina Overloque; barras e pespontos de elástico na máquina. Métodos de preparação: aplicação de vivo, viés e debrum; aplicação de entretelas, costura de bainhas, aplicação de cós, costuras de reforço, colocação de golas, colarinhos, bolsos, punhos, carcelas, zíperes. Montagem: Montar peças do vestuário analisando as formas de distribuição para costura de peças de acordo com o tipo de tecido, sequência operacional, observando distribuição e tipos de máquinas utilizadas, orientando-se pelo sistema de apoio a costureira. Acabamento: Sistemas de Passadoria, Revisão, limpeza.	1	20	20	R$19.968,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JULIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

32	Técnicas Costura Industrial com Ênfase em Uniformes Profissionais. (Unidade Móvel) Sequência operacional e ficha técnica do produto; Tipos de maquinas de costura industrial; Tipos de equipamentos e acessórios para processo de produção conforme seguimento de moda e uso de tecidos; Tipos de aviamentos aplicados na indústria do vestuário; Técnicas de uso e manutenção de maquinas de costuras industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca da agulha da máquina; Regulagem da pressão do calcador, tensão dos fios e linhas, ajuste de pontos, solução das principais causas de defeitos na qualidade da costura; Tipos de agulhas e fios para máquina de costura e suas aplicações; Manutenção preditiva e preventiva da máquina de costura industrial; Instalação e utilização de acessórios para acabamento na execução de peças; Exercícios: costuras retas, curvas, circulares, arremates, pespontos, alinhamento de piques e união de curva na máquina reta; Costuras retas, curvas, circulares, tubulares, cantos e arremates na máquina Overloque; Barras e pespontos de elástico na máquina; Métodos de preparação: aplicação de vivo, viés e debrum; Aplicação de entretelas, costura de bainhas, aplicação de cós, costuras de reforço, colocação de golas, colarinhos, bolsos, punhos, carcelas, zíperes; Montagem: montar peças do vestuário analisando as formas de distribuição para costura de acordo com o tipo de tecido, sequência operacional, observando distribuição e tipos de máquinas utilizadas, orientando-se pelo sistema de apoio a costureira, calças em brim leve modelo cargo com elástico, modelo social, camisetas modelo polo; Acabamento: sistemas de passadoria, revisão, limpeza.	1	20	20	R$19.968,00
33	Técnicas de confecção de Lingerie (Unidade Móvel) Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca de agulha: determinação do uso de cada agulha, para cada máquina, para cada tecido; Técnicas de uso e tipos de máquinas de costura industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Controle de velocidade da máquina de costura; Leitura e interpretação de ficha técnica; Sequência operacional da peça; Qualidade e produtividade; Tipos de aviamentos aplicados ao vestuário em lingerie; Conhecimento de aparelhos calcadores e guias que possam agilizar a produção com qualidade. Montagem de calcinha e sutiã.	2	20	40	R$26.624,00
34	Técnicas de Confecção Roupas Pets (Unidade Móvel) Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca de agulha: determinação do uso de cada agulha, para cada máquina, para cada tecido; Técnicas de uso e tipos de máquinas de costura industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Controle de velocidade da máquina de costura; Leitura e interpretação de ficha técnica; Sequência operacional da peça; Qualidade e produtividade; Tipos de aviamentos aplicados ao vestuário; Conhecimento de aparelhos calcadores e	2	20	40	R$13.312,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	guias que possam agilizar a produção com qualidade; Montar : colete, Saia sarja, vestido, blusa, macacão, bandana e arranjo para cabeça.				
35	Técnicas de Manutenção (Unidade Móvel) Manutenção; Diagnóstico de defeitos e falhas em sistemas eletroeletrônicos; Validação da manutenção em sistemas eletroeletrônicos; Instrumentos; Normas e procedimentos técnicos; Normas e procedimentos ambientais; de saúde e segurança no trabalho relacionados à manutenção de sistemas eletroeletrônicos.	2	16	32	R$13.312,00
36	Técnicas de Panificação Básica (Unidade Móvel) Os principais ingredientes da panificação; Aditivos para panificação; Higiene e profissionalismo; Cálculos de balanceamento; Preparo de massas fermentadas; Receitas: pão de massa semi-doce; Receitas: pão de massa doce; Receitas: pão de massa salgada; Receitas: pães de mestre; Receitas: recheios e coberturas.	2	20	40	R$8.320,00
37	Técnicas de Panificação e confeitaria (Unidade Móvel) Teoria sobre Panificação e Confeitaria; Preparo de Receitas de Pães e Bolos e Tortas especiais.	4	20	80	R$16.640,00
38	Técnicas de Soldagem MIG/MAG iniciantes (Unidade Móvel) Histórico da soldagem; Cabeçote de alimentação; pistola de soldagem; manômetros; mangueiras; Eletrotécnica básica: Correntes de soldagem, polaridades; Regulagem da intensidade de corrente; Regulagem da pressão dos gases; Gases de proteção; Tecnologia na soldagem; Tipos de eletrodos revestidos(generalidades) classificação e especificação dos eletrodos revestidos, Segurança na soldagem; Defeitos causas e soluções; Simbologia de soldagem; Terminologia da soldagem; Prática do "5S"; Prática de soldagem; Regulagem do equipamento (Amperagem/Voltagem, Regulagem da pressão dos gases etc.); manutenção do equipamento; soldar barras de aço em posição plana; Soldagem em junta em ângulo "T" nas posições, 2F e 3F.	2	20	40	R$29.856,00
39	Técnicas em chocolate (Unidade Móvel) Conhecimentos básicos de higiene e segurança alimentar (PAS) programa alimento seguro; Conhecimentos básicos de segurança no trabalho; escolha de matérias primas; Elaboração de massas para bolos e tortas; Elaboração de recheios; Elaboração de coberturas; Glaçagens; Decoração de bolos e suas técnicas; Técnica para sobreposição de bolos.	4	20	80	R$33.280,00
40	TÉCNICAS EM DESENVOLVIMENTO WEB (FRONT-END) – HTML + CSS (Unidade Móvel) Desenvolvimento Frontend HTML5 CSS e Javascript: Introdução geral ao curso; História da computação e	3	20	60	R$19.968,00

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	internet; Servidores Web; Introdução à linguagem de marcação HTML5; Construções de páginas WEB utilizando HTML5; Recursos e tags HTML5; Construções de formulários; Introdução à CSS; Desenvolvimento de um site.				
41	Técnicas em fabricação de Pizza (Unidade Móvel) Boas Práticas de Fabricação. Fabricação de Massas e métodos de Fermentação de massas; Conhecimento a matérias-primas e ingredientes, seus fluxos, métodos e processos, os tipos de massa e suas formulações e receitas mais tradicionais. Elaboração e Montagem. Recheios tradicionais. Processo de Forneamento. Matemática Aplicada na Fabricação de Pizzas.	4	20	80	R$ 16.640,00
42	Tecnologia e elétrica automotiva (Unidade Móvel) Introdução a Elétrica Automotiva; Teoria Atômica; Grandezas Elétricas; 1ª e 2ª Lei de Ohm; 1ª Lei de Kirchhoff; Baterias, Geradores, Acumuladores e Transformador Elétrico; Circuitos Elétricos; Tipos de Circuitos Elétricos; Montagem de Circuitos; Introdução a Rede Can; Funcionamento dos Motores de Ciclo Otto; Tipos de Sistema de Ignição; Velas de Ignição; Cabos de velas; Bobinas de ignição; Introdução a Injeção Eletrônica96	1	16	16	96
43	Técnicas de Panificação e Confeitaria (Unidade Móvel) Conhecendo os materiais; Ingredientes; Equipamentos; Higiene; Técnica de manipulação dos alimentos; Pão caseiro; Pão caseirinho; Pão manteiga; Pão Petrópolis; Cuca Doce; Cueca virada; Nozinho; Sonho; Minissonho; Rosca doce; Rosca estrela; Bisnaguinha doce. Elaboração de bolos, tortas, decoração de bolos diferenciados.	4	20	80	R$66.560,00
44	Torneiro Mecânico I (Unidade Palmas) de Tecnologia Mecânica (80h); Fundamentos dos Processos de Fabricação Mecânica (60h); Fundamentos da Comunicação Oral e Escrita (20h); Processos de Torneamento Convencional (160h).	1	12	12	R$ 39.750,00

FISCAL DO CONTRATO: Silvio Alves dos Santos, inscrito no CPF nº 019.628.429-59, matrícula funcional nº 3206841

RECURSOS: 432 20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.47.00 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

431 20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.39.00 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

61 12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia

61 12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

61 12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços

VALOR: R$ 996.246,00 (novecentos e noventa e seis mil e duzentos e quarenta e seis reais)

FATURAMENTO: a nota fiscal deverá ser apresentada na sede do CONTRATANTE acompanhada de Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal/INSS, Trabalhista e de Regularidade do FGTS.

APLICAÇÃO DE MULTA: compete à Administração contratante a aplicação de multas.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação, por extrato do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme com o disposto na Lei nº 8.666/93.

FORO: Comarca de Palmas, Estado do Paraná.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Este documento foi assinado eletronicamente por JUIIANI APARECIDA AGNES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código DE4F-5867-23F3-9271.

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CONTRATO Nº 258/2023

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, na cidade Chopinzinho – PR, representada por seu Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, portador do CPF nº 518.894.719-68 e do RG nº 3.533.593-5 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, com sede na Rua Marechal Deodoro, s/n, Bairro: São Jose, no município de Palmas, estado do Paraná, CEP 85.555-000, inscrita no CNPJ nº 03.776.284/0034-69, telefone (41) 3271-9000, neste ato representada legalmente pela Senhora Juliani Aparecida Agnes, portadora do CPF 995.508.570-34 e do RG 7.524.124-0 SESP-PR, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Dispensa de Licitação por Justificativa nº 29/2023, Processo Licitatório nº 152/2023, as partes acima mencionadas têm contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

ITEM	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	Oficina Presencial	01	• **Panificação e Confeitaria - 160 horas - Modalidade Unidade Móvel** • **Confeitaria – 80 horas** • Teoria sobre Confeitaria; Preparo de Massa para Tortas Doces e Salgadas; Preparo de Bolos Simples; Preparo de Massas Quebradiças; Preparo de Massas Aeradas; Preparo de Salgados; Preparo de Bolos Recheados e Decorados, Preparo de Recheios. • **Panificação Básica – 40 horas** • Teoria sobre Panificação; Preparo de Receitas de Pão • **Elaboração de Salgados – 40 horas** • Teoria para elaboracao de salgados; Preparo de Recheios; Preparo de Salgados; Salgados com massas Quebradiças. • Turmas para 16 alunos; • Profissional responsável: S	37.800,00	37.800,00

Esse documento foi assinado por Juliani Aparecida Agnes. Para validar as assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/M8AWK-YX6YH-4K5XC-CFFLX

Assinado por 4 pessoas: ANA FLAVIA MAFIOLETTI ZUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI e ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/98E9-CCBF-48B3-7632 e informe o código 98E9-CCBF-48B3-7632

Município de Chopinzinho
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

			Jorge Picolli; • Insumos e materiais didáticos necessários para realização das oficinas sob responsabilidade de fornenecimento da empresa contratada		
				VALOR TOTAL	**R$ 37.800,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

2.2. As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família: 08.02.082440004.2.043.3.3.90.39 (2015) F: 000, 08.02.082440005.2.043.3.3.90.39 (2020) F: 934, 08.02.082440005.2.044.3.3.90.39 (2231) F: 940.

2.3. O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos serviços entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

2.4. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

2.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

2.6. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

2.7. O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

2.8. A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

2.9. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

2.10. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Esse documento foi assinado por Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/M8AWK-YX6YH-4K5XC-CFFLX

Assinado por 4 pessoas: ANA FLAVIA MAFIOLETTI ZUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI e ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/98E9-CCBF-48B3-7632 e informe o código 98E9-CCBF-48B3-7632

0 8 04

REFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR.

RUA: Elpídio dos Santos, 541 - Telefax (46) 3245-1130 e 3245-1122
CEP. 85.548-000 - Honório Serpa - Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Processo nº 38/2023

Contrato nº 55/2023

Contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO **DE HONÓRIO SERPA** e a empresa **SENAI - Unidade SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, com sede na Rua Elpídio dos Santos, nº 541, na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° 95.585.444/0001-42, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Dias, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o n. 017.350.849-99, abaixo assinado, doravante designado **MUNICÍPIO** de um lado e de outro lado a empresa **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 03.776.284/0034-69, com sede a Rua Marechal Deodoro, s/n, São José, CEP 85.555-000 na cidade de Palmas – PR. Representado pela Sra. Juliani Aparecida Agnes, brasileira, inscrito no CPF nº 995.508.570-34 e RG nº 7524124-0 SESP/PR, ao fim assinado, doravante designada **CONTRATADA,** estando as partes sujeitas as normas da **Lei 8.666/93** e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo primeiro: O presente tem por objeto **Contratação de entidade especializada para ministrar cursos presenciais, para os munícipes de Honório Serpa – PR. A contratação ocorrerá por meio de INEXIGIBILIDADE de licitação, fundamentado na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de acordo com as especificações e condições constantes neste termo.**

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo preço certo e ajustado de **R$ 56.288,00 (Cinquenta e Seis mil, duzentos e oitenta e oito Reais),** conforme valores unitários e quantitativos abaixo discriminados:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 01/08/2023 14:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.alende.net/p64:943e68a52d
POR LUCIANO DIAS - (017.350.849-99) EM 01/08/2023 14:41

Esse documento foi assinado por LUCIANO DIAS:017.350.849-99, Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/E7LLN-JUMLU-JXXQE-24FC5

REFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR.

RUA: Elpídio dos Santos, 541 - Telefax (46) 3245-1130 e 3245-1122
CEP. 85.548-000 - Honório Serpa - Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR	VALOR TOTAL
01	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO: Atividade Cognitiva Curricular (conforme descrito na proposta em anexo)** **Compreendendo 40 horas de curso, sendo em 02 turmas – Turma (Matutino /Vespertino)**	Serviço	40 horas 40 alunos	R$ 6.800,00	R$ 6.800,00
02	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO: Confeitaria Básica (Unidade Móvel, conforme descrito na proposta em anexo)** **Compreendendo 40 horas de curso, por turma, sendo em 02 turmas – (Vespertino/ Noturno)**	Serviço	40 horas 40 alunos (02 turmas de 20 alunos)	R$ 16.496,00	R$ 16.496,00
03	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO: Eletricidade Automotiva (Unidade Móvel, conforme descrito na proposta em anexo)** **Compreendendo 40 horas de curso, por turma, sendo em 02 turmas – (Vespertino/ Noturno)**	Serviço	40 horas 32 alunos (02 turmas de 16 alunos)	R$ 16.496,00	R$ 16.496,00
04	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO: Mecânica Automóveis Leves (Unidade Móvel, conforme descrito na proposta em anexo)**	Serviço	40 horas 40 alunos (02 turmas de 20 alunos)	R$ 16.496,00	R$ 16.496,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/08/2023 14:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.alande.net/p64:943e68a524
POR LUCIANO DIAS - (017.350.849-99) EM 01/08/2023 14:41

Esse documento foi assinado por LUCIANO DIAS:017.350.849-99, Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/E7LLN-JUMLU-JXXQE-24FC5

REFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR.

RUA: Elpídio dos Santos, 541 - Telefax (46) 3245-1130 e 3245-1122
CEP. 85.548-000 - Honório Serpa - Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	Compreendendo 40 horas de curso, por turma, sendo em 02 turmas – (Vespertino/ Noturno)				
05	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO: Pacote Office (conforme descrito na proposta em anexo)**	Serviço	80 horas 02 turmas	Gratuito	Gratuito
06	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO: Gestão de Almoxarifado (conforme descrito na proposta em anexo)**	Serviço	40 horas 01 turma (30 alunos)	Gratuito	Gratuito
07	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO:Empreendedorismo (conforme descrito na proposta em anexo)**	Serviço	20 horas 01 turma (25 alunos)	Gratuito	Gratuito
08	Contratação de entidade especializada para ministrar **CURSO: Programa de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo – 18 meses (conforme descrito na proposta em anexo)**	Serviço	400 horas	Gratuito	Gratuito
				TOTAL	**R$ 56.288,00**

Parágrafo primeiro: O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos relativos ao objeto deste contrato correrá por conta exclusiva do Contratado, assim como os encargos inerentes à sua completa execução.

CLAUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Parágrafo primeiro: A vigência do contrato será de 12 (Doze) Meses, a contar da assinatura de

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/08/2023 14:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.alende.net/p64:943e68a524
POR LUCIANO DIAS - (017.350.849-99) EM 01/08/2023 14:41

Esse documento foi assinado por LUCIANO DIAS:017.350.849-99, Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/E7LLN-JUMLU-JXXQE-24FC5

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WCWKQ-2XLUG-476D5-8D3WB

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Município de Palmas/PR

Processo Administrativo n° 17/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PALMAS, E O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI

Que entre si celebram, o **Município de Palmas**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.161.181/0001-08, com sede e foro na Avenida Clevelândia, nº 521, centro, em Palmas - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Prefeito **Kosmos Panayotis Nicolaou**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI,** entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 03.776.284/0034-69, com sede a Rua Marechal Deodoro, s/n, São José, CEP 85.555-000 na cidade de Palmas – PR, **representado pela Sra. Fabiane Franciscone, Superintendente do Serviço Social da Indústria- Departamento Regional do Paraná,** , tendo em vista o que consta no Processo nº 17//2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da* Dispensa de Licitação **01/2024,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de Contratação de empresa especializada na realização de cursos para qualificação profissional, através de uma parceria entre a Prefeitura e o Sistema FIEP (SESI/SENAI), o desenvolvimento de programas de educação profissional, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

A especificação técnica dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do edital no compras.gov.br (relação de itens) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a que consta no Termo de Referência/Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADED E MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Técnicas em fabricação de Pizza - **75415-1**	Boas Práticas de Fabricação. Fabricação de Massas e métodos de Fermentação de massas; Conhecimento a matérias-primas e ingredientes, seus fluxos, métodos e processos, os tipos de massa e suas formulações e receitas mais tradicionais. Elaboração e Montagem. Recheios tradicionais. Processo de Forneamento. Matemática Aplicada na Fabricação de Pizzas.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 27.108,00	R$ 27.108,00
Técnicas de Produção de Chocolates para Ovos de Páscoa e Bombons- **75416-1**	Programa Alimento Seguro – PAS; Introdução a chocolateria prática; Técnicas de pré-cristalização; Temperando o chocolate na prática; Ganaches e recheios base para bombons e trufas; Modelagem e finalização; Preparação de bombons moldados, maciços e decorados; Mendiants; Tabletes; Trufas de sabores e cores variadas; Doces finos a base de chocolate; Técnicas de copinhos; Caixinhas e	15431	**UNIDADE**	**1**	R$ 54.216,00	R$ 54.216,00

	doces para festas a base de chocolate; Técnica de pintura artesanal em manteiga de cacau; Coloração de chocolate branco; Decorações em chocolate; Preparação de ovos de Páscoa tradicionais e abertos para comer de colher; Preparação de ovos de Páscoa recheados; Técnica de pintura artesanal.					
Decoração de bolos e tortas-**75417-1**	Higiene aplicada a manipuladores de alimentos; Balanceamento e cálculo de encomendas e rendimento; Funcionamento e utilização de máquinas, equipamentos e utensílios; Ingredientes utilizados no preparo de salgados; Planejamento; Tipos e preparo de massas; Tipos e preparo de recheios; Montagem e formas de apresentação de salgados; Conservação, armazenamento e prazo de validade.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 43.372,80	R$ 43.372,80
Massas e molhos, frescos-**75418-1**	Prática: Cheesecake com molho de azeitonas; Cheesecake de queijo e salaminho; Cheesecake de queijo gorgonzola; Massa flora; Quiche de palmito; Quiche mexicana; Quiche de	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 28.915,20	R$ 28.915,20

	cebola e bacon; Torta hambúrguer; Massas para empadão; Empadão de palmito e de frango; Torta festiva; Torta com molho branco e bolonhesa; Bauru de forno; Torta de palmito. Recheios, caldas e coberturas					
Elaboração de Tortas Doces e Salgadas-**75419-1**	Noções de Boas Práticas de Fabricação; Função dos ingredientes para a fabricação de salgados; Técnicas de fabricação de salgados fritos e assados; Embalagem; transporte; Armazenamento e prazo de validade.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 9.036,00	R$ 9.036,00
Fabricação de Bolos e Pães Naturais e Integrais-**75420**	Fundamentos para preparo de massas naturais e integrais e Programa alimentos seguros (PAS); Preparo de Recheios; Preparo de Pães; Preparo de Bolos	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 9.036,00	R$ 9.036,00
Técnicas de Panificação **75421**	Teoria sobre Panificação e Confeitaria; Preparo de Receitas de Pães e Bolos e Tortas especiais.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 18.072,00	R$ 18.072,00
Preparo de Risotos e Massas Caseiras Italianas-**75422**	Risoto básico; Risoto de tomate seco e rúcula; Risoto de palmito e kani kama; Risoto de alho poró; Risoto de linguiça toscana e açafrão; Risoto de gorgonzola e pera; Risoto de atum e	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 36.144,00	R$ 36.144,00

	alho; Risoto de carne seca e cabotiá; Risoto de carne e linguiça, Massas italianas					
Elaboração de Doces -**75423**	Elaboração de diversos tipos de saborização de brigadeiros. Elaboração de diferentes tipos de cremes e massas utilizados na montagem e recheio de tortas. Elaboração de diversos tipos de cremes e caldas com cores e texturas diferentes utilizadas na preparação de massas e doces finos. Técnicas de manipulação do chocolate, temperagem e recheio de bombons.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 18.072,00	R$ 18.072,00
Acionamentos Industriais com Inversores de Frequência e CLP- **75424**	Motores Elétricos : Motores de indução trifásicos, Tipos de motores elétricos trifásicos, Principio de funcionamento dos motores elétricos trifásicos; Conexões dos enrolamentos : Tipos de fechamento dos motores elétricos trifásicos; Conceituação sobre tensão de linha e tensão de fase; Definição de potência elétrica; Dispositivos elétricos aplicados aos comandos elétricos; Métodos aplicados para partidas de motores; Principio de funcionamento do inversor de frequência;	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 29.376,00	R$ 29.376,00

	Métodos de seleção para utilização dos inversores de frequência nas partidas de motores; Parâmetros básicos do inversor; Conceituação sobre entradas analógicas e digitais; Integração do CLP com inversor de frequência para controle de motores.					
Comandos Eletropneumáticos e Eletro hidráulicos para Mecânicos- **75425**	COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: Desenho de esquemas pneumáticos e eletropneumáticos; Sequência de montagem de sistemas eletropneumáticos; Metodologias de desenvolvimento de sistemas automatizados intuitivo, cascata, passo a passo e tabela verdade. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: Desenho de esquemas hidráulicos e eletro hidráulicos; Sequência de montagem de sistemas eletro hidráulicos.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 14.688,00	R$ 14.688,00
Técnicas de confecção de Lingerie **75426**	Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca de agulha: determinação do uso de cada agulha, para cada máquina, para cada tecido; Técnicas de uso e tipos de máquinas de costura industrial; Acionamento e controle	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 29.030,40	R$ 29.030,40

	do pedal da máquina de costura; Controle de velocidade da máquina de costura; Leitura e interpretação de ficha técnica; Sequência operacional da peça; Qualidade e produtividade; Tipos de aviamentos aplicados ao vestuário em lingerie; Conhecimento de aparelhos calcadores e guias que possam agilizar a produção com qualidade. Montagem de calcinha e sutiã.					
Técnicas de Confecção Roupas Pets-**75427-1**	Passagem de linha superior e inferior na máquina de costura; Identificação e troca de agulha: determinação do uso de cada agulha, para cada máquina, para cada tecido; Técnicas de uso e tipos de máquinas de costura industrial; Acionamento e controle do pedal da máquina de costura; Controle de velocidade da máquina de costura; Leitura e interpretação de ficha técnica; Sequência operacional da peça; Qualidade e produtividade; Tipos de aviamentos aplicados ao vestuário; Conhecimento de aparelhos calcadores e guias que possam agilizar a produção com qualidade; Montar :	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 14.515,20	R$ 14.515,20

	colete, Saia sarja, vestido, blusa, macacão, bandana e arranjo para cabeça.					
Costura Sob Medida Modelagem, Corte e Costura- **75428-1**	Medir com fita métrica; Identificar as partes do corpo humano, aplicando conceitos de antropometria; Tirar medidas do corpo humano; Calcular metragens; Selecionar o material para a construção do molde; Riscar o vértice do ângulo reto no papel; Transpor as medidas para o papel, considerando as linhas de referência do corpo humano; Traçar o molde, definindo o sentido de urdume e marcações necessárias; Cortar o molde; Realizar o estudo de encaixe do molde no tecido, obedecendo à orientação do molde (urdume) e suas marcações internas e externas; Riscar o tecido com acréscimo de margens de costura, considerando a máquina e o acabamento; Cortar o tecido com tesoura; Preparar partes da peça que exigem vinco, entretela, pesponto, entre outros, de acordo com o modelo; Planejamento e organização do trabalho; Sistema métrico; Matérias-Primas; Tecidos; Aviamentos e Acessórios; Qualidade e produtividade; Operações de costura;	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 43.545,60	R$ 43.545,60

Circuitos elétricos automotivo- **75429**	Introdução a Elétrica Automotiva; Teoria Atômica; Grandezas Elétricas; 1ª e 2ª Lei de Ohm; 1ª Lei de Kirchhoff; Introdução a Baterias, Geradores Elétricos; Circuitos Elétricos; Tipos de Circuitos Elétricos; Montagem de Circuitos; Introdução a Rede Can; Multímetros e instrumentos de Medição de Eletricidade.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 6.336,00	R$ 6.336,00
Sistemas de ignição Automotivo - **75430-1/**	Fundamentos da eletricidade; Grandezas elétricas; Instrumentos de medição e equipamentos elétricos: Tipos Características Funções Aplicações Multímetro; Testes diagnóstico e substituição bobinas de ignição; Testes diagnóstico e substituição de velas de ignição; Testes diagnóstico e substituição de cabos de vela. Testes diagnóstico e substituição de distribuidor (platinado, indutivo, efeito hall) Teste diagnóstico e substituição módulos de ignição; Testes diagnóstico e substituição em sistemas de ignição em veículos com injeção eletrônica	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 6.336,00	R$ 6.336,00

Instalação de Acessórios Automotivos **75431-**	Fundamentos da eletricidade; Grandezas Elétricas, Tensão, Corrente, Resistência; Montagem e teste de circuitos elétricos; Princípios de funcionamento do sistema de som automotivo: tipos, características e aplicações; Impedância x Potência; Tipos de Auto falante; Montagem de Projetos de Som (Trivial – baixa potência); Montagem de circuito elétrico; Instalação de alarme automotivo; Montagem e manutenção do sistema de travas elétricas; Montagem e manutenção de acionamento elétrico dos vidros; Montagem e manutenção sistema de sensor de estacionamento; Montagem e manutenção de câmera de estacionamento(ré).	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 25.113,60	R$ 25.113,60
Eletricidade Predial **75432-1**	Noções de Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas;	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 37.670,40	R$ 37.670,40

	Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição);					
Sistemas de Segurança Eletrônica **75433-1**	Alarme Patrimonial: Tipos de central de alarme: monitoradas e não monitoradas; Princípios de funcionamento; Cabeamento; Configurações; Tipos de	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 25.113,60	R$ 25.113,60

	sensores: magnético, infravermelho passivo (IVP), infravermelho ativo (sensor de barreira); Sensores com fio e sem fio; Teclado; Receptor sem fio; Sirene; Programação de central de alarme: tipos de zona, particionamento, saídas PGM, detecção de sabotagens. Alarme de Incêndio: Princípios de funcionamento; Configurações; Tipos de Central de alarme de incêndio; Acionadores manuais; Detector de GLP; Detector de fumaça; Detector termovelocimétrico. Circuito Fechado de Televisão (CFTV) - Componentes; Tipos de câmeras: Bullet, dome, speed Dome; Tecnologias: Câmeras analógicas convencionais, câmeras analógicas de alta definição, câmeras IP; Lentes; Gravadores de vídeo: Digital vídeo recorder (DVR), network vídeo Recorder (NVR), recursos, armazenamento, bit rate; Transmissão de imagens: CFTV analógico e IP.Porteiro Eletrônico: Tipos de porteiro; Interfone; Fechadura eletromecânica; Fecho					

	magnético; Sensor de porta aberta; Central de condomínio. Cerca elétrica: Aplicação; Funcionamento; Normatização; Acessórios; Configurações; Portão Eletrônico: Automatizadores deslizante, basculante e pivotante; Central de comando; Sensor fim de curso; Controle remoto;					
Eletrônica Aplicada a Manutenção de Aparelhos- **75434-1**	Noções de Eletricidade Básica. Grandezas elétricas. Fazer medições com os aparelhos de medição: voltímetro, amperímetro, ohmímetro. Equipamentos utilizados para retrabalho. Tipos de solda: PTH, SMD, BGA. Análise de defeitos e reparos em placas eletrônicas. Interpretação de esquemas eletrônicos. Principais defeitos, causas e procedimentos de reparos. Conceitos sobre eletrônica analógica e digital. Montagem dos componentes eletrônicos no protoboard. Como utilizar aparelhos de testes, multímetros e osciloscópios. Técnicas de soldagem PTH e	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 12.556,80	R$ 12.556,80

	SMD.					
Informática Essencial Business Office 2019/2021- **75435-1**	Nivelamento; Windows - Organizando pastas arquivos e Práticas de digitação; Excel - Criação de Planilhas, Formatação e Edição de células; Excel - Visualização, Inserção de dados e texto para colunas; Excel - Margem e espaçamento, extensão, estilos e layout de página; Excel - Utilizando filtros e métodos de ordenação; Excel - Propriedades de células e iniciação de fórmulas; Word - Criação e edição de textos; E-mail - Utilizando e-mails, conceitos e melhores práticas.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 18.835,20	R$ 18.835,20
Construindo Marcas e Identidades Visuais com Gimp e Inkscape- **75436-1**	GIMP: Criando e abrindo um novo arquivo; Caixa de ferramentas; Modo de cores (RGB e CMY); Camadas e opacidade; Ferramenta mover e selecionar; Ferramenta recortar; Pincel; Cor; Vetores; Seleção; Balde e gradiente; Transformar (simples) / (perspectiva); Caminho (imagem vetorial); salvar um arquivo GIMP; Exportando para web e impressão; Textos. INKSCAPE: Criando formas; movendo, redimensionando,	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 18.835,20	R$ 18.835,20

	girando; Seleções e agrupamento; Preenchimento e contorno; Duplicação, alinhamento, distribuição; desenhando a mão livre e caminhos regulares; editando caminhos; Subcaminhos e combinação; convertendo em caminho; Operações booleanas; Comprimir e expandir; Simplificação; criando texto; Arranjo radial com ladrilhar clones; como fazer fatias; Gradientes; Ferramenta Bezier.					
Operador Manutentor - TPM Manutenção Autônoma- **75437-1**	Apresentação dos oito pilares da Manutenção Produtiva Total (TPM); Manutenção preventiva: detecção/correção de anomalias, hábito e cultura de conservação, inspeção diária, lubrificação, limpeza e simples reparos; Etapas de implementação: 07 passos da Manutenção Autônoma (2º pilar); Detectar as fontes de contaminação e sujeira; Preenchimentos de cartões azuis e vermelhos; Exemplos de controle visual; Prevenção de acidentes; Elaboração de padrões provisórios de limpeza, inspeção e lubrificação;	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 25.344,00	R$ 25.344,00

	Inspeção de máquinas e equipamentos; Instrução para realização de pequenos reparos; Atividades complementares de manutenção autônoma com abertura e fechamento de cartões azul e vermelho.					
Manutenção para Operadores Industriais-**75438-1**	Relógio comparador; Bloco padrão; Calibres (Tipos e usos); Torquímetros; instrumentos de medição: tipos, uso e conservação; Roscas: tipos, aplicações, medições, nomenclatura; Parafusos, cavilhas, pinos, porcas, cupilhas, rebites, chavetas; Rolamentos (especificações, manutenção em mancais e rolamentos, montagem de rolamentos autocompensadores); Elementos de transmissão (cuidados, sintomas de defeitos, manutenção); Lubrificação: características e monitoramento.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 25.344,00	R$ 25.344,00
Gestão de Qualidade, Produção e Manutenção Indutrial-**75439-1**	Manutenção; Diagnóstico de defeitos e falhas em sistemas eletroeletrônicos; Validação da	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 38.016,00	R$ 38.016,00

	manutenção em sistemas eletroeletrônicos; Instrumentos; Normas e procedimentos técnicos; Normas e procedimentos ambientais; de saúde e segurança no trabalho relacionados à manutenção de sistemas eletroeletrônicos.					
Mecânica Automotiva **75440-1**	Metrologia aplicada a mecânica automotiva: S.I. de medidas; Unidades de medidas aplicada na mecânica automotiva; Instrumentos de medição aplicados a manutenção automotiva: Paquímetro, Micrometro, relógio comparador e comparador interno; Ferramentas de precisão: Torquimetro, ferramenta de torque angular, calibre de lâminas. Sistema de suspensão, direção e freio: Definição do sistema de suspensão; Tipos de sistemas de suspensão; Características de sistemas de suspensão; Definição do sistema de direção; Tipos de sistemas de direção; Características de sistemas de direção; Definição do sistema de freios; Tipos de sistemas	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 38.016,00	R$ 38.016,00

	de freios; Características de sistemas de freios. Motor de combustão interna: Definição de motores de combustão interna; Tipos de motores de combustão interna; Componentes do motor de combustão interna; Ciclo de funcionamento do motor; Sistema de lubrificação; Sistema de alimentação (ar e combustível) e Sistema de arrefecimento					
Mecânico de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Leve **75441-1**	Introdução aos sistemas; Tecnologias e sistemas hidráulicos; elétrica básica; Sistemas de freio a disco; Sistema de freio a tambor; Sistema de freio misto; Suspensão Mcpherson; Suspensão independente (multilink); Suspensão dependente; Sistema de direção mecânica; Sistema de direção hidráulica; Sistema de direção eletro-hidráulica; Sistema de direção elétrica. Preparação para o Mercado de Trabalho; Reconhecer as características e os desafios do mundo do trabalho na contemporaneidade; Identificar oportunidades de trabalho compatíveis com suas habilidades pessoais; Identificar o	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 38.016,00	R$ 38.016,00

	empreendedorismo como uma das formas de desenvolvimento profissional; Reconhecer a necessidade de se construir uma imagem profissional positiva; Reconhecer a estrutura de um currículo profissional; Identificar as etapas de um processo seletivo; Identificar importância do autodesenvolvimento a fim de manter a empregabilidade.					
Instalação e Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado **75442-1**	Conceitos Básicos em Refrigeração: Conforto Térmico; Medições e Sistemas de Unidade; Normalização para Sistemas de Refrigeração; Temperatura; Transformação de Estados Físicos; Unidades de Medida e Temperatura; Instrumentos de Medição de temperatura; Calor; Unidades de Medida de Calor e Potência Térmica; Pressão; Instrumento de Medição de Pressão; Vácuo; Temperatura e Pressão de Saturação; Ciclos de Refrigeração e seus Componentes: Refrigeração por Compressão de Vapor; Compressores; Condensadores;	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 43.200,00	R$ 43.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	Dispositivos de Expansão; Evaporadores; Fluidos Refrigerantes; Classificação e Identificação dos Fluidos Refrigerantes; Segurança no Manuseio de Fluidos Refrigerantes; Lubrificantes de Sistemas de Refrigeração; Instalação de Equipamentos de Refrigeração: Equipamentos de Segurança; Instalação de Tubulações; Isolantes Térmicos; Processos de Brasagem; Teste de Vazamento; Evacuação; Carga de Fluido Refrigerante; Fundamentos da Eletricidade Básica: Estrutura Atômica; Carga Elétrica; Campo Elétrico; Tensão Elétrica; Corrente Elétrica; Resistência Elétrica; Potência Elétrica; Energia; Lei de Ohm, Instrumentos de Medidas					
Soldagem MIG/MAG e TIG **75443-1**	Histórico da soldagem; Cabeçote de alimentação; pistola de soldagem; manômetros; mangueiras; Eletrotécnica básica: Correntes de soldagem, polaridades; Regulagem da intensidade de	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 57.024,00	R$ 57.024,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	corrente; Regulagem da pressão dos gases; Gases de proteção; Tecnologia na soldagem; Tipos de eletrodos revestidos(generalidades) classificação e especificação dos eletrodos revestidos, Segurança na soldagem; Defeitos causas e soluções; Simbologia de soldagem; Terminologia da soldagem; Prática do "5S"; Prática de soldagem; Regulagem do equipamento (Amperagem/Voltagem, Regulagem da pressão dos gases etc.); manutenção do equipamento; soldar barras de aço em posição plana; Soldagem em junta em ângulo "T" nas posições, 2F e 3F.					
Aperfeiçoamento em Solda Sanitária **75444-1**	Terminologia de Soldagem; Simbologia de Soldagem; Técnicas de soldagem para evitar/minimizar empenamentos; Cuidados para pontear peças que exijam perpendicularidade e paralelismo; Procedimento para soldagem TIG purgada; Acabamento de soldagem TIG (Passivação); Ensaios não destrutivos (líquido	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 38.016,00	R$ 38.016,00

	penetrante); Aplicação prática; Equipamentos e acessórios para soldagem TIG; Metais de base e consumíveis; Descontinuidades na soldagem; Segurança e higiene do trabalho.					
Técnicas de Soldagem MIG/MAG iniciantes 75445-1	Histórico da soldagem; Cabeçote de alimentação; pistola de soldagem; manômetros; mangueiras; Eletrotécnica básica: Correntes de soldagem, polaridades; Regulagem da intensidade de corrente; Regulagem da pressão dos gases; Gases de proteção; Tecnologia na soldagem; Tipos de eletrodos revestidos(generalidades) classificação e especificação dos eletrodos revestidos, Segurança na soldagem; Defeitos causas e soluções; Simbologia de soldagem; Terminologia da soldagem; Prática do "5S"; Prática de soldagem; Regulagem do equipamento (Amperagem/Voltagem, Regulagem da pressão dos gases etc.); manutenção do equipamento; soldar barras de aço em posição plana; Soldagem em junta em ângulo "T" nas posições,	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 19.008,00	R$ 19.008,00

	2F e 3F.					
Programação Avançada de Torno CNC e Centro de Usinagem. **75446-1**	Princípios de funcionamento de máquinas CNC; Comando numérico computadorizado; Pontos de referência da máquina CNC; Sistema de coordenadas cartesianas; Compensação de raio da ferramenta; Corretores de ferramentas; Estrutura de programação CNC; Funções miscelâneas; Funções auxiliares; Funções preparatórias; Funções de interpolação; Ciclos de programação; Edição de programas; Simulação gráfica de programas; Teste de programas; Execução de programas; Zeramento da peça; Preset das ferramentas; Ferramentas intercambiáveis; Cálculos de parâmetros de corte; Torneamento de castanhas; Transmissão de dados; Exercícios práticos com torno CNC; Exercícios práticos com centro de usinagem.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 43.545,60	R$ 43.545,60
Técnicas de Impressão 3D e Corte a Laser- **75447-1**	Noções de eletricidade básica; Segurança, Processo de impressão 3D - da concepção a peça pronta; as	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 43.200,00	R$ 43.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

	diferentes tecnologias (residenciais e profissionais); Qualidade da impressora 3D; Tipos de máquinas de gravação e corte a laser; Conceitos e práticas de como manusear as máquinas de corte e gravação; Processo e conceitos de todo os tipos de matérias a ser trabalhado e tipos de maquinas.					
Técnico em Eletromecânica-**75448-1**	Apoiar a gestão da montagem e da manutenção de sistemas mecânicos, elétricos e automatizados e atuar no desenvolvimento de projetos de sistemas eletromecânicos de máquinas e equipamentos industriais, atendendo as normas e padrões técnicos, de qualidade, saúde e segurança e de meio ambiente.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 169.489,60	R$ 169.489,60
Soldador Qualificação-**75449-1**	METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal; Interpretação; Cotas e dimensionamentos; Esboço cotado; Escalas;	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 31.590,00	R$ 31.590,00

	Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição plana. MIG/MAG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Tipo de transferência de metal de adição; Defeitos no cordão de solda; Segurança na soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - deposições de cordões; Soldar barras de aço de topo com ou sem chanfro em posição plana; Soldar barras de aço de topo em posição horizontal; Soldar barras de aço de topo e em ângulo posição vertical e posição sobre cabeça.					

	Oxiacetilênico - Tecnologia de soldagem (teoria);					
Torneiro Mecânico - **75450-1**	Fundamentos de Tecnologia Mecânica (80h); Fundamentos dos Processos de Fabricação Mecânica (60h); Fundamentos da Comunicação Oral e Escrita (20h); Processos de Torneamento Convencional (160h).	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 27.630,00	R$ 27.630,00
Oratória e Comunicação Eficaz-**75453-;1**	Autoconfiança; Imagem pessoal; Planejamento da apresentação; Organização do discurso e argumentação; Comunicação no contexto da apresentação; Recursos pessoais: voz, olhar e postura; Controle emocional nas apresentações.	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 15.200,00	R$ 15.200,00
Pilotagem de Drones-**75455-1**	Introdução a Drones e suas documentações; Introdução a legislação de aeronaves não tripuladas; Apresentação dos tipos de Drones; Aplicabilidade de Drones; Apresentação dos softwares de plano de voo; Pré-voo; Check list do equipamento; Condições ideais de voo; Elaboração do plano de voo; Criação da área a ser mapeada; Definição	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$ 24.830,00	R$ 24.830,00

	do tempo de voo; Direção e qualidade do voo; Planejamento de campo.					
Aprimoramento em Língua Inglesa-**75474-1**	Conversação em Inglês – Speaking and Pronunciation; Pronúncia Correta do Inglês – Pronunciation; Compreensão Auditiva em Inglês – Listening; Leitura em Inglês – Reading; Escrita em Inglês – Writing; Gramática do Inglês – Grammar; Vocabulário do Inglês – Vocabulary Básico – Intermediário - Avançado	**15431**	**UNIDADE**	**1**	R$72.000,00	R$72.000,00

PARAGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições no Termo de Referência e seus anexos e a proposta da contratada

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Pelo fornecimento do objeto ora contratado, o contratante pagará à contratada o valor total de R$ **1.275.393,20 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil e trezentos e noventa e três reais e vinte centavos)**

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento do valor pela compra do objeto deste contrato, será realizado no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data da liquidação pelo Departamento de Contabilidade da nota fiscal acompanhada de Certidão Negativa de conjunta Federal, FGTS, Certidão Tributo Municipal, Certidão de Tributos Estaduais e Débitos Trabalhistas, desde que não haja fato impeditivo para o qual, de alguma forma, tenha concorrido à empresa adjudicatária. **É OBRIGATÓRIO CONSTAR NO CORPO DA NOTA FISCAL OS DADOS REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO (Nº DA LICITAÇÃO) E DADOS BANCÁRIOS EM NOME E CNPJ DA EMPRESA.**

PARAGRAFO PRIMEIRO - Fica a contratada comprometida com os prazos, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, sendo verificado o cumprimento dos prazos, quantidade, qualidade e a validade dos itens entregues, entre outras informações pertinentes ao objeto em questão.

PARAGRAFO SEGUNDO - Reserva-se ao contratante o direito de recusar os itens entregues em desacordo com o solicitado, ou fora dos padrões de qualidade estabelecidos, podendo o mesmo exigir novo Fornecimento para atender ao pedido da Secretaria solicitante de maneira

satisfatória, sem ônus adicional para o mesmo.

PARAGRAFO TERCEIRO - As obrigações decorrentes Dispensa consubstanciar-se-ão no Contrato, que onerará a(s) dotação(ões) do orçamento vigente, nas quais existem recursos reservados para a despesa que o presente Processo originará neste exercício:

61-12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00-MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia

424-20.010.22.661.0028.2060.3.3.90.39.00-APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL COMERCIAL, DE SERVIÇOS E TURISTICOS-00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

433-20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.39.00-APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO-00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

PARAGRAFO QUARTO-A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

PARAGRAFO QUINTO- Do documento fiscal:

O documento fiscal deverá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, e encaminhado à Fiscalização do contrato do Departamento solicitante por e-mail, em formato "pdf" devendo conter:

a) nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA e deverá corresponder àquela indicada na Proposta Definitiva de Preços.

b) outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que a Fiscalização possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ CORRETO DO MUNICÍPIO DE PALMAS/PR: 76.161.181/0001-08.

- DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL.

- DESCRITIVOS DOS VALORES UNITÁRIO E TOTAL.

- IDENTIFICAR O Nº E ANO DO PROCESSO LICITATÓRIO.

- INFORMAR DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO.

PARAGRAFO SEXTO - A Nota Fiscal/Fatura, após o recebimento definitivo efetuado pela Fiscalização, será encaminhada a Secretaria Municipal de Finanças, nos setores competentes, para que se efetive o pagamento

PARAGRAFO SÉTIMO - O pagamento será efetuado diretamente à contratada ou representante legal, previamente credenciado perante a Administração Pública, através de depósito, transferência ou outro serviço bancário determinado pela tesouraria do Município de Palmas, porém o pagamento nunca ocorrerá em espécie e nas dependências da Tesouraria.

PARAGRAFO SÉTIMO - No caso de atraso de pagamento pelo contratante, desde que a

contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP;

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438

PARÁGRAFO OITAVO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este contrato, o prazo de pagamento constante nesta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARAGRAFO NONO – DO REAJUSTE

a) Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *18/12/2023*

b) após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

c) a concessão do reajuste fica condicionada à solicitação do contratado;

d) caso não haja solicitação do reajuste antes da celebração de aditamento de vigência consuma-se a renúncia tácita ou a preclusão lógica do seu exercício;

e) nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

f) no caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

g) caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

h) na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

i) o reajuste será realizado por apostilamento.

j) O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento do requerimento pela contratada e da documentação pertinente.

K) o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

a) cabível alteração contratual por acordo entre as partes para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe

ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado;

b) cabível, ainda, alteração dos preços contratados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, na forma do art. 134 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do Contrato terá seu termo inicial na data de sua assinatura perdurando pelo período **12 (doze) meses**, desde que constatado sempre, o total cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, podendo ser prorrogável, na forma prevista nos art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação contratual é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUINTA – MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

O objeto deste contrato, deverá ser fornecido conforme condições do Termo de Referência e estabelecidas nesta cláusula.

a) Deverá na montagem das estruturas, seguir as normas de preconização do Corpo de Bombeiros e possuir a liberação dos mesmos para tal montagem;

b) Coordenar atividades educacionais, responsabilizando-se também, pela supervisão e orientação pedagógica e técnica dos cursos;

c) Disponibilizar a estrutura física e material didático para a realização dos cursos;

d) Emitir os certificados de conclusão aos participantes que obtiverem aproveitamento, conforme normas contidas no Regimento Interno das Unidades SENAI/PR;

e) Disponibilizar profissionais com capacitação técnica e metodológica para desenvolvimento das atividades;

f) Responsabilizar-se pela realização das matriculas, priorizando que os alunos inscritos sejam moradores do município de Palmas/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

g) Participar da avaliação conjunta dos participantes e do resultado, colocando no processo de análise crítica e contribuindo para a identificação de melhorias;

h) divulgar as ações advindas desta pareceria na comunidade, destacando os resultados alcançados oportunidades e melhorias;

i) divulgar as ações advindas desta parceria na comunidade, destacando os resultados alcançados e as metas atingidas pelas entidades envolvidas;

j) auxiliar na divulgação dos cursos, objeto do presente contrato;

k) A Contratada fornecerá como cortesia, sem custos para a contratante e de forma gratuita para os participantes, os cursos abaixo relacionados:

Curso	**N. de Turmas**	**N. de Alunos por turma**	**Total de Alunos**	**Carga Horaria Total**	**Investimento Total**
Assistente Administrativo Semipresencial	12	35	420	1920 horas	0,00
Assistente Administrativo Presencial	03	40	120	480 horas	0,00
Assistente Em Contabilidade (Semipresencial)	12	35	420	160 horas	0,00
Pacote Office Unidade	08	32	256	160 horas	0,00
Competências E Habilidades Para Profissões Do Futuro	11	100	1100	660 horas	0,00
Atualização Para Soldadores	01	15	15	160 horas	0,00
Técnico Em Segurança Do Trabalho (Gratuidade)	01	25	25	1200 horas	0,00
Pintura De Obras	01	30	30	40 horas	0,00
Assistente De Controle De Qualidade	01	25	25	180 horas	0,00
Almoxarife	08	30	240	1280 horas	0,00

Preparação Para O Mundo Do Trabalho E Habilidades Socioemocionais	20	35	700	320 horas	0,00
Técnico em Automação	1	30	30	1200	0,00

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do contratante, receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da contratada, receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem obrigações do contratante:

a) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fazer o serviço de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
b) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
c) pagar à Contratada o valor do serviço prestado, na forma do contrato;
d) zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados
f) Disponibilizar espaço físico adequado (quando for o caso) para a instalação da Escola Móvel SENAI e das Unidades Móveis, adequando o terreno quanto ao nivelamento necessário para a instalação do projeto sendo necessário uma área de mais de 1000 m2;

g) Realizar (quando for o caso) a instalação elétrica das Unidades Móveis e da Escola Móvel com demanda total de carga de aproximadamente 70KVA e 100ª;

h) Disponibilizar um eletricista para acompanhar a instalação das máquinas e equipamentos durante o procedimento de montagem da Escola Móvel (quando for o caso);

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constituem obrigações da contratada, além das constantes no Edital e Termo de Referência:

Constituem direitos do contratante, receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da contratada, receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

p) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCAL DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto Municipal n° 3.891 de 31 de agosto de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização e gestão da execução do presente contrato será exercida, pelos servidores:

Secretaria	Gestor/Fiscalizador	Nome do Servidor	Matrícula Funcional
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia da Inovação	Fiscal Técnico	Silvio Alves dos Santos	3203841
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia da Inovação	Fiscal Administrativo	Fernando Gilberto Badotti da Silva	3206810
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia da Inovação	Gestor	Felipe Zanoello	3206823

PARAGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem atribuições da fiscalização do contrato:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

b) caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem atribuições da gestão contratual:

a) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) indicar à contratada todos os elementos indispensáveis a bens/produtos ou início da prestação dos serviços;

c) exigir da contratada o cumprimento integral do estabelecido nesse contrato e termo de referência;

d) exigir o cumprimento integral dos detalhes, especificações e Normas Técnicas da ABNT, e

outras porventura aplicáveis;

e) esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela contratada;

f) expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;

g) tomar as providências cabíveis, de forma imediata, em caso de ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada, ou mesmo à rescisão do contrato.

PARAGRAFO QUARTO - O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO - O Fiscal de Contrato deverá manifestar-se quanto à oportunidade e conveniência da prorrogação do contrato, acordo ou ajuste sob sua responsabilidade, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu vencimento**, justificando sua proposição, na forma do art. 22, § 1º, do Decreto Municipal nº 3.891/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
a) advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
d) multa moratória de:
d.1) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

d.2) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

d.3) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo). Findo o prazo máximo, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no parágrafo seguinte, observados os critérios de dosimetria.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e

b) determinar a rescisão unilateral do ajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

PARÁGRAFO QUARTO - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO QUINTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO CONTRATUAL
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade

ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. **A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUINTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As alterações contratuais serão processadas mediante Termo Aditivo, devidamente justificadas e autorizadas pela Procuradoria Geral do Município de Palmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nas aquisições, no limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palmas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual.

Palmas, 12 de março de 2024.

Município de Palmas - Contratante
Kosmos Panayotis Nicolaou – Prefeito

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI – Contratada
Fabiane Franciscone, -Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

EXTRATO DO CONTRATO N.º 17/2024
PROCESSO N° 17//2024– DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 01/2024
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12/03/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.161.181/0001-08, com sede na Avenida Clevelândia, nº 521, no Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Prefeito **Kosmos Panayotis Nicolaou**, residente e domiciliado no Município de Palmas, Estado do Paraná.
CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 03.776.284/0034-69, com sede a Rua Marechal Deodoro, s/n, São José, CEP 85.555-000 na cidade de Palmas – PR. Representado pela Sra. **Fabiane Franciscone, Superintendente do Serviço Social da Indústria- Departamento Regional do Paraná**
OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de cursos para qualificação profissional, através de uma parceria entre a Prefeitura e o Sistema FIEP (SESI/SENAI), o desenvolvimento de programas de educação profissional.
RECURSOS: 61-12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00-MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia
424-20.010.22.661.0028.2060.3.3.90.39.00-APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL COMERCIAL, DE SERVIÇOS E TURISTICOS-00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
433-20.010.22.661.0028.2061.3.3.90.39.00-APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO-00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
VALOR: R$ **1.275.393,20 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil e trezentos e noventa e três reais e vinte centavos)**
FATURAMENTO: a nota fiscal deverá ser apresentada na sede do CONTRATANTE acompanhada de Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal/INSS, Trabalhista e de Regularidade do FGTS
APLICAÇÃO DE MULTA: compete à Administração contratante a aplicação de multas.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
FORO: Comarca de Palmas, Estado do Paraná.

CONTRATO Nº 98/2024
DATA: 04/03/2024

O **MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob n. º 76.205.715/0001-42, estabelecida à Rua Canela, esquina com a Rua Angico, 731, Centro - CEP 85.650-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Jean Pierr Catto, brasileiro, atualmente Administrador Público, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.776.284/0033-88, com sede e foro na Rua Erechim, nº 383, Rondinha, na cidade de Ampére, Estado Paraná, CEP: 85.640-000, representada pela Senhora JULIANI APARECIDA AGNES, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 11/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 05/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é: "Contratação de empresa especializada em cursos para aperfeiçoamento e qualificação profissional dos munícipes e servidores públicos de Santa Izabel do Oeste - PR, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, com Recursos Próprios", nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 O presente contrato está vinculado à Dispensa de Licitação nº 05/2024, homologada em: 04/03/2024.

1.3 Objeto da contratação:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R$ UNIT	R$ TOTAL
1	1,00	SER	CURSO DE MONTADOR DE MÓVEIS, COM MATERIAL E ESPAÇO CEDIDOS PELA EMPRESA CONTRATADA. MODALIDADE: PRESENCIAL. CARGA HORÁRIA: 80 HORAS. NÚMERO DE VAGAS POR TURMA: 20. NÚMERO DE TURMAS: 01. CONTEÚDO FORMATIVO: FERRAMENTAS MANUAIS; FERRAMENTAS ELÉTRICAS; ACESSÓRIOS DE MONTAGEM; PREPARAÇÃO DO LOCAL; MONTAGEM PRÁTICA; ATENDIMENTO AO CLIENTE.	R$ 16.720,00	R$ 16.720,00
2	2,00	SER	CURSO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, COM ESPAÇO CEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E MATERIAIS DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA CONTRATADA. MODALIDADE: PRESENCIAL. CARGA HORÁRIA: 16 HORAS. NÚMERO DE VAGAS POR TURMA: 25. NÚMERO DE TURMAS: 02. CONTEÚDO FORMATIVO: ATENDIMENTO AO CLIENTE; QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ATENDIMENTO TELEFÔNICO, VOLTADO AO ATENDIMENTO DE RESTAURANTES; CUIDADOS COM PESSOAIS E COM A APARÊNCIA; ETIQUETA À MESA;	R$ 5.220,00	R$ 10.440,00

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE [illegible] para validar o documento e as assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemaicp.org.br/validate/[illegible]

			COMUNICAÇÃO ADEQUADA; COMPORTAMENTO EM LOCAIS PÚBLICOS; CUIDADOS COM O AMBIENTE.		
3	1,00	SER	CURSO DE ELETRICIDADE RESIDENCIAL, COM MATERIAL E ESPAÇO CEDIDOS PELA EMPRESA CONTRATADA. MODALIDADE: PRESENCIAL. CARGA HORÁRIA: 80 HORAS. NÚMERO DE VAGAS POR TURMA: 20. NÚMERO DE TURMAS: 01. CONTEÚDO FORMATIVO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: TEORIA ELETRÔNICA; FONTES DE ELETRICIDADE; CORRENTE ELÉTRICA; CIRCUITO ELÉTRICO; RESISTÊNCIA ELÉTRICA; ASSOCIAÇÃO DE RESISTORES EM SÉRIE, EM PARALELO E MISTA; TENSÃO ELÉTRICA; POTÊNCIA ELÉTRICA; LEI DE OHM; PRIMEIRA E SEGUNDA LEIS DE KIRCHOFF; MAGNETISMO; ELETROMAGNETISMO; PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS; PLANEJAMENTO; ORÇAMENTO; SEGURANÇA DO TRABALHO; MEIO AMBIENTE; QUALIDADE; LIGAÇÃO A TERRA (ATERRAMENTO); FATORES QUE INFLUENCIAM NO DIMENSIONAMENTO; PROTEÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS; DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS; CIRCUITO ALIMENTADOR E DE DISTRIBUIÇÃO; CORRENTE ALTERNADA; EMENDA DE CONDUTORES; INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO; LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIAGRAMAS; SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO; TÉCNICAS DE INSPEÇÃO DE SISTEMAS DE REDES ELÉTRICAS; INSTALAÇÃO DE QUADRO; MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS. DISJUNTORES PELA CAPACIDADE DE CORRENTE E QUEDA DE TENSÃO; ATERRAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. NORMA NBR 5410 (INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO); NORMA NTC 901 100 (FORNECIMENTO EM TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO).	R$ 18.240,00	R$ 18.240,00
4	2,00	SER	CURSO DE CONFECÇÃO DE BOLSAS E NÉCESSAIRES EM TECIDO, COM ESPAÇO CEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E MATERIAIS DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA CONTRATADA. MODALIDADE: PRESENCIAL. CARGA HORÁRIA: 20 HORAS. NÚMERO DE VAGAS POR TURMA: 20. NÚMERO DE TURMAS: 02. CONTEÚDO FORMATIVO: CORTE DE MATERIAL; PROCESSO DE FABRICAÇÃO; TIPOS DE MODELOS; MONTAGEM DE PEÇAS; TIPOS DE MÁQUINAS PARA DETERMINADO TIPO DE MATERIAIS; PREPARAÇÃO DA	R$ 6.000,00	R$ 12.000,00

Esse documento foi assinado por VANESSA [illegible] para validar este documento acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/ e use o código [illegible]

Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste
CNPJ 76.205.715/0001-42
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: prefsio@gmail.com
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

			MÁQUINA DE COSTURA E CONCLUSÃO DA PEÇA.		
5	3,00	SER	CURSO DE HIGIENE APLICADA À MANIPULAÇÃO DO ALIMENTOS, COM ESPAÇO CEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E MATERIAIS DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA CONTRATADA. MODALIDADE: PRESENCIAL. CARGA HORÁRIA: 08 HORAS. NÚMERO DE VAGAS POR TURMA: 20. NÚMERO DE TURMAS: 03. CONTEÚDO FORMATIVO: MANIPULADORES DE ALIMENTOS E SUAS RESPONSABILIDADES - PERIGOS EM ALIMENTOS; NOÇÕES DE MICROBIOLOGIA; DOENÇAS TRANSMITIDAS PELOS ALIMENTOS; CONTAMINAÇÃO ALIMENTAR; BOAS PRÁTICAS PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS; PROGRAMAS DE HIGIENE PESSOAL E OPERACIONAL; CONTROLE DE PRAGAS E HIGIENIZAÇÃO.	R$ 4.000,00	R$ 12.000,00
6	1,00	SER	CURSO DE PINTURA DE OBRAS, COM MATERIAL E ESPAÇO CEDIDOS PELA EMPRESA CONTRATADA. MODALIDADE: PRESENCIAL. CARGA HORÁRIA: 80 HORAS. NÚMERO DE VAGAS POR TURMA: 25. NÚMERO DE TURMAS: 01.	R$ 18.400,00	R$ 18.400,00

1.4 Os cursos previstos acima são uma estimativa programada e podem sofrer alterações em seus títulos, modalidades, carga horária, número de alunos por turma e/ou conteúdo formativo, a depender do comum acordo entre Contratante e Contratada.

1.5 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;
1.5.2 O Edital da Licitação;
1.5.3 A Proposta do contratado;
1.5.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.01 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2 A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE GUEDES TAVARES DA SILVA e Jaqueline Agnes Parravicini para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/ com o código 4F68-8B5A-F

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 A prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, deverá iniciar com prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da ordem de Serviços – OS e envio do Empenho à Contratada.

3.2 Os serviços deverão ser executados no local e horário a serem definidos pela Secretaria solicitante, sendo por conta da contratada o deslocamento do profissional executor do serviço até o local indicado, quando for o caso.

3.3 Os serviços deverão ser executados de acordo com o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, em dias e horários previamente definidos em conformidade com as demandas das secretarias municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, podendo, ainda, haver a necessidade de efetuarem-se horas complementares, em virtude de atrasos e faltas, ou demandas extraordinárias de consultas em razão de situações imprevistas, devidamente justificadas.

3.4 A prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre as partes.

3.5 O(s) profissional(is) da empresa prestadora de serviços deverá(ão) respeitar os procedimentos e protocolos administrativos, respeitando-se, todavia, suas dependências funcionais e técnicas.

3.7. É de total responsabilidade da empresa contratada o cumprimento da escala de atendimentos, bem como prover meios que garantam o cumprimento da mesma sem faltas injustificadas, cabendo à Contratada fornecer profissional para cobrir eventuais ausências, sejam estas justificadas ou não.

3.8. A empresa contratada deverá prestar serviço em perfeita consonância com o Código de Ética vigente.

3.9. Quaisquer danos a terceiros que venham a ocorrer em virtude de eventual troca de profissional não autorizada, seja o dano originário de culpa concorrente ou não, será de responsabilidade objetiva do membro do corpo técnico que estava originalmente designado na escala.

3.10 Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, aparelhos e instrumentos colocados à sua disposição para o exercício da profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais servidores.

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE LUIZ BASTOS CRUZ e Aparecida Aguiar Pereira. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/[illegible]

3.11 É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

3.12 A eventual mudança do(a) Técnico(a) responsável e/ou dos profissionais indicados para a execução dos serviços credenciados junto à CONTRATADA, ou outra alteração a qualquer título, será por esta imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência, podendo a CONTRATANTE rever as condições de presente no Termo de Referência.

3.13. Para o bom andamento dos serviços, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição de qualquer profissional prestador do serviço por motivo disciplinar ou técnico verificado.

3.14. O não cumprimento do disposto nos itens 3.1 e 3.2 acarretará a anulação do empenho, bem como a convocação do fornecedor subsequente, considerando a ordem de classificação do certame. Ainda, o descumprimento dos prazos previstos acima ensejará na aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, no contrato e na lei de licitações, ficando todos os contratados desde já CIENTES E NOTIFICADAS da impossibilidade do descumprimento do prazo por se tratar de produtos de exclusivo uso para atendimento de finalidades administrativas.

3.15. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R$ 87.800,00 (oitenta e sete mil e oitocentos reais).

5.2 No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.2 A forma de pagamento será realizada por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3 Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer mercadoria ou serviço, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

Esse documento foi assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas acesse https://assinaturas.sistemafiep.org.br/validate/[illegible]

Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste
CNPJ 76.205.715/0001-42
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: prefsio@gmail.com
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná
MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

6.4 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

6.5 A empresa contratada deverá emitir o documento comprobatório do fornecimento das mercadorias e/ou prestação de serviços, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancaria (transferência/TED/DOC/PIX), esta, responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancarias, autorizando, ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

6.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.6.1 A emissão da Nota fiscal/fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou termo de referência:

6.6.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.6.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) o valor a pagar; e
c) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.6.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.6.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.6.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.6.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.6.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Esse documento foi assinado por [illegible] assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemaleo.org.br/validate/[illegible]

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.3 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

7.7 O reajuste obedecerá a variação do índice INPC ou aquele que venha a lhe substituir, bem como, a administração possui discricionariedade para aplicação de outro índice menor que reflito as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 Responsabilizar-se pelas indicações de matrículas nos cursos de qualificação profissional;
8.2 Receber provisoriamente os bens, materiais e serviços, disponibilizando local, data e horário;
8.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens, materiais e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
8.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
8.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
8.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 Realizar a formação educativa em sala de aula/laboratório ou em outro espaço condizente ao curso ofertado, sendo de sua responsabilidade o desenvolvimento do conteúdo curricular do curso;
9.2 Coordenar as atividades educacionais, responsabilizando-se, também, pela supervisão e orientação pedagógica e técnica dos cursos;
9.3 Disponibilizar a infraestrutura física e material didático para realização dos cursos, quando de sua responsabilidade prevista na tabela 1.1 do Termo de Referência;

Esse documento foi assinado por Rosangela Rodrigues Dias Oliveira e Lucas Lopes Pereira Ferreira usando Documento Oficial Assinaturas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/[illegible]

Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste
CNPJ 76.205.715/0001-42
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: prefsio@gmail.com
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

9.4 Emitir os certificados de conclusão aos participantes que obtiverem aproveitamento, conforme normas contidas no Regimento Interno das Unidades do SENAI/PR;
9.5 Disponibilizar profissionais com capacitação técnica e metodológica para desenvolvimento das atividades;
9.6 Responsabilizar-se pela realização das matrículas dos alunos;
9.7 Arcar com o ônus dos custeios de apólice de seguro contra danos de bens móveis e imóveis;
9.8 Realizar todo o processo seletivo para a contratação de menores aprendizes;
9.9 Efetuar a entrega dos bens, materiais e serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
9.10 Acompanhar os bens, materiais e serviços, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
9.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.12 A critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos
9.13 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
9.14 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.15 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.16 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.18 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
9.19 Emitir documento comprobatório do fornecimento das mercadorias e/ou prestação de serviços, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/PIX), esta responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE LUIZ BASSO FORTE e Luana Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/ [illegible]
ICP Brasil

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
II – Multa, nos seguintes percentuais:

a. multa no importe de, no mínimo, 0,5% (cinco décimas por cento) e de, no máximo, 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.

III – Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
V – Rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATATE por perdas e danos;
VI – Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;
VII – As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
VIII – Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

a. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

§ 1º - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e da Lei Municipal 2.598/23, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

§ 2º - As multas estipuladas no inciso II desta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

§ 3º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, podendo ainda ser descontado das

Esse documento foi assinado digitalmente por [illegible]
assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/[illegible]

Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.

§ 4º - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do serviço for devidamente justificado pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

Esse documento foi assinado por [illegible] assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemaep.org.br/Validar e informe o código 7B8B-3C9W

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.01 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.02 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.03 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.01 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.02 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.03 Indenizações e multas.

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE EDUARDO SATO SORTE e Aparecida Aguiar Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/5WKW-KQ-2XZ6-SF4W-BB5-8D9WB

Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste
CNPJ 76.205.715/0001-42
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: prefsio@gmail.com
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas com a prestação do serviço indicado na Cláusula Segunda deste contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária:

03.001.0004.0122.0002.2004.3.3.3.90.39.05 – 27

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Esse documento foi assinado por [illegible] Para validar o documento e as assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/[illegible]

17.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

17.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

17.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

17.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

17.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

17.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

17.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.11. O profissional executor do serviço deverá apresentar conduta moral, ética e honesta compatível e conveniente com a execução da sua função dentro da instituição.

17.12. Condutas imorais, céticas, desrespeitosas, irregulares, incorretas e não condizentes com a função exercida pelo profissional durante a prestação de serviços, de forma contrária à lei ou aos bons costumes, ou ainda, o desvirtuamento do comportamento, caracterizando incontinência de conduta (atos obscenos, condutas libertinas ou relacionadas a sexualidade), incorrerão em falta grave e serão consideradas pela administração municipal como passiveis de encaminhamento de procedimento administrativo e/ou rescisão unilateral de contrato.

17.13. Em caso de falta grave, conforme descrito nos itens 9.1.14 e 9.1.15, serão responsabilizados pela administração municipal pelos atos tanto o profissional quanto a empresa contratada.

17.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Esse documento foi assinado por Murilo Rodrigues Lisboa e outros 2 usuários. Para verificar as assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafecop.com.br e utilize o código 3WB

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

18.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Realeza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Izabel do Oeste/PR, 04 de março de 2024.

MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE
CONTRATANTE

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Esse documento foi assinado por [illegible] para validar documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/[illegible]

0 6 105

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 5/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI**
OBJETO: Contratação de empresa especializada em cursos para aperfeiçoamento e qualificação profissional dos munícipes e servidores públicos de Santa Izabel do Oeste - PR, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, com Recursos Próprios
VIGÊNCIA: 04/03/2026.
VALOR TOTAL: R$ 87.800,00 (oitenta e sete mil e oitocentos reais).
DATA: 04/03/2024

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE GUEDES DA SILVA DOS SANTOS e Aparecida Aguiar Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/

TOMO 106

B

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 54KUJ-WTJZ6-KFW78-TSG9J

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✔ Viviane Rodrigues Dos Santos - Testemunha (CPF ***.428.189-**) em 20/03/2024 16:25 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.186.73.66	Lat: -25,457459 Long: -49,273242 Precisão: 5618 (metros)
Autenticação	viviane.santos@sistemafiep.org.br (Verificado)
Login	

rpzwU4siB6Rriv3KH2qyHQTyTFhGui0HV/IgjLyuLTk= SHA-256

✔ Juliani Aparecida Agnes - Signatário (CPF ***.508.570-**) em 21/03/2024 10:31 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.186.73.66	Não disponível
Autenticação	juliani.agnes@sistemafiep.org.br
Email verificado	

P0vji7PDSwLTU5NwX1Ar+A9SP5Y0Ma0OkuVyt9f7ZHE= SHA-256

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE LUIZ BAIOTO FORTE e Jean Pierr Catto. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WCWKQ-2XLUG-476D5-8D3WB

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/54KUJ-WTJZ6-KFW78-TSG9J

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate

Esse documento foi assinado por ALEXANDRE LUIZ BAIOTO FORTE e Jean Pierr Catto. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WCWKQ-2XLUG-476D5-8D3WB

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: WCWKQ-2XLUG-476D5-8D3WB

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✔ ALEXANDRE LUIZ BAIOTO FORTE - Signatário (CPF ***.908.701-**) em 22/03/2024 16:30 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
45.160.148.217	Lat: -25,817198 Long: -53,485830 Precisão: 4324 (metros)
Autenticação	compras.prefeiturasio@gmail.com
Email verificado	

HbnOH57jzOj5kQwP8N7No191XxKio91OzOUrE7DxHqM= SHA-256

✔ Jean Pierr Catto - Signatário (CPF ***.863.009-**) em 26/03/2024 09:27 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
45.160.148.217	Lat: -25,817210 Long: -53,487857 Precisão: 4409 (metros)
Autenticação	jeancattoprefeito@gmail.com
Email verificado	

510+l9XwvMmLsyJ6GAZOGE0c1t4QssKiutkYHBvo16s= SHA-256

FIEP SESI SENAI IEL

Curitiba, 03 de abril de 2024

Prezados Senhores,

A empresa **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI** , inscrita no **CNPJ – 003.776.284/0001-09** com endereço: Av Cândido de Abreu, 200 – Centro Civico, Curitiba - PR, 85.530-902, neste ato representado por seu Analista Comercial, Mariana Hoffmann Dalmolin, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº 091.124.879-02, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, vem por meio deste, submeter a seguinte informação para atendimento da contratação por dispensa referente ao **Curso de Instalação e Manutenção de Sistemas fotovoltaica e Técnicas de Limpeza, Inspeção e Lubrificação de Máquinas e Equipamentos Industriais**, sobre a solicitação de contrato emitido para outras Prefeituras de curso semelhante, no formato in Compay. Esclarecemos que este curso faz parte do portifólio de curso que são ofertados em balcão, por matrículas avulsas e que a proposta que está sendo avaliada pela prefeitura está baseada em um atendimento customizado e formatado conforme necessidade específica da Prefeitura de Capanema - Paraná, tendo com diferencial o atendimento In Company, ou seja, nas dependências da própria prefeitura e com carga horário também conforme estabelecido pela prefeitura. Sendo assim, nos vemos impossibilitados de fornecermos contratos de curso exatamente igual ao da proposta em questão.

Nos permanecemos à disposição para fornecermos qualquer outro documento que reforce nosso compromisso em ofertarmos valores praticados em mercado, mesmo considerando um serviço customizado, com total transparência e respeitando a boa versação do dinheiro público.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

Mariana Hoffmann Dalmolin
Analista Comercial do SENAI/PR
CPF: 091.124.879-02
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI/PR
Endereço Comercial: Av. Cândido de Abreu, 200 – Centro Cívico
Telefone (41) 32719428 – Fax (41) 32719417

Esse documento foi assinado por Mariana Hoffmann Dalmolin. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/W94WP-BJJ6G-NWSR6-WMDWJ

111.
03.110

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: W94WP-BJJ6G-NWSR6-WMDWJ

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✔ Mariana Hoffmann Dalmolin - Signatário (CPF ***.124.879-**) em 03/04/2024 17:20 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.186.73.66	Lat: -25,431245 Long: -49,269965 Precisão: 6479 (metros)
Autenticação	mariana.hoffmann@sistemafiep.org.br
Email verificado	

x//CI3bIVQA9yQIdB7EUGkH8aEf/yDdLWiMcoUIw/bM= SHA-256

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/W94WP-BJJ6G-NWSR6-WMDWJ

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate

03.111

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO **03.776.284/0033-88** **FILIAL**	**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL**	DATA DE ABERTURA **04/11/2009**

NOME EMPRESARIAL
SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) **SENAI AMPERE**	PORTE **DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
307-7 - Serviço Social Autônomo

LOGRADOURO **R ERECHIM**	NÚMERO **383**	COMPLEMENTO ********

CEP **85.640-000**	BAIRRO/DISTRITO **RONDINHA**	MUNICÍPIO **AMPERE**	UF **PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO **FALECONOSCO@SENAIPR.ORG.BR**	TELEFONE **(41) 3271-9000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL **ATIVA**	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL **04/11/2009**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL ********	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **19/02/2024** às **16:41:14** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

08. 113

ESTADO DE PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE
Secretaria Municipal da Fazenda

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número da ordem:	Verificado em:	Valido até:	Data de emissão:
631	**2024**	**31/12/2024**	**17/01/2024**

Pelo presente é concedido licença para ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ao contribuinte:

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ
8155 - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI	03.776.284/0033-88
Inscrição Municipal: 1525	Área: 1.670,00 m²

ENDEREÇO

Logradouro:	ERECHIM	Número:	383
Complemento:		CEP:	85640-000
Bairro:	RONDINHA		
Cidade:	Ampére	UF:	PR

ATIVIDADE(S) CNAE

PRINCIPAL:
8599699 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

SECUNDÁRIA(S):
8541400 - Educação profissional de nível técnico
8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

FIXAR EM LOCAL VISÍVEL **CÓDIGO VALIDAÇÃO: GBCF-XBKP**

Rua Maringá, 279 - 85640-000 - Ampére/PR - 46 3547-1122 - 85640000

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

REGIMENTO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

CAPÍTULO I
Dos objetivos

Art. 1º O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), organizado e administrado pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, tem por objetivo:

a) realizar, em escolas instaladas e mantidas pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária;

b) assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;

c) proporcionar, aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;

d) conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento e a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;

e) cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.

Art. 2º O SENAI funcionará como órgão consultivo do Governo Federal em assuntos relacionados com a formação de trabalhadores da indústria e atividades assemelhadas.

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICACAO

0 8 114

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

1. OFICIO - BRASILIA
REBISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

CAPÍTULO II
Características Civis

Art. 3° O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é uma entidade de direito privado, nos termos da lei civil, com sede e foro jurídico na Capital da República, cabendo a sua organização e direção à Confederação Nacional da Indústria.

Parágrafo único. Os dirigentes e prepostos do SENAI, embora responsáveis, administrativa e criminalmente, pelas malversações que cometerem, não respondem individualmente pelas obrigações da entidade.

Art. 4° A entidade inscreverá no registro público competente os seus atos constitutivos para todos os efeitos de direito.

Art. 5° As despesas do SENAI serão custeadas por uma contribuição mensal das empresas das categorias econômicas da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca, nos termos da lei.

Art. 6° A dívida ativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, decorrente de contribuições, multas ou obrigações contratuais quaisquer, poderá ser cobrada judicialmente pelas instituições arrecadadoras, segundo o rito processual dos executivos fiscais.

Parágrafo único. No caso de cobrança direta pela entidade, a dívida considerar-se-á suficientemente instruída com o levantamento do débito junto à empresa, ou com os comprovantes fornecidos pelos órgãos arrecadadores.

Art. 7° As ações em que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial for autor, réu ou interveniente correrão no juízo privativo da Fazenda Pública.

Art. 8° O SENAI será representado, em juízo ou fora dele, pelo Presidente do Conselho Nacional que, para esse fim, poderá constituir mandatários e procuradores.

Art. 9° Os bens e serviços do SENAI gozam da mais ampla isenção fiscal.

Art. 10. No que concerne a orçamento e prestação de contas da gestão financeira, a entidade, além das exigências da sua regulamentação específica, está adstrita ao disposto nos arts. 11 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de dezembro de 1955.

§ 1° A execução orçamentária dos órgãos nacionais e regionais será de responsabilidade de cada um deles.

2 OFICIO DE NOTAS E
A U T E N T I
Autentico esta cópia que e reproducao
fiel do original (Lei 8935/94,
Art.6,III,V)
Para consultar acesse: www.tidft.jus.br
03 de Janeiro de 2012

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

CARTÓRIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
BRASÍLIA
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

§ 2º Os órgãos do SENAI destinarão em seus orçamentos anuais parcela de suas receitas líquidas da contribuição compulsória geral à gratuidade em cursos e programas de educação profissional, observadas as diretrizes e regras estabelecidas pelo Conselho Nacional.

§ 3º O montante destinado ao atendimento do disposto no § 2º abrange as despesas de custeio, investimento e gestão voltadas à gratuidade.

Art. 11. Em sua condição de entidade de ensino, o SENAI será fiscalizado pelo Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O Departamento Nacional disponibilizará ao Ministério da Educação informações necessárias ao acompanhamento das ações voltadas à gratuidade, de acordo com método de verificação nacional a ser definido de comum acordo.

Art. 12. O SENAI, afora os casos de dissolução em virtude de lei, poderá cessar a sua atividade por deliberação da Confederação Nacional da Indústria, tomada por três quartas partes dos votos do seu Conselho de Representantes, em reunião especialmente convocada para esse fim.

§ 1º O ato extintivo, a requerimento da Confederação Nacional da Indústria, será inscrito no registro público competente, para os efeitos legais.

§ 2º Na hipótese de dissolução, o patrimônio do SENAI reverterá em favor da Confederação Nacional da Indústria.

Art. 13. O SENAI, sob regime de unidade normativa e de descentralização executiva, atuará em íntima colaboração e articulação com os estabelecimentos contribuintes, através dos respectivos órgãos de classe, visando ao estabelecimento de um sistema nacional de aprendizagem, com uniformidade de objetivos e de planos gerais, adaptável aos meios peculiares às várias regiões do País.

CAPÍTULO III
Da Organização

Art. 14. O SENAI, para a realização das suas finalidades, corporifica órgãos normativos e órgãos de administração, de âmbito nacional e de âmbito regional.

Art. 15. São órgãos normativos:

a) o Conselho Nacional, com jurisdição em todo o País;

2 OFICIO DE NOTAS E DE AUTENTICAÇÃO
Autentico esta copia que é reprodução fiel do original (Lei 8935/94, Art. 6, III, V)
Para consultar acesse: www.tidft.jus.br
03 de Janeiro de 2012
ENOQUES ALVES GUEDES
DELIA DE JESUS FAIAD FERNANDES
CLAYTON MASCIMENTO BERNARDO

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

CARIMBO
1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
EFEITO
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085208

b) os conselhos regionais, com jurisdição nas bases territoriais correspondentes.

Art. 16. São órgãos de administração:

a) o Departamento Nacional, com jurisdição em todo o País;

b) os Departamentos Regionais, com jurisdição nas bases territoriais correspondentes.

CAPÍTULO IV
Do Conselho Nacional

Art. 17. O Conselho Nacional terá a seguinte composição:

a) presidente da Confederação Nacional da Indústria que será seu presidente nato;

b) dos presidentes dos Conselhos regionais, na qualidade de presidentes das federações industriais, representando as categorias econômicas da indústria;

c) um representante das categorias econômicas dos transportes, das comunicações e da pesca, designado pelo órgão sindical de grau superior de maior hierarquia e antiguidade, no âmbito nacional;

d) diretor do Departamento Nacional do SENAI;

e) diretor da Diretoria de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura;

f) um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, designado por seu titular;

g) seis representantes dos trabalhadores da indústria, e respectivos suplentes, indicados pelas confederações de trabalhadores da indústria e centrais sindicais, que contarem com pelo menos vinte por cento de trabalhadores sindicalizados em relação ao número total de trabalhadores da indústria em âmbito nacional.

§ 1º Duas ou mais confederações de trabalhadores da indústria ou duas ou mais centrais sindicais poderão somar seus índices de sindicalização do setor da indústria para atender ao requisito de representatividade estabelecido na alínea "g".

§ 2º A indicação dos representantes dos trabalhadores será proporcional à representatividade das entidades indicantes.

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia
Art.3,III,V)

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085280

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

Art. 18. Os membros do Conselho exercerão suas funções individualmente, não lhes sendo permitido fazê-lo através de procuradores.

§ 1° Nos casos de ausência ou impedimentos, os conselheiros serão representados, mediante convocação:

a) o presidente da Confederação Nacional da Indústria, pelo seu substituto estatutário no órgão de classe;

b) o presidente do conselho regional, pelo suplente designado por este órgão, entre os seus membros;

c) cada trabalhador pelo respectivo suplente que constar do ato que indicou o titular;

d) os demais, por quem for indicado pelo ente representado.

§ 2º O mandato dos Conselheiros indicados nas alíneas "c", "f" e "g" do art. 17 será de dois anos, podendo ser renovado.

§ 3° O voto, em plenário, dos delegados dos conselhos regionais, como representantes das categorias econômicas da indústria, será contado à razão de um por duzentos mil operários ou fração, existentes na base territorial respectiva, enquanto que o dos demais terá peso unitário.

Art. 19. Compete ao Conselho Nacional:

a) estabelecer as diretrizes gerais que devem ser seguidas pela administração nacional e pelas administrações regionais na educação profissional e tecnológica, incluída a aprendizagem industrial, bem como regulamentar a questão da gratuidade tratada nos §§ 2° e 3° do art. 10;

b) votar, em verbas globais, o orçamento do Departamento Nacional;

c) autorizar as transferências e as suplementações de dotações solicitadas pelo Diretor do Departamento Nacional, submetendo a matéria à autoridade competente, quando a alteração for superior a 25% (vinte e cinco por cento) de cada verba;

d) autorizar a compra, ou recebimento por doação, dos imóveis, no Departamento Nacional;

e) autorizar a alienação ou gravame dos imóveis do SENAI;

f) autorizar a alienação dos bens móveis patrimoniais que estejam sob a responsabilidade da administração nacional;

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia que é reprodução
fiel do original (Lei 8935
Art. 7, III, V)
Para consulta: acesse: www.tjdft.jus.br
03 de Janeiro de 2012

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

g) homologar os planos de contas do Departamento Nacional e dos Departamentos Regionais, decidindo sobre quaisquer propostas de suas alterações;

h) deliberar sobre prestações de contas anuais do Diretor do Departamento Nacional, as quais deverão ser previamente submetidas ao exame da Comissão de Contas a que se referem os artigos 22 e 23;

i) determinar, depois de verificação realizada por comissão especial que designar, a intervenção na administração regional que descumprir disposição legal, regulamentar, regimental ou resolução plenária, ou em caso de comprovada ineficiência;

j) estabelecer a designação e a forma de funcionamento de delegacias para administrar os serviços da instituição nas unidades políticas onde não haja federação de indústria reconhecida;

k) mediante proposta do Diretor do Departamento Nacional, aprovar os quadros de pessoal, fixar os padrões de vencimentos, o critério e a época de promoções, bem como examinar quaisquer reajustamentos de salários do Departamento Nacional;

l) fixar a remuneração do diretor do Departamento Nacional;

m) fixar as percentagens de aprendizes a serem matriculados pelas empresas, bem como a duração dos cursos;

n) autorizar a realização ou anulação de convênios que impliquem na concessão de isenção de contribuição devida ao SENAI;

o) autorizar a realização de acordos com os órgãos internacionais de assistência técnica, visando à formação de mão-de-obra e ao aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico do SENAI e das empresas contribuintes;

p) decidir sobre estudos e planejamentos da formação ou do aperfeiçoamento do pessoal latino-americano, ou de outra procedência, quando decorrentes de acordos com entidades internacionais;

q) autorizar a execução de planos de bolsas de estudo no País ou no estrangeiro, para técnicos das empresas contribuintes, ou do SENAI, a serem custeados, parcial ou totalmente, pela Instituição;

r) autorizar a realização de convênios entre o SENAI e entidades ou escolas de todos os níveis, visando à formação ou ao aperfeiçoamento de mão-de-obra industrial;

s) julgar, em instância final, os recursos das decisões das administrações regionais que aplicarem multas e penalidades às empresas infratoras, passíveis pertinentes ao SENAI;

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

t) fixar a ajuda de custo e as diárias de seus membros;

u) deliberar sobre o relatório anual das atividades da Instituição em todo o País;

v) expedir as normas internas de seu funcionamento, alterando-as quando julgar conveniente;

x) decidir, em última instância, as questões de ordem geral do interesse do SENAI, *ex oficio* ou que lhe forem submetidas pelo Departamento Nacional e pelas administrações regionais;

z) dar solução aos casos omissos.

Art. 20. As despesas com o funcionamento do Conselho Nacional serão autorizadas pelo seu presidente e correrão à conta de verbas destacadas no orçamento do Departamento Nacional.

Art. 21. O Conselho Nacional, para o desempenho de suas atribuições específicas, disporá de um secretário, de um consultor geral e de um consultor jurídico, além dos assessores técnicos que forem necessários, a juízo do presidente.

Art. 22. O Conselho Nacional designará três (3) dos seus membros para constituírem uma Comissão de Contas que terá a incumbência de fiscalizar a execução orçamentária, bem como a movimentação de fundos do Departamento Nacional e das Delegacias Regionais.

Art. 23. Para o desempenho de suas atribuições a Comissão de Contas disporá de auditores que deverão ser contratados pelo prazo máximo de 18 meses.

§ 1° - Os auditores não poderão ser contratados por outro período antes de transcorrido o prazo de 2 (dois) anos do término do último contrato.

§ 2° - Além das atribuições que lhes forem determinadas pela Comissão, deverão os auditores encaminhar a esta um certificado de revisão e de exatidão das contas do Departamento Nacional e das delegacias regionais.

Art. 24. Compete ao Presidente do Conselho Nacional:

a) fazer cumprir, sob sua responsabilidade administrativa, todas as resoluções emanadas do Conselho Nacional;

b) fixar os níveis máximos de vencimentos dos Diretores e Delegados Regionais;

c) deliberar, mediante proposta do Diretor do Departamento Nacional, sobre a escolha dos nomes dos bolsistas da indústria e do SENAI com planos de estudo no estrangeiro;

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

d) exercer, no interregno das sessões, *ad-referendum* do Conselho Nacional, as atribuições indicadas nas alíneas *c*, *o*, *p* e *r* do Art. 19.

Art. 25. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por dois terços de seus membros.

§ 1º - O Conselho se instalará com a presença de um terço dos seus membros, sendo, porém, necessário o comparecimento da maioria absoluta para as deliberações.

§ 2º - As decisões serão tomadas por maioria de sufrágios, cabendo ao presidente o voto de qualidade nos empates verificados.

Art. 26. O Conselho, no exercício de suas atribuições, será coadjuvado, no que for preciso, pelo Departamento Nacional, que lhe ministrará, durante as sessões, assistência técnica necessária.

Art. 27. O Conselheiro manterá contato permanente com a Confederação Nacional da Indústria, na troca e coleta de elementos relativos ao ensino industrial, autorizando, quando necessário, a celebração de acordos e convênios.

CAPÍTULO V
Do Departamento Nacional

Art. 28. Compete ao Departamento Nacional:

a) promover e realizar estudos e levantamentos de mão-de-obra;

b) colaborar com os departamentos regionais na elaboração de planos de escolas e cursos;

c) assistir os Departamentos Regionais na implantação de cursos novos e no aperfeiçoamento dos existentes;

d) elaborar programas, séries metódicas, livros e material didático, diretamente ou em colaboração com os departamentos regionais e editá-los quando conveniente;

e) estabelecer critérios e meios para avaliação do rendimento escolar;

f) assistir os Departamentos Regionais no planejamento de edificações, bem como no exame e escolha de equipamentos escolares;

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICAÇÃO

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

g) colaborar com as empresas contribuintes no estudo de planos de treinamento de mão-de-obra no próprio emprego, promovendo entendimentos entre os Departamentos Regionais e os empregados, para a sua realização;

h) orientar os serviços orçamentários e contábeis dos Departamentos Regionais, visando à sua uniformidade;

i) verificar, quando determinado pelo Conselho Nacional, a execução orçamentária e as contas dos Departamentos Regionais;

j) submeter ao Conselho Nacional o plano de contas do Departamento Nacional e dos departamentos regionais;

k) fixar as diretrizes para a estatística relativa à aprendizagem ministrada pelo SENAI e pelas empresas, receber os dados coletados pelos Departamentos Regionais e realizar as análises necessárias;

l) promover reuniões de diretores, chefes de serviços, professores, instrutores, supervisores e técnicos dos Departamentos Regionais e das empresas, para exame de problema de formação e treinamento de mão-de-obra;

m) elaborar relatório anual sobre a formação e treinamento de mão-de-obra no SENAI e nas empresas;

n) organizar ou realizar cursos de aperfeiçoamento e de especialização do pessoal docente, técnico e administrativo do SENAI;

o) realizar estudos e pesquisas de natureza técnica e administrativa, de interesse da Instituição;

p) opinar sobre os recursos interpostos sobre penas aplicadas pelos Departamentos Regionais aos infratores das leis pertinentes do SENAI.

q) submeter à aprovação do Conselho Nacional proposta de regras de desempenho a ser seguida pelos órgãos do SENAI nas ações de gratuidade, cujo teor deverá observar o princípio federativo, as diretrizes estratégicas da entidade e o controle com base em indicadores qualitativos e quantitativos;

r) acompanhar e avaliar o cumprimento das regras de desempenho e das metas físicas e financeiras relativas às ações de gratuidade.

Art. 29. O Departamento Nacional será dirigido por um diretor, nomeado e demissível *ad-nutum* pelo presidente do Conselho Nacional, devendo a escolha recair em pessoa com formação universitária e conhecimentos especializados de ensino industrial.

Parágrafo único - O Diretor do Departamento Nacional será substituído, em seus impedimentos, por pessoa designada pelo presidente do Conselho Nacional.

2 OFICIO DE NOTAS E ...
AUTENTICA - DF
Autêntico esta cópia que é reprodução fiel do original (Lei 6932/81. Art.6.,III,b)
03 de Janeiro de 2012
TABELIÃ DULCES BAIÃO PEIXOTO
TECNICO ADMINISTRATIVO - MATRICULA

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

Art. 30. Ao Diretor do Departamento Nacional compete:

a) fazer cumprir, sob sua responsabilidade funcional, todas as resoluções emanadas do Conselho e encaminhadas pelo seu presidente;

b) organizar, superintender e fiscalizar, direta ou indiretamente, todos os serviços a cargo do Departamento Nacional, expedindo ordens, instruções de serviço e portarias praticando todos os atos necessários ao pleno exercício de suas funções;

c) apresentar ao Conselho Nacional as propostas orçamentárias, os balanços e as prestações de contas anuais do Departamento Nacional, encaminhando posteriormente essa documentação ao órgão competente;

d) apresentar, anualmente, ao Conselho Nacional o relatório das atividades do Departamento Nacional;

e) organizar e submeter à aprovação, do Conselho Nacional o quadro do pessoal do Departamento Nacional, dentro dos limites orçamentários;

f) admitir, promover e demitir os serventuários do Departamento Nacional, mediante aprovação do presidente do Conselho Nacional;

g) fixar as ajudas de custo e diárias de seus servidores mediante aprovação do presidente do Conselho Nacional;

h) conceder férias, licenças e aplicar penas disciplinares aos serventuários do Departamento Nacional, assim como resolver sobre a movimentação do pessoal, dentro dos quadros funcionais, inclusive no que respeita ao provimento dos cargos e funções de confiança;

i) submeter à apreciação do Conselho Nacional proposições sobre assuntos que, fora da alçada da decisão do Diretor, sejam de interesse da Instituição;

j) abrir contas em bancos e movimentar os fundos do Departamento Nacional, assinando os cheques com o presidente do Conselho Nacional, ou com pessoa por este designada, respeitadas as normas previstas no Art. 54;

k) cumprir qualquer missão de natureza técnica ou funcional que lhe seja atribuída pelo Conselho Nacional ou pelo seu presidente;

l) conceder bolsas de estudo, respeitado o disposto na letra *q* do Art. 19 e na letra *c* do Art. 24;

m) delegar competência a chefes de serviço do Departamento Nacional, mediante aprovação do presidente do Conselho Nacional.

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICADO
Autentico esta copia ao original (Lei 8.935/94)
Art.6,III,V)
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
03 de Janeiro de 2013

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

CAPÍTULO VI
Órgãos Regionais

Art. 31. No Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios em que houver federação de indústrias oficialmente reconhecida e filiada ao órgão superior da classe será constituído um conselho regional e instalado um departamento regional do SENAI, com jurisdição na base territorial respectiva.

SEÇÃO I
Conselhos Regionais

Art. 32. Os conselhos regionais se comporão dos seguintes membros:

a) do presidente da federação de indústrias, que será o seu presidente nato, ou seu representante;

b) de quatro delegados das atividades industriais, escolhidos pelo Conselho de Representantes da entidade federativa;

c) de um delegado das categorias econômicas dos transportes, das comunicações e da pesca, escolhido pela associação sindical de maior hierarquia e antiguidade existente na base territorial respectiva;

d) do diretor do Departamento Regional;

e) de um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, designado pelo titular da pasta;

f) de um representante do Ministério da Educação e Cultura, designado pelo seu titular;

g) de um representante, e respectivo suplente, dos trabalhadores da indústria, indicado pela organização dos trabalhadores mais representativa da região.

Parágrafo único. Os representantes a que se referem as alíneas "b", "c" e "g" exercerão o mandato por dois anos, sendo permitida a recondução de dois terços da representação nos casos das alíneas "b" e "c".

Art. 33. Ocuparão os lugares dos conselheiros regionais, nas suas faltas e impedimentos, os substitutos estatutários, ou os suplentes designados.

Art. 34. Compete a cada Conselho Regional:

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICACAO

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n. 00085298

a) votar, em verbas globais, o orçamento do Departamento Regional, e submetê-lo ao poder competente;

b) autorizar as transferências e as suplementações de dotações solicitadas pelo diretor do Departamento Regional, encaminhando o assunto à aprovação da autoridade competente quando as alterações excederem de 25% (vinte e cinco por cento) de cada verba;

c) apreciar periodicamente a execução orçamentária na região;

d) examinar anualmente o inventário de bens a cargo da administração regional;

e) deliberar sobre a prestação de contas anual do Departamento Regional, a qual deverá ser previamente submetida ao exame de uma Comissão de Contas a que se referem os artigos 35 e 36;

f) resolver sobre os contratos de construção de escolas na região;

g) autorizar a compra, ou o recebimento por doação, de bens imóveis;

h) dar parecer sobre a alienação ou gravame de bens imóveis e encaminhá-la à decisão do Conselho Nacional;

i) autorizar a alienação de bens móveis patrimoniais que estejam sob a responsabilidade da administração regional;

j) deliberar sobre o relatório anual do Departamento Regional, remetendo uma via dele ao Departamento Nacional, em tempo útil, para o preparo do relatório anual deste órgão;

k) desempenhar as incumbências que lhe forem delegadas pelo Conselho Nacional;

l) mediante proposta do Diretor do Departamento Regional, deliberar sobre os quadros do pessoal, fixar os padrões de vencimentos, determinar o critério e a época das promoções, bem como examinar quaisquer reajustamentos de salários;

m) fixar a remuneração do diretor do Departamento Regional dentro dos níveis estabelecidos pelo presidente do Conselho Nacional;

n) autorizar o Departamento Regional a aplicar as penas previstas na legislação vigente aos empregadores que não cumprirem os dispositivos legais, regulamentares e regimentais relativos ao SENAI;

o) estabelecer as normas internas do seu funcionamento;

2 OFÍCIO DE NOTAS
AUTENTICO
Autêntico esta cópia que é reprodução fiel do original (Lei 8935/94, Art.6,III,V)
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
03 de Janeiro de 2012

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

p) estabelecer a cédula de presença dos conselheiros, não podendo esta exceder, mensalmente, o valor do salário mínimo mensal da região;

q) autorizar a concessão de contribuições à federação de industriais de sua base territorial até o limite de um por cento da receita regional.

Art. 35. O Conselho Regional designará 3 (três) dos seus membros para constituírem uma Comissão de Contas que terá a incumbência de fiscalizar a execução orçamentária, bem como a movimentação de fundos do Departamento Regional.

Art. 36. Para o desempenho de suas atribuições a Comissão de Contas disporá de auditores que deverão ser contratados pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

§ 1° Os auditores não poderão ser contratados por outro período antes de transcorrido o prazo de 2 (dois) anos do término do último contrato.

§ 2° Além das atribuições que lhes forem determinadas pela Comissão de Contas deverão os auditores encaminhar a esta um certificado de revisão e de exatidão das contas.

Art. 37. Compete aos presidentes dos conselhos regionais:

a) dirigir o plenário do Conselho Regional;

b) fazer cumprir, sob suas responsabilidades administrativas, todas as resoluções emanadas do Conselho Regional.

Art. 38. Os conselhos regionais reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocados pelo presidente ou por dois terços de seus membros, aplicando-se-lhes, quanto ao funcionamento, o disposto no artigo 25 e seus parágrafos 1 e 2.

SEÇÃO II
Dos Departamentos Regionais

Art. 39. Cada Departamento Regional será dirigido por um diretor-nomeado mediante entendimento com o presidente do Conselho Regional e pelo presidente do Conselho Nacional e por este demissível "*ad-nutum*", devendo a escolha recair em pessoa que, além de ter formação universitária, possua conhecimentos especializados de ensino industrial, com experiência no magistério ou na administração dessa modalidade de ensino.

2 OFICIO DE NOTAS
AUTENTICA
Autentico esta copia
Art.6.III,V)

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085280

Parágrafo único. O Diretor Regional será substituído, nos seus impedimentos, por quem for designado pelo presidente do Conselho Regional, dentro do quadro de serventuários do Departamento Regional.

Art. 40. Compete a cada Departamento Regional:

a) submeter ao Conselho Regional o plano para a realização da aprendizagem na região;

b) estabelecer, mediante aprovação do Conselho Regional, a localização e os planos de instalação de escolas, cursos de aprendizagem e cursos extraordinários para operários maiores de 18 anos;

c) cooperar, com as empresas contribuintes, na realização da aprendizagem e treinamento de mão-de-obra no próprio emprego, elaborando planos e programas;

d) complementar, quando conveniente, o treinamento de pessoal realizado nas empresas contribuintes;

e) elaborar programas, séries metódicas, livros e material didático, sempre que possível em colaboração com o Departamento Nacional;

f) cuidar do aperfeiçoamento do seu pessoal docente, técnico e administrativo, articulando-se, para isso, com o Departamento Nacional;

g) verificar o rendimento escolar dos diversos cursos e adotar medidas para o seu aprimoramento, de maneira a assegurar a eficiência do ensino ministrado nas escolas do SENAI, na região;

h) fazer realizar as provas de habilitação para a concessão de certificados de aprendizagem e de cartas de ofícios;

i) expedir certificados de aproveitamento, certificados de aprendizagem e cartas de ofícios;

j) elaborar a proposta orçamentária, em verbas globais, e preparar a prestação de contas anual do Departamento Regional;

k) manter em dia e em ordem a escrituração contábil, adotando o plano de contas aprovado pelo Conselho Nacional;

l) aplicar as penas previstas na legislação vigente aos empregadores que deixarem de cumprirem os dispositivos legais, regulamentares e regimentais relativos ao SENAI, obedecido o disposto na letra *"n"* do art. 34;

m) elaborar o relatório anual das atividades do Departamento Regional.

Art. 41. Compete ao Diretor de cada Departamento Regional:

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta copia (Lei 8935/94, Art.6,III,V)
Para consultar o acervo: www.tjdft.jus.br
03 de Janeiro de 2012
HENRIQUES ALVES MOREIRA
MARIA DE LOURDES SAIAS PEREIRA
ESCREVENTE AUTORIZADO

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

a) fazer cumprir, sob sua responsabilidade funcional, todas as resoluções emanadas do Conselho Regional e encaminhadas pelo seu presidente;

b) organizar, superintender e fiscalizar, direta ou indiretamente, todos os serviços do Departamento Regional, expedindo ordens, instruções de serviço e portarias e praticando todos os atos necessários ao pleno exercício de suas funções;

c) apresentar ao Conselho Regional as propostas orçamentárias e as prestações de contas anuais do Departamento Regional, encaminhando-as, posteriormente, ao órgão competente;

d) apresentar, anualmente, ao Conselho Regional, o relatório das atividades do Departamento Regional;

e) organizar e submeter, ao Conselho Regional, o quadro de pessoal do Departamento Regional, dentro dos limites orçamentários;

f) admitir, promover e demitir os serventuários do Departamento Regional, mediante aprovação do presidente do Conselho Regional;

g) conceder férias, licenças e aplicar penas disciplinares aos serventuários do Departamento Regional, assim como resolver sobre a movimentação do pessoal, dentro dos quadros funcionais, inclusive no que respeita ao provimento dos cargos e funções de confiança,

h) fixar as ajudas de custo e diárias de seus servidores mediante aprovação do Presidente do Conselho Regional;

i) abrir contas e movimentar os fundos do Departamento Regional, assinando os cheques com o Presidente do Conselho Regional ou pessoa por este designada, respeitadas as normas previstas no art. 54.

CAPÍTULO VII
Do Pessoal do SENAI

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICADO

Art. 42. O exercício de todas as funções do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial dependerá de provas de habilitação ou de seleção, salvo os contratos especiais.

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1º OFÍCIO - BRASÍLIA-DF
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

Art. 43. O Estatuto dos Servidores do SENAI estabelecerá os direitos e deveres dos funcionários da entidade em todo o País.

Art. 44. Os servidores do SENAI estão sujeitos à legislação do trabalho e da previdência social, considerando-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, na sua qualidade de entidade civil de direito privado, como empresa empregadora.

Parágrafo único. Os servidores do SENAI serão segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

CAPÍTULO VIII
Dos Recursos do SENAI

Art. 45. Constituem receita do SENAI:

a) as contribuições previstas em lei;

b) as doações e legados;

c) as subvenções;

d) as multas arrecadadas por infração de dispositivos legais e regulamentares;

e) rendas oriundas de prestações de serviços e mutações patrimoniais, inclusive as de locação de bens de qualquer natureza;

f) as rendas eventuais.

Art. 46. A arrecadação das contribuições devidas ao SENAI será feita pelo Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões a que estiver filiada a empresa contribuinte, concomitantemente com a das contribuições de previdência social, quer na fase de cobrança administrativa, quer na de cobrança judicial, correndo as ações daí porventura resultantes no mesmo foro da instituição arrecadadora.

Art. 47. A título de indenização pelas despesas com a arrecadação feita em favor do SENAI, as instituições de previdência social deduzirão do montante arrecadado:

a) 1% (hum por cento), nos recolhimentos por via administrativa;

b) importância a ser fixada em convênio, quando se tornar necessária a cobrança judicial.

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00095200

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00095200

Parágrafo único. Os órgãos arrecadadores se reembolsarão, ainda, dos gastos efetuados com impressos e com serviços de terceiros, na efetivação dos recolhimentos destinados ao SENAI.

Art. 48. Deduzidas as comissões a que se refere o artigo antecedente, as instituições de previdência entregarão ao SENAI, até o dia 20 de cada mês, as importâncias arrecadadas no mês anterior, de acordo com a seguinte distribuição:

a) ao Departamento Nacional será entregue a importância correspondente à contribuição adicional e à quota de 15% sobre a contribuição geral;

b) aos Departamentos Regionais será entregue a importância correspondente a 85% da contribuição geral.

Art. 49. A entrega direta da arrecadação ao Departamento Nacional e aos Departamentos Regionais será feita pelas instituições de previdência mediante duodécimos, que deverão ser reajustados periodicamente pelo Departamento Nacional do SENAI.

§ 1º De três em três meses, proceder-se-á a acertos, entregando-se ao Departamento Nacional a importância correspondente às diferenças entre a arrecadação efetivamente realizada e os duodécimos entregues aos diversos Departamentos.

§ 2º Feitas as necessárias deduções, o Departamento Nacional distribuirá aos Departamentos Regionais os saldos que lhes couberem em conseqüência dos acertos indicados no parágrafo anterior.

Art. 50. Visando ao atendimento de situações especiais, determinadas empresas poderão recolher as suas contribuições diretamente aos cofres do SENAI.

Parágrafo único. O Departamento a cujos cofres forem recolhidas essas contribuições providenciará, até o dia 20 do mês subseqüente, a sua distribuição de maneira idêntica ao que estipulam as letras *a* e *b* do art. 48.

Art. 51. A quota destinada às despesas de caráter geral, prevista na legislação vigente e calculada sobre a receita geral do SENAI, será assim distribuída:

a) 5% da receita da contribuição geral para as despesas de custeio da Administração Nacional do SENAI;

b) 4% da receita da contribuição geral para o auxílio às escolas ou cursos em regiões onde a arrecadação seja insuficiente para a manutenção do mínimo de ensino julgado necessário;

c) 4% destinados a planos de ampliação de escolas e cursos ou criação de centros de treinamentos, nas regiões Norte e Nordeste do País, ou ainda a

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICAÇÃO
Autêntico esta cópia que é reprodução
fiel do original (Lei
Art.6.III.V)
ITUBTZ012000091ZHTXB
Para consultar acesse www.tjdft.jus.br
05 de Janeiro de 2012
HENRIQUES ALVES CONVEIA
RITA DULCES
CLAYTON HAS
FERNANDO

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme sob o n.00085208

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme sob o n.00085208

concessão de bolsas de estudo a alunos desses centros, mediante aprovação do Conselho Nacional;

d) 2% para a administração superior, a cargo da Confederação Nacional da Indústria.

Art. 52. Os recursos previstos na alínea *b* do art. 51 serão distribuídos às regiões interessadas levando-se em conta o número de operários de cada uma e a média dos salários-mínimos das sedes das escolas, por uma comissão de cinco membros do Conselho Nacional.

Art. 53. A contribuição adicional prevista em lei destina-se:

a) à formação, aperfeiçoamento ou especialização, inclusive por meio de bolsas de estudo, do pessoal das empresas que pagam esta contribuição;

b) ao aperfeiçoamento ou especialização de pessoal técnico, docente e administradores de ensino do SENAI, sob a forma de bolsas, de cursos e estágios;

c) à montagem de laboratórios de pesquisa para fins de ensino.

Art. 54. O depósito dos recursos do SENAI será obrigatoriamente feito no Banco do Brasil ou em bancos particulares aprovados pelo Conselho Nacional, no caso do Departamento Nacional, e pelos Conselhos Regionais, no caso dos Departamentos Regionais.

§ 1° Nenhum depósito poderá ser feito em estabelecimento bancário com capital realizado inferior a dez mil vezes o valor do maior salário-mínimo em vigor no País.

§ 2° Os depósitos em cada estabelecimento bancário não poderão exceder a 1% (hum por cento) do valor dos depósitos à vista e à prazo, constantes dos respectivos balancetes.

CAPÍTULO IX
Do Orçamento e da Prestação de Contas

Art. 55. O orçamento dos Departamentos Regionais, devidamente aprovado pelos Conselhos Regionais, e os orçamentos do Departamento Nacional e das Delegacias Regionais, aprovados pelo Conselho Nacional, acompanhados do resumo geral dos orçamentos da Entidade, serão encaminhados, pelo Presidente do Conselho Nacional, à Presidência da República, nos termos dos arts. 11 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955.

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

CARIMBO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

§ 1º Os Departamentos Regionais deverão ter os seus orçamentos aprovados pelos Conselhos Regionais em prazo que permita a sua entrega, até o dia 30 de setembro de cada ano, ao Departamento Nacional, para que possam ser remetidos à Presidência da República.

§ 2º O orçamento deverá apresentar as previsões da receita e as aplicações da despesa, em verbas globais.

§ 3º Até 31 de agosto de cada ano, o Departamento Nacional dará conhecimento às administrações regionais das previsões de receitas que lhes serão atribuídas para o exercício futuro.

§ 4º O Departamento Nacional organizará, até 30 de setembro de cada ano, o seu próprio orçamento e o das Delegacias Regionais e, até 31 de outubro de cada ano, um resumo geral dos orçamentos da Entidade, referente ao exercício futuro, para serem submetidos, os primeiros à aprovação do Conselho Nacional, e, os dos Regionais, para simples conhecimento desse Conselho, no correr do mês de novembro.

Art. 56. Os balanços financeiros, econômico e patrimonial, bem como a execução orçamentária do Departamento Nacional e das Delegacias Regionais, para efeitos de prestação de contas, deverão ser submetidos ao Conselho Nacional, órgão próprio de controle e tomada de contas do Departamento Nacional e das Delegacias Regionais, na primeira quinzena de março, para seu pronunciamento, e encaminhados, em seguida, ao Tribunal de Contas da União, até 31 desse mês, de acordo com os arts. 11 e 13 da lei citada.

§ 1º As prestações de contas dos Departamentos Regionais, sob a responsabilidade de seus titulares, devidamente aprovadas pelos respectivos Conselhos Regionais, órgãos próprios de controle e tomada de contas regionais, deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas da União, pelos Presidentes dos respectivos Conselhos Regionais, até o dia 31 de março.

§ 2º As prestações de contas dos Departamentos e Delegacias Regionais e a do Departamento Nacional deverão observar as instruções do Tribunal de Contas da União.

Art. 57. O Departamento Nacional complementará com instruções próprias a organização dos orçamentos e a prestação de contas, no âmbito nacional, como no regional.

Art. 58. As retificações orçamentárias, no correr do exercício, se processarão, se necessário, no segundo semestre, até o mês de setembro e obedecerão aos mesmos princípios da elaboração do orçamento.

2 OFICIO DE NOTAS
A U T E N T I C A
Autentico a presente cópia que é reprodução
fiel do original (Lei 8935/94,
Art.6,III,V)
Para conferir acesse: www.tjdft.jus.br
03 de Janeiro de 2012

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

CAPÍTULO X
Disposições Gerais

Art. 59. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial manterá relações permanentes com a Confederação Nacional da Indústria, no âmbito Nacional, e com as federações de indústrias, no âmbito regional, colimando um melhor rendimento dos objetivos comuns do ensino industrial, da ordem e da paz social.

Art. 60. Igual procedimento manterá o SENAI com o Serviço Social da Indústria (SESI), no atendimento de idênticas finalidades.

Art. 61. O disposto nos dois artigos anteriores poderá regular-se em convênio entre as entidades interessadas.

Art. 62. Cabe à Confederação Nacional da Indústria encaminhar ao Ministro de Educação e Cultura proposta de alteração do presente regimento.

CAPÍTULO XI
Das Disposições Transitórias

Art. 63. O pessoal lotado no quadro do Conselho Nacional, com exceção dos servidores aludidos no art. 21, será distribuído pelos órgãos do Departamento Nacional.

Art. 64. O orçamento e a escrita do Conselho Nacional referente ao exercício de 1962 ficam incorporados ao orçamento e à escrita do Departamento Nacional.

Art. 65. As alterações administrativas, orçamentárias e contábeis decorrentes da entrada em vigor deste Regimento serão procedidas imediatamente após a sua aprovação.

Art. 66. Fica autorizada a utilização de recursos dos diversos departamentos e delegacias do SENAI até o limite de Cr$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), dentro do prazo de 3 (três) anos, para a realização dos planos de construção e instalação dos centros de treinamento previstos na letra c) do art. 51.

Art. 67. A sede do SENAI permanecerá, em caráter provisório, na Cidade do Rio de Janeiro, transferindo-se para Brasília, Distrito Federal, em época a ser fixada pela Confederação Nacional da Indústria.

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia que é reprodução
fiel do original (Lei 8935/94)
Art.6.III.V)
03 de Janeiro de 2012
Para consultar o acervo: www.cartorio.inf.br

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085298

1º OFÍCIO DE BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00085288

Art. 68. O SENAI vinculará, anual e progressivamente, até o ano de 2014, o valor correspondente a dois terços de sua receita líquida da contribuição compulsória geral para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, entende-se como receita líquida da contribuição compulsória geral do SENAI o valor correspondente a noventa e dois inteiros e cinco décimos por cento da receita bruta da contribuição compulsória geral.

§ 2º O Departamento Nacional informará aos Departamentos Regionais, anualmente, a estimativa da receita líquida da contribuição compulsória geral do SENAI para o exercício subseqüente, de forma que possam prever em seus orçamentos os recursos vinculados à gratuidade.

§ 3º A alocação de recursos para as vagas gratuitas deverá evoluir, anualmente, a partir do patamar atualmente praticado, de acordo com as seguintes projeções médias nacionais:

I - cinqüenta por cento em 2009;
II - cinqüenta e três por cento em 2010;
III - cinqüenta e seis por cento em 2011;
IV - cinqüenta e nove por cento em 2012;
V - sessenta e dois por cento em 2013; e
VI - sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento a partir de 2014, equivalente a sessenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento da receita bruta da contribuição compulsória geral.

§ 4º Os Departamentos Regionais deverão submeter ao Departamento Nacional, até o final do ano de 2008, plano de adequação à projeção referida no § 3º.

§ 5º As vagas gratuitas a que se refere este artigo deverão ser destinadas a pessoas de baixa renda, preferencialmente, trabalhador, empregado ou desempregado, matriculado ou que tenha concluído a educação básica.

§ 6º A situação de baixa renda será atestada mediante autodeclaração do postulante.

Art. 69. Fica estabelecida carga horária mínima de cento e sessenta horas para os cursos de educação profissional destinados a formação inicial.

Parágrafo único. Os cursos e programas de formação continuada não estão sujeitos à carga horária mínima prevista no caput, tendo como requisito para ingresso comprovação de formação inicial ou avaliação ou reconhecimento de competências para aproveitamento em prosseguimento de estudos.

Art. 70. O Conselho Nacional deverá apreciar, até dezembro de 2008, a proposta de regras de desempenho elaborada pelo Departamento Nacional.

2 OFÍCIO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia que é reprodução
fiel do original (Lei 8935/94
Art.6.I.II.)
Para conferir acesse: www.1ofl.jus.br
103 de Janeiro de 2012
EMOLUMENTOS ALVES BRITO
IRITA CALDES BAIRD FREIRA
CLAYTON MASCIMENTO BERNARDO

José Augusto Sedrim Martins Vianna
OAB-DF. 24.772

0 6 131

1. OFICIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

Ficou arquivada cópia em microfilme sob o n.00085298

CARTORIO MARCELO RIBAS
1. OF.DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2000
SCS. Q.08 BL. B-60 SL. 140-E 1. ANDAR
BRASILIA/DF - TELEFONE: 224-4026

Registrado e Arquivado sob o numero 00005540 do livro n. A-10 em 7/7/2000 . Dou fé.
Protocolado e microfilmado sob nº00085298
Brasilia, 15/12/2008.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Subst.: Edlene Miguel Pereira
Geralda do Carmo A. Rodrigues
Eunice de Oliveira Pacheco
Edileuza Miguel Pereira Franco
Francine de Gomes de Jesus
Marcus A[illegible] Oliveira
Michelle [illegible]
Maria Lúcia [illegible]
Rosimar Alves de Jesus

TJDFT 2012 00920009103BBJU

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL (LEI 8935/94, Art. 6º, III, V)
25 MAI 2011
ENOQUES ALVES GOUVEIA
RITA OLIDES BAIÃO PEREIRA
CLAYTON NASCIMENTO BERNARDO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
SUPER CENTER EDIFÍCIO VENÂNCIO 2.000
SCS, Qd. 08, Bl. B-20 Sala 140/E, 1º Andar
Brasília - Distrito Federal

CERTIFICO a autenticidade desta documento, extraído do original registrado, microfilmado e arquivado neste cartório. Dou fé.

BRASÍLIA 20 ABR 2009 de 20___.

Marcelo Caetano Ribas Oficial
Edlene Miguel Pereira Substituta

CARTÓRIO REGISTRO CIVIL
Rosimar Alves de Jesus
ESCREV. SUBST.
BRASÍLIA DF

2 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICACAO
Autentico esta copia que e reproducao fiel do original (Lei 8935/94, Art.6,III,V)
TJDFT2012092009103BBJU
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
03 de Janeiro de 2012

ENOQUES ALVES GOUVEIA
RITA OLIDES BAIAO PEREIRA
CLAYTON NASCIMENTO BERNARDO

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/PR

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, **entidade de direito privado**, cuja existência está expressamente consagrada em sede constitucional (art. 240), tem o encargo de organizar e administrar, em todo País, escolas de aprendizagem para trabalhadores industriais e em atividades assemelhadas.

A Entidade, que foi criada pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942 e regulamentada pelo Decreto nº 494 de 10/01/1962, tem por objetivos: (i) realizar, através de escolas instaladas e mantidas pela instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária; (ii) assistir aos empregados na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego; (iii) proporcionar, aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho; (iv) conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI; (v) cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.

Para tanto, recebe o SENAI contribuições parafiscais, com alíquota de 1% (um por cento)[1] que incide sobre a remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados.

Por sua vez, os contribuintes que possuem mais de 500 (quinhentos) empregados estão obrigados a pagar o adicional de 20% (vinte por cento) sobre a contribuição informada no parágrafo anterior, o que importa em um acréscimo de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre a contribuição. Esse adicional tem por escopo o aprimoramento do ensino profissional, aplicando-se os recursos dela provenientes nas próprias empresas contribuintes, em benefício do seus empregados.

No intuito de garantir a lisura dos atos praticados pelo SENAI, nos níveis nacional e regional, este é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, diretamente ou, no nível regional, pela SECEX - Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado, e, também, pela Presidência da República, por intermédio da Controladoria Geral da União e, por fim, supervisionado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No nível nacional, o órgão máximo de deliberação da Entidade é o seu Conselho Nacional.

---

[1] Houve redução da alíquota de 2% (dois por cento) para 1,5% (um e meio por cento) através da Lei nº 7.839/90 e, posteriormente, pela Lei nº 8.036/90

A Entidade é imune a impostos, fruto de comandos legais vigentes, em especial o consubstanciado na Constituição Federal do Brasil, artigo 150, VI, "c".

O SENAI é, sem dúvida, instrumento da composição da Ordem Social, atuante numa de suas espécies (a formação e qualificação profissional), com vistas à justiça social. A formação e qualificação profissional são, assim, corolários dos direitos básicos da pessoa humana, de modo que o SENAI é um importante instrumento à realização dos direitos fundamentais, dos valores sociais do trabalho, do princípio da dignidade da pessoa humana e do princípio do pleno emprego, com vistas ao desenvolvimento nacional, que são fundamentos, princípios e valores do Estado Democrático de Direito instaurado com a Constituição Federal de 1988.

Verificada a necessidade básica de garantir aos trabalhadores industriais a formação e qualificação profissional, nada mais legal, legítimo e justo que o SENAI atue como instrumento de fomento social em benefício da coletividade, cuja relevância levou o constituinte, no artigo 240 da Constituição Federal, a reconhecer que as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical atuariam ao lado do Estado.

Esta é a lição de Diogo de Figueiredo Moreira Neto[2]:

> "Os serviços sociais autônomos já tiveram sua justificação fundada no dever de assistência genérico do Estado. Hoje, mais do que uma atividade meramente assistencial, eles se justificam como atividade de fomento público, em que o Estado intenta promover e desenvolver uma plena aptidão, técnica, física ou mental do homem para progredir no trabalho. A utilização da própria criatividade da sociedade civil, potencializada pelos recursos públicos impositivamente recolhidos está perfeitamente enquadrada na colaboração que, cada vez mais, o Estado vai buscar nesse grupo em expansão das entidades intermediárias. Esses entes, por seu turno, se justificam pelo princípio da subsidiariedade, já reconhecidamente um princípio de direito".

Desta forma, fica claro que o SENAI é um órgão de fomento, sendo uma entidade de cooperação com o Poder Público, tal como define Hely Lopes Meirelles[3]:

---

[2] NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Natureza Jurídica dos Serviços Sociais Autônomos. Brasília: Sebrae, 1997, pág. 24/285.

[3] MEIRELLES, Hely Lopes . Direito Administrativo Brasileiro. 20ª ed.São Paulo:Malheiros, 1995, pág.335.

"Serviços sociais autônomos são todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupo profissionais sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes **paraestatais de cooperação com o Poder Público**, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou **peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias.** São exemplos desses entes os diversos serviços sociais da indústria e do comércio (SENAI, SENAC, SESC, SESI), com estrutura e organização especiais, genuinamente brasileiras.

Essas instituições, embora oficializadas pelo Estado, não integram a administração direta ou indireta, mas trabalham ao lado do Estado, sob seu amparo, operando nos setores, atividades e serviços que lhe são atribuídos por considerados de interesse específico de determinados beneficiários".

No mesmo sentido, preleciona Themístocles Brandão Cavalcanti[4]:

"Algumas entidades que existem escapam à estrutura geral dos órgãos administrativos. São organizações privadas, mas criadas por lei e que gozam de certas prerrogativas e a que se atribuem finalidades mais próximas dos serviços públicos, do que mesmo privadas e lucrativas. Não se confundem com o serviço público quanto à sua estrutura e subordinação aos órgãos hierarquizados na administração, mas dele se aproximam quantos aos objetivos e finalidades (...). Vivem, essas entidades, dentro da zona cinzenta que sofre a influência do Direito Administrativo, embora privadas, por natureza, origem e estrutura jurídica".

Por outro lado, no que tange à exigência de licitação para as contratações públicas, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece:

---

[4] CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 9ª ed., 1971, pág. 248.

> "Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
> (...)
> XXI - ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, os serviços, as compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure a igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;
> (...)."

Como se vê, a exigência prévia de licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos na legislação, em que há exceção à regra da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração. E, uma das exceções, é o artigo 24, inciso XIII, da Lei n.° 8,666/93, que assim preceitua:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
> (...)
> XIII - na contratação de **instituição brasileira** incumbida regimental ou estatutariamente **da pesquisa**, do **ensino ou do desenvolvimento institucional**, ou de instituição **dedicada à recuperação social do preso**, desde que a contratada **detenha inquestionável reputação ético-profissional** e não tenha **fins lucrativos**;
> (...)."

Permite-se, pois, a contratação direta com entidades particulares nacionais dedicadas a atividades de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico. Convém explicar, todavia, que todos esses conceitos deverão ser interpretados de modo amplo, o que não elimina uma delimitação segundo a concepção adotada e prevalente no momento em que ocorrer a contratação. Deve ser inquestionável a capacitação para o desempenho da atividade objetivada. Exigem-se as virtudes éticas relacionadas direta e necessariamente com o perfeito cumprimento do contrato que, sem sombra de dúvidas, o **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/PR**, possui. Aliás, conforme vasta

consulta jurisprudencial e doutrinária, tem-se a seguinte orientação, para a contratação de entidades com fulcro no artigo 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93: (i) em primeiro lugar, há a pessoa jurídica que se pretende contratada deve desenvolver atividades relacionadas aos seus fins sociais e ser - efetivamente - uma empresa brasileira e (ii) o objeto social de tal instituição deve voltar-se para o desempenho de atribuições relacionadas à pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ética-profissional e não tenha fins lucrativos. Analisando-se os seus requisitos, portanto, depreende-se que não basta que esteja o objeto social delimitado e orientado para uma das áreas previstas. Exige-se, além disso, que a instituição selecionada pela administração, detenha inquestionável *reputação ético-profissional.* Ou seja, há de se examinar e atestar, de forma inequívoca, o conceito de que desfruta a entidade em seu segmento de atuação, evidenciando não só a sua sobriedade como, também, a sua qualificação para o desempenho dos encargos propostos. A preocupação que se há de ter quanto a esse particular aspecto deve estar voltada a evitar a contratação de pessoas que não sejam detentoras da necessária idoneidade para o desempenho da atividade desejada. Não é suficiente, no entanto, que sejam examinados e avaliados os *fins sociais* ou a *reputação ético-profissional* de que desfruta a entidade a ser contratada. Ter-se-á, além de todas essas exigências, que examinar-se a sua condição de *entidade sem fins lucrativos*, não se podendo admitir, para esse efeito, que preveja, em seus atos constitutivos, a distribuição de lucros ou de resultados obtidos no desempenho de suas atribuições, seja a que título for. Estes, portanto, os requisitos que se prestam a servir como parâmetros para a avaliação que terá que ser feita com vista à contratação direta embasada no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, não se podendo a eles aditar outros
por meio de mera interpretação. Tenha-se em vista, ainda, que o Colendo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, conforme explicita Carlos Pinto Coelho Motta - em sua obra Eficácia nas licitações e contratos, 7.ª ed, Belo Horizonte, Del Rey, 198, p. 195 - "*... tem orientado contrariamente à contratação sem licitação fundada no art. 24, XIII, quando o objeto pretendido não for conexo com as atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional precipuamente desenvolvidos pela instituição que se pretenda contratar*". A partir dessa orientação adotada pela Colenda Corte de Contas, há de se ter em vista que a "*instituição brasileira*", sem fins lucrativos e detentora de inquestionável reputação ético-profissional, não poderá ser contratada de forma direta senão para a execução de objeto compatibilizado aos fins explicitados em seus estatutos ou atos constitutivos. Oportuno asseverar, todavia, que não se deve confundir objetivo ou objeto social de uma entidade com a *função social* que eventualmente se proponha estatutariamente a exercer. Não cabe e não se torna admissível confusão que se venha a fazer nesse sentido. A lei não contempla nenhuma referência a que se dedique a mencionada instituição brasileira ao cumprimento de "*função social*". O termo não é empregado e não pode ser incorporado mediante simples interpretação apenas para o efeito de restringir as contratações feitas com arrimo na disposição em comento. A *orientação doutrinária* que a respeito se colhe, é toda ela expressada no sentido de que "*o objeto social da instituição deverá abranger pesquisa, ensino ou*

desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico. ...". Afirma-se, outrossim, que "*a exigência de inquestionável reputação éticoprofissional tem de ser enfocada com cautela. Deve ser inquestionável a capacitação para o desempenho da atividade objetivada. ...*". Explicita-se, ainda, que "*o dispositivo abrange contratações que não se orientam diretamente pelo princípio da vantajosidade. ...*". E mais que "*entendo que o conceito de instituição brasileira, no sentido que lhe dá a presente Lei, abrange toda e qualquer organização – pessoa jurídica – que se enquadre nos atributos de brasileira e sem fins lucrativos, e, ainda, seja detentora de um regimento ou estatuto que lhe atribua as finalidades mencionadas no inciso.*"

Firma-se, como visto, clara orientação no sentido de que instituições brasileiras sem fins lucrativos - como é o caso do **SENAI** - detentoras de inquestionável reputação ético-profissional, que tenham dentre os seus objetivos sociais as *atividades de pesquisa, de ensino ou de desenvolvimento institucional*, ou *recuperação social do preso*, podem ser diretamente contratadas pela administração quando isso se mostrar conveniente e oportuno para a execução de determinado objeto que não admita, de modo confiável, a instauração de competição entre diversas pessoas jurídicas.

Nestes termos, apresenta-se o serviço proposto:

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/PR

Sistema Fiep

PORTARIA CONJUNTA Nº 03/2022

O **DIRETOR REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ** E A **DIRETORA REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe foram conferidas, considerando:

a. o disposto no artigo 45, parágrafo único do Regulamento do SESI, aprovado pelo Decreto nº 57.375/65;

b. o disposto no artigo 41, alíneas "b" e "g" do Regimento do SENAI, aprovado pelo Decreto nº 494/62;

c. que o SESI/PR e o SENAI/PR integram o mesmo grupo econômico, denominado SISTEMA FIEP, nos termos do artigo 2º § 2º da CLT;

d. o interesse administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar JULIANI APARECIDA AGNES para o cargo de GERENTE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E BÁSICA - Região Sudoeste/Pr.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Efeitos a partir desta da

Curitiba, 02 de janeiro de 2022.

CARLOS VALTER MARTINS PEDRO
DIRETOR REGIONAL DO SESI/PR

FABIANE FRANCISCONE
DIRETORA REGIONAL SENAI/PR

Gerência Jurídica do Sistema Fiep M Guimarães
Este documento foi assinado eletronicamente por Fabiane Franciscone e Carlos Valter Martins Pedro.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 3707-3071-D54E-BA36.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabiane Franciscone e Carlos Valter Martins Pedro.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 3707-3071-D54E-BA36.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sistema Fiep. Para verificar as assinaturas clique no link: https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3707-3071-D54E-BA36 ou vá até o site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3707-3071-D54E-BA36

Hash do Documento

B702493A0AE06809A0C27A2AAFD1DCBF6840B6BA07FBBFA108FD2A9EEAF92E8B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/03/2022 é(são) :

☑ Fabiane Franciscone (Diretora Regional do Senai/PR) - 448.142.400-15 em 07/03/2022 11:33 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Por email: fabiane.franciscone@sistemafiep.org.br

Evidências

Client Timestamp Mon Mar 07 2022 11:33:25 GMT-0300 (GMT-03:00)
Geolocation Latitude: -25.4334 Longitude: -49.2721 Accuracy: 20467
IP 189.16.198.130
Hash Evidências:
E03C0386DBD79C768944C38D4E1CABFBBDFFE7B673BD29ED39FFB5DCAE0002B8

☑ Carlos Valter Martins Pedro (Diretor Regional do Sesi/PR) - 252.802.799-00 em 04/03/2022 17:49 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Autenticação de conta

Evidências

GPS
Device
IP 177.92.26.178
Hash Evidências:
0E1C60C2663121944829E8A9B80BD3EFCE278A56503F2FEA48FB99CFD6259D1C

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

FIEP

2º RTD / RCPJ
01/04
CURITIBA - PR

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ
ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I
Da Sede, foro, base territorial, constituição, objetivos e prerrogativas

Art. 1º - A Federação das Indústrias do Estado do Paraná, associação sindical de segundo grau, reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, nos termos da carta sindical datada de 18.08.1944, com duração por prazo indeterminado, sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, nº 200, 7º andar, e base territorial em todo o Estado, é constituída para fins de coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas da indústria, com o objetivo prioritário de promover a defesa dos seus legítimos interesses e o seu desenvolvimento sustentável.

Art. 2º. - A Federação das Indústrias do Estado do Paraná é formada:

a) pelos sindicatos representativos das categorias econômicas da indústria que lhe são filiados;

b) pelas indústrias, na qualidade de associadas, que não tenham representação sindical no Estado do Paraná;

c) por associações setoriais das categorias econômicas da indústria, na qualidade de associadas.

Art. 3º - São objetivos da Federação:

a) promover e estimular o desenvolvimento sustentável da indústria paranaense;

b) representar, amparar, defender e coordenar os interesses da indústria paranaense na esfera judicial e extrajudicial;

c) promover e estimular o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento dos sindicatos filiados;

d) promover a defesa da livre iniciativa, da livre concorrência, da propriedade privada, do estado democrático de direito, da segurança jurídica, da justiça social e do meio ambiente;

e) estimular e apoiar as soluções extrajudiciais dos conflitos individuais e coletivos, fomentando a auto composição, por meio da conciliação, mediação e arbitragem;

f) zelar, em seu âmbito de competência, pela legitimidade, representatividade e associativismo do Sistema Confederativo de Representação Sindical da Indústria;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - Pr.

2º RTD / REG 02/21 CURITIBA - PR

g) organizar e manter serviços que possam ser úteis aos sindicatos filiados e às indústrias, priorizando aquelas associadas ao sistema sindical, buscando a sustentabilidade econômica da Federação.

Art. 4º - São prerrogativas da Federação:

a) defender, proteger e representar os direitos e interesses diretos e indiretos da indústria, perante as autoridades administrativas e judiciárias, em qualquer instância, no âmbito público e privado;

b) atuar na administração da arbitragem, mediação e outros meios pacíficos de solução de controvérsias ou conflitos de interesses, alternativos ao Poder Judiciário, através da instituição ou patrocínio de Câmara de Mediação e Arbitragem;

c) dirimir, sempre que possível, os litígios entre os sindicatos filiados;

d) dirimir, quando solicitado, os conflitos internos dos sindicatos filiados;

e) organizar, quando cabível, junta governativa, dissolução, incorporação e eleições sindicais;

f) eleger ou designar pessoas para cargos de representação nos diversos órgãos em que participa, sejam eles públicos ou privados;

g) dialogar com o Estado e a sociedade acerca dos problemas relacionados às categorias econômicas sob sua égide de representação, apresentando propostas e eventuais soluções;

h) firmar convenções coletivas de trabalho na representação das categorias inorganizadas em Sindicato;

i) impor contribuições aos Sindicatos, às indústrias inorganizadas e às associações setoriais filiadas nas hipóteses autorizadas neste Estatuto;

j) organizar, dirigir e fiscalizar as entidades das quais a Federação participa, na qualidade de sócia, associada ou mantenedora;

k) receber os recursos do SESI e do SENAI que lhe são direcionados nos termos dos seus respectivos Regulamento e Regimento.

Art. 5º - A Federação mantém, na sede, o registro de sindicatos filiados, por ordem cronológica de ingresso, no qual deverão constar todos os dados necessários à sua identificação.

Art. 6º - São deveres da Federação das Indústrias do Estado do Paraná:

a) pautar-se pelos princípios da ética e da transparência;

b) buscar, de forma permanente, a qualidade e a melhoria dos serviços das entidades integrantes do Sistema FIEP;

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

c) assegurar a gratuidade do exercício de cargos eletivos, na forma definida no presente Estatuto;

d) proibir o trabalho remunerado com vínculo celetista no Sistema FIEP cumulado com o exercício de cargos eletivos nas entidades que o compõem;

e) vedar a cessão, gratuita ou remunerada, de quaisquer de suas sedes para realização de eventos ou encontros de índole político-partidárias;

f) manter serviços de assistência e consultoria aos Sindicatos filiados, atuando como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionem com as categorias econômicas da indústria;

g) fortalecer e valorizar os Sindicatos que lhe são filiados.

2º RTD / RCPJ 09/12/21 CURITIBA - PR

2º RTD - CURITIBA/PR. Nº 1104662 MICROFILME

Capítulo II
Do Sistema FIEP

Art. 7º- O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Sistema FIEP - é integrado:

a) pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná;

b) pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Paraná;

c) pelo Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado do Paraná;

d) pelo Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Estado do Paraná;

e) pelo Centro das Indústrias do Estado do Paraná;

Parágrafo único - Outras Entidades que vierem a ser criadas dentro dessa vinculação integrarão automaticamente o Sistema FIEP.

Art. 8º. - Cada um dos entes integrantes do Sistema FIEP conta com autonomia própria de gestão, nos termos dos seus normativos específicos.

Capítulo III
Da filiação, dos direitos e deveres dos Sindicatos filiados e de seus delegados

Art. 9º - É direito dos Sindicatos requererem a sua filiação à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, desde que representativos de categorias econômicas da indústria, com base territorial no Estado do Paraná, e que estejam regularmente constituídos e satisfaçam os requisitos legais, deste Estatuto e das normas que lhes são aplicáveis.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 5
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2º RTD/RCPJ CURITIBA - PR 04/2A

Art. 10 - A filiação do Sindicato é deliberada, no que respeita aos requisitos formais, pelo Conselho de Representantes, mediante pedido da Entidade interessada.

Parágrafo único – O pedido de filiação à Federação por parte dos Sindicatos depende da apresentação prévia dos seguintes documentos:

a) prova de existência legal e de representação de categoria econômica sob a égide da Federação, mediante comprovação de seu registro no órgão competente, bem como de que não há qualquer impugnação administrativa ou judicial a respeito;

b) cópia de seu Estatuto devidamente registrado em Cartório competente;

c) cópia da ata da assembleia geral extraordinária que autorizou o pedido de filiação à Federação;

d) cópia autêntica ou autenticada da ata de Eleição e Posse da Diretoria em exercício;

e) cópia da ata ou documento que contenha a indicação dos delegados representantes junto à Federação;

f) comprovação de estar com suas informações atualizadas no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES no site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

g) declaração assinada pelo representante legal da entidade de que não estão filiados a outra entidade sindical de grau superior que possua base territorial coincidente com a base da Federação;

h) declaração de inexistência de conflito referente à base territorial ou categoria econômica com sindicato filiado à Federação;

i) os sindicatos de base interestadual ou nacional deverão comprovar a existência de no mínimo uma Delegacia Regional local, bem como arrecadação sindical das indústrias localizadas no Estado do Paraná em favor da FIEP.

Art. 11 - São direitos dos Sindicatos filiados:

a) tomar parte, votar e ser votado nas assembleias do Conselho de Representantes, por intermédio de delegado representante eleito e credenciado;

b) submeter ao exame da Diretoria questões institucionais ou de interesse da Indústria;

c) solicitar apoio à Federação nos casos de interesse da categoria econômica que representa;

d) ter acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema FIEP, conforme disposto em normativos próprios;

e) convocar o Conselho de Representantes na forma do artigo 30, "b" do presente Estatuto;

RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

f) formular pleitos alusivos à elaboração de estudos ao acompanhamento de reivindicações e a quaisquer outras medidas ou providências de seu interesse ou das categorias que representam.

2º RTD / RCPJ 05 21 CURITIBA - PR

Parágrafo único - Os direitos dos Sindicatos filiados são intransferíveis.

Art. 12 - São deveres dos Sindicatos filiados:

a) cumprir as disposições deste Estatuto e as deliberações da Diretoria e do Conselho de Representantes;

b) pagar pontualmente a anuidade, fixada em assembleia geral do Conselho de Representantes;

c) repassar à Federação e à Confederação, no momento oportuno, a parte que lhes cabe no rateio da contribuição confederativa;

d) manter a regularidade dos mandatos eletivos e encaminhar à Federação cópia da ata de eleição e posse, devidamente registradas no cartório competente;

e) realizar eleição sindical, conforme as regras previstas no Estatuto do sindicato, bem como na legislação em vigor;

f) protocolar as atas, devidamente registradas, da eleição e da posse referentes à gestão em curso, em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da posse;

g) protocolar, anualmente, as atas, das assembleias de prestação de contas e previsão orçamentária;

h) manter suas informações atualizadas no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES no site do MTE, com a devida indicação da gestão em exercício, filiação à Federação, bem como à Confederação Nacional da Indústria – CNI;

i) prestigiar a Federação por todos os meios, contribuindo para o alcance dos objetivos desta Entidade e de seus filiados.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Capítulo IV

Da Advertência, suspensão e eliminação dos sindicatos filiados

Art. 13 - Os Sindicatos filiados estão sujeitos às penalidades de advertência, suspensão e eliminação do quadro da Federação.

I – A pena de advertência, passível de aplicação pelo Presidente da Federação, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) pelo descumprimento dos deveres impostos no artigo 12;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 804
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

2º RTD/RCPJ 06/01 CURITIBA-PR

b) pelo término do mandato há mais de 30 (trinta) dias, sem que tenha sido convocada nova eleição.

II - A pena de suspensão, passível de aplicação pela Diretoria da FIEP, de até 180 (cento e oitenta) dias, poderá ocorrer nas seguintes condições:

a) nos casos de reincidência ou não cumprimento ao disposto na alínea "a" do inciso I.

b) caso o Sindicato não convoque, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência da advertência, eleições sindicais para regularização do previsto na alínea "b" do inciso I.

III – A pena de eliminação, passível de aplicação pelo Conselho de Representantes da Federação, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por má conduta;

b) se constituir em elemento prejudicial à entidade;

c) por falta cometida contra o patrimônio da Federação;

d) desrespeito a dispositivo estatutário;

e) dissolução da entidade sindical;

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

f) caso o Sindicato não convoque, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da ciência da suspensão, eleições sindicais para regularização do previsto nas alíneas "b" dos incisos I e II;

g) pela reincidência em quaisquer das hipóteses de suspensão.

§ 1º - A aplicação das penalidades deve ser precedida da manifestação do Sindicato filiado, o qual pode aduzir defesa prévia, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência inequívoca da instauração do procedimento.

§ 2º- Das penalidades impostas cabe recurso, com efeito suspensivo, dentro de 15 (quinze) dias da sua ciência inequívoca, direcionado ao órgão Colegiado imediatamente superior àquele que fixou a penalidade, e, em sendo a penalidade de eliminação, ao próprio Conselho de Representantes.

§ 3º - O Sindicato eliminado poderá reingressar no quadro associativo mediante nova proposta, desde que se reabilite plenamente, a juízo do Conselho de Representantes.

§ 4º - A aplicação das penalidades deve atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, assim como ao da responsabilidade subjetiva do infrator;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

2º RTD / RCPJ
CURITIBA - PR

Capitulo V

Das condições de votar e de ser votado

Art. 14 – São condições para o Sindicato filiado exercer o direito de voto em assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Representantes:

a) ser filiado há mais de 12 (doze) meses à Federação;

b) estar no gozo de seus direitos, na forma deste Estatuto;

c) achar-se quite com a Tesouraria;

d) fazer-se representar por Delegado Representante eleito em eleição regular da entidade a que estiver representando;

§1° - Qualquer que seja o número de representantes que compõem a delegação de Sindicato filiado, a cada delegação cabe o direito de apenas um voto.

§2° - O direito de voto é privativo do Delegado eleitor titular ou suplente credenciado por seu Sindicato, vedada a outorga de procuração.

Art. 15 - São condições para ser votado, além de outras previstas no Estatuto e no Regulamento Eleitoral:

a) integrar há dois ou mais anos uma das categorias econômicas da Indústria;

b) estar associado há mais de 12 (doze) meses em Sindicato da sua categoria filiado à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, também há mais de 12 (doze) meses;

c) o cargo de Presidente da Federação somente poderá ser exercido por brasileiro;

d) o empresário que se candidatar ao cargo de Presidente deve ter participado da Diretoria de um Sindicato filiado e ainda ter concluído pelo menos um mandato para o qual foi eleito;

e) os cargos eletivos da Federação só podem ser ocupados por industriais que sejam domiciliados no Estado do Paraná;

f) o candidato a cargo da Diretoria, do Conselho Fiscal ou da Delegação Representativa da Federação não pode ocupar, no ato da sua candidatura e durante o seu mandato, cargo eletivo em outra entidade sindical de segundo grau filiada a Confederação Nacional da Indústria – CNI.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3005 - Curitiba - PR

2º RTD CURITIBA - PR
08/12/15

Art. 16 - Aos sindicatos de base interestadual e nacional é exigido para o exercício do direito de sufrágio e de ser votado, além das demais exigências previstas no presente Capítulo, que comprovem o recolhimento das contribuições devidas à Federação, a existência de Delegacia no Estado do Paraná e a efetiva participação das indústrias paranaenses na atividade sindical.

Capítulo VI

Da administração e estrutura organizacional e suas competências

Art. 17 - A Federação é dirigida e administrada pelo Presidente; conduzida pela Diretoria; fiscalizada pelo Conselho Fiscal; representada na Confederação Nacional da Indústria pela Delegação Representativa; subordinada às deliberações do Conselho de Representantes.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Seção I

Da Diretoria

Art. 18 – A Federação é dirigida por uma Diretoria composta de 22 membros: Presidente, 15 Vice-Presidentes, 1º Diretor Secretário, 2º Diretor Secretário, 3º Diretor Secretário, 1º Diretor Financeiro, 2º Diretor Financeiro, 3º Diretor Financeiro e igual número de suplentes, todos eleitos quadrienalmente pelo Conselho de Representantes.

§ 1º - Já na chapa, os candidatos devem ser nominados com a especificação dos cargos a que concorrem.

§ 2º- Inexiste vedação a qualquer tipo de reeleição, com exceção ao Presidente da Federação que pode ser eleito para no máximo dois mandatos, sejam eles consecutivos ou não.

Art. 19 - Compete à Diretoria:

a) conduzir a Federação, cumprir e fazer cumprir este Estatuto e aplicar as penalidades nele previstas;

b) reunir-se ordinariamente ao menos uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário;

c) aprovar a criação de conselhos, comissões, relatorias, grupos de trabalho e coordenadorias;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

FIEP

2º RTD / RCPJ 09/21 CURITIBA - PR

d) designar representantes da Federação junto aos organismos públicos ou privados, inclusive para o Conselho Fiscal do IEL, em que tal representação não exija a escolha por meio de eleição pelo Conselho de Representantes;

e) aprovar o balanço e demais demonstrações contábeis, elaborados por contabilista habilitado, a prestação de contas de cada exercício e a previsão da receita e despesa para o exercício seguinte, apresentando-os, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal, à deliberação do Conselho de Representantes;

f) elaborar, anualmente, por meio de comissão designada na forma deste Estatuto, o plano de trabalho para o exercício subsequente à deliberação do Conselho de Representantes;

g) elaborar, anualmente, por meio de comissão designada na forma deste Estatuto, o relatório de gestão do exercício findo para subsequente apreciação do Conselho de Representantes;

h) suprir, quando necessário, e por proposta do Diretor Financeiro, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, as dotações orçamentárias por natureza que se apresentarem insuficientes para o atendimento das despesas previstas ou não incluídas no orçamento, mediante a abertura de créditos adicionais, ajustando-os ao fluxo de caixa, com subsequente encaminhamento à deliberação do Conselho de Representantes, na Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas;

i) decidir sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelos seus membros, respeitadas as competências do Conselho de Representantes;

j) administrar o patrimônio da Federação na forma prevista no artigo 44 deste Estatuto;

k) contratar auditoria responsável pela análise e exame dos processos contábeis, da consistência das contas e das demonstrações;

l) propor ao Conselho de Representantes a alienação ou o gravame de bens imóveis de propriedade da Federação;

m) decidir sobre a participação da Federação na qualidade de sócia ou associada de outras pessoas jurídicas;

n) instaurar processo para aplicação das penalidades previstas neste Estatuto aos membros da Diretoria;

o) aprovar a política de viagens internacionais;

p) aprovar o plano de cargos e salários da Federação;

q) orientar a estratégia de atuação do SESI/PR e do SENAI/PR, sem interferência administrativa e financeira, dentro do modelo legal estabelecido;

r) promover a gestão do IEL/PR, conforme prevê o Estatuto do Instituto;

s) aprovar o Regimento interno da Diretoria.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2º RTD / RCPJ CURITIBA - PR

§ 1º. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade mais um de seus membros titulares.

§ 2º. Na ausência dos vice-presidentes assumirão, para todos os efeitos, os Diretores suplentes presentes, na ordem de inscrição da chapa.

§ 3º. O Presidente não votará nas reuniões da Diretoria, exceto em caso de empate.

Art. 20 - Ao Presidente compete:

a) administrar e dirigir a Federação;

b) representar a Federação ativa e passivamente, extrajudicialmente ou em juízo, podendo delegar poderes e nomear procuradores devidamente habilitados a representá-lo em qualquer instância;

c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes;

d) autorizar a admissão e a demissão de empregados, estipular-lhes salários, assim como lotá-los nos diversos departamentos, serviços, setores ou unidades, observado o plano de cargos e salários da Federação;

e) nomear os membros dos conselhos, comissões, grupos de trabalho, relatorias e coordenadorias;

f) organizar serviços internos, criando, modificando ou extinguindo departamentos, serviços e setores;

g) conferir outras tarefas ou atribuições, além das inerentes aos cargos, aos membros da Diretoria, preferencialmente aos seus Vice-Presidentes;

h) autorizar a realização de despesas, assinando, com o Diretor Financeiro, os cheques e quaisquer outros documentos de natureza cambial ou patrimonial;

i) delegar competência para os Vice-Presidentes para que possam realizar atos administrativos internos de sua responsabilidade;

j) estimular o estreitamento das relações da Federação com os Sindicatos filiados, entidades de classe e com todas as categorias econômicas;

k) cumprir as decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria;

l) cumprir e fazer cumprir este Estatuto.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Art. 21 - Aos Vice-Presidentes compete:

a) substituir o Presidente nos termos dos artigos 40 e 41 desse Estatuto;

b) representar a Entidade por designação do Presidente;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

FIEP

2º RTD / RCPJ 11/21 CURITIBA-PR

c) desempenhar as atribuições que lhes forem conferidas pelo Presidente e pela Diretoria.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Art. 22 - Ao 1º Diretor Secretário compete:

a) secretariar as reuniões e as assembleias gerais;

b) organizar a pauta das reuniões e das assembleias gerais;

c) diligenciar para a boa guarda dos arquivos da Entidade;

d) assinar as atas das reuniões e das assembleias gerais;

e) executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente ou pela Diretoria.

Art. 23 - Aos 2º e 3º Diretores Secretários compete:

a) substituir, pela ordem na vaga, o 1º Diretor Secretário em suas ausências e impedimentos, e auxiliá-lo, quando solicitado, nas suas atribuições;

b) executar outras atribuições que lhes forem conferidas pelo 1º Diretor Secretário.

Art. 24 - Ao 1º Diretor Financeiro compete:

a) compartilhar com o Presidente a gestão econômico-financeira, propondo, quando for o caso, sugestões para o seu aperfeiçoamento;

b) superintender os serviços contábeis;

c) elaborar, por contabilista habilitado, o balanço e demais demonstrações contábeis, a prestação de contas de cada exercício e a previsão da receita e despesa para o exercício seguinte, apresentando-os à Diretoria;

d) diligenciar para a boa guarda dos livros e arquivos financeiros e contábeis da Entidade;

e) realizar recebimentos e efetuar os pagamentos que forem autorizados pelo Presidente, assinando, com este, os cheques e quaisquer outros documentos de natureza econômica e financeira, cabendo à Diretoria decisão sobre eventuais conflitos;

f) apresentar, trimestralmente, à Diretoria um balancete da situação econômico-financeira da Entidade, subscrevendo as peças contábeis respectivas, de acordo com a legislação vigente;

g) propor à Diretoria, ad referendum da assembleia geral, a abertura de créditos adicionais quando as dotações orçamentárias forem insuficientes;

h) representar a Federação, em conjunto com o Presidente, perante as instituições financeiras em geral;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-4900 - Curitiba

2º RTD / RCPJ
CURITIBA - PR

i) apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes mensais e o balanço anual, devidamente auditado;

j) acompanhar auditoria responsável pela análise e exame dos processos contábeis, da consistência das contas e das demonstrações;

k) acompanhar a execução da prestação de contas, do período da sua administração, quando do término de mandato;

l) reunir-se regularmente com os demais Diretores Financeiros para análise da administração contábil/financeira.

Art. 25 – Aos 2º e 3º Diretores Financeiros compete:

a) substituir, pela ordem na vaga, o 1º Diretor Financeiro em suas ausências e impedimentos e auxiliá-lo, quando solicitado, nos serviços de Tesouraria;

b) executar outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Diretor Financeiro;

c) reunir-se regularmente com o 1º Diretor Financeiro para análise da administração contábil/financeira.

Seção II

Do Conselho de Representantes

Art. 26 - O Conselho de Representantes, órgão deliberativo máximo da Federação, é composto por 01 (um) Delegado titular e 01 (um) suplente de cada Sindicato filiado, sempre respeitando o contido no Estatuto de cada Entidade, cabendo o exercício de um voto por Delegação.

Art. 27 - Compete ao Conselho de Representantes:

I) Nas eleições:

a) eleger a Diretoria, o Conselho Fiscal e a Delegação Representativa junto a Confederação Nacional da Indústria – CNI;

II) Na plenitude de seus poderes:

a) dar posse à Diretoria, ao Conselho Fiscal e à Delegação Representativa eleitos para cada mandato;

b) deliberar, anualmente, sobre o plano de trabalho elaborado pela Diretoria para o exercício subsequente;

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

FIEP

2º RTD / RCPJ 13 21 CURITIBA - PR

c) deliberar sobre a alienação ou o gravame de bens imóveis de propriedade da Federação;

d) deliberar sobre as demonstrações contábeis, financeiras e o relatório de gestão de cada exercício findo;

e) deliberar sobre a previsão orçamentária da receita e da despesa para o exercício subsequente, a destinação dos recursos excedentes ou o suprimento do déficit;

f) conhecer todas as questões que lhe sejam submetidas pelos Sindicatos filiados;

g) deliberar sobre a estratégia de cúpula a ser adotada pela Federação em assuntos de inequívoca relevância e manifestar-se sobre pleitos ou problemas que lhe sejam trazidos a debate ou a deliberação pelo Presidente ou pela Diretoria;

h) apreciar ações e recursos interpostos em relação a atos praticados pela Diretoria e seus membros, assim como quaisquer outros julgados convenientes;

i) aprovar o Regulamento Eleitoral da Federação.

Art. 28 - O Conselho de Representantes da Federação reunir-se-á em assembleia geral ordinária ou extraordinária.

§1° - As assembleias gerais do Conselho de Representantes deverão ser convocadas, por meio de edital firmado pelo Presidente e publicado, ao menos uma vez, em jornal de circulação na base territorial da Federação, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis para as de natureza extraordinária e de 05 (cinco) dias úteis para as de natureza ordinária, contados da data da sua realização ou por comunicado aos Delegados Representantes dos Sindicatos filiados, por qualquer meio idôneo, com confirmação de recebimento.

§2° - As assembleias gerais do Conselho de Representantes são soberanas em suas decisões, desde que não contrárias às leis vigentes e a este Estatuto.

Art. 29 - Realizar-se-ão assembleias gerais ordinárias:

a) uma vez a cada ano, até o dia 30 de abril, para deliberar sobre as demonstrações contábeis e prestação de contas, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal, e o relatório de atividades de cada exercício findo;

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3606 - Curitiba - PR

2º RTD / CP
14/21
CURITIBA - PR

b) pelo menos uma vez a cada ano, até o dia 30 de novembro, para deliberar sobre o plano de trabalho elaborado pela Diretoria, sobre a previsão orçamentária da receita e da despesa para o exercício subsequente e a destinação dos recursos excedentes, ou suprimento do déficit;

c) uma vez a cada dois (2) anos, para eleger os Delegados das atividades industriais junto aos Conselhos Regionais do SESI e do SENAI;

d) uma vez a cada 04 (quatro) anos para a eleição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Delegação Representativa junto à Confederação Nacional da Indústria - CNI, nos termos do Regulamento Eleitoral;

e) uma vez a cada 04 (quatro) anos para dar posse à Diretoria, ao Conselho Fiscal e à Delegação Representativa junto à Confederação Nacional da Indústria – CNI;

f) para deliberar sobre a admissão de novos Sindicatos ao quadro associativo da Federação.

Parágrafo único: os pedidos de filiação de sindicatos à Federação serão deliberados na primeira assembleia geral ordinária ocorrida após a sua formalização conforme as exigências deste Estatuto.

Art. 30 – Realizar-se-ão assembleias gerais extraordinárias:

a) quando o Presidente ou a maioria absoluta da Diretoria julgarem necessário;

b) por solicitação, dirigida ao Presidente, em requerimento subscrito por no mínimo 1/5 dos Sindicatos filiados em pleno gozo de seus direitos, por meio de seus respectivos representantes, desde que devidamente fundamentada.

§1°- No caso de convocação por iniciativa da maioria da Diretoria ou dos Sindicatos filiados, o pedido não pode ser oposto pelo Presidente, a quem cabe tomar as providências necessárias à sua realização dentro de 10 (dez) dias, sob pena de não o fazendo, os próprios interessados o fazerem, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo junto à Federação.

§2°- Deve comparecer à assembleia geral extraordinária convocada na forma do §1° a maioria simples dos que a solicitaram, sob pena de não ser instalada.

Art. 31 - As assembleias gerais do Conselho de Representantes só poderão tratar dos assuntos para os quais foram convocadas.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

FIEP

2º RTD / RCPJ 15/21 CURITIBA - PR

§1°- Instala-se a assembleia geral em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos Delegados Representantes dos Sindicatos filiados em pleno gozo de seus direitos estatutários e, em segunda convocação, uma hora após, com qualquer número de presentes, ressalvado o disposto no art. 30, §2°.

§2°- As deliberações são tomadas por maioria simples de votos dos Sindicatos filiados presentes.

§3° - Em caso de empate nas votações não secretas, o Presidente profere voto pessoal. Nas votações secretas, no entanto, o empate importa em rejeição.

§4° – Deve ser observado o sistema de escrutínio secreto nas votações:
a) nas eleições;
b) para a escolha de representantes da categoria nos órgãos previstos em legislação específica;
c) para apreciação da destinação do patrimônio da Federação;
d) em julgamento de atos da Diretoria relativos à aplicação de penalidades.

§5° – O sistema de voto sigiloso poderá ser utilizado na deliberação de outros assuntos relevantes, desde que se assim solicitado pela maioria dos presentes.

§6°- Nas assembleias gerais extraordinárias convocadas com vistas à apreciação de alteração do Estatuto da Federação, é exigido o comparecimento mínimo de 2/3 (dois terços) dos Sindicatos filiados, para haver deliberação válida, devendo a aprovação ocorrer pelo voto da maioria simples.

§7° - Quando se tratar de proposta para dissolução da Federação será exigida a presença de 4/5 (quatro quintos) dos representantes dos Sindicatos filiados, sendo esta votação realizada em dois turnos, com 30 (trinta) dias de intervalo entre um e outro, e para aprovação será necessária a concordância de 3/4 (três quartos) dos presentes.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Seção III
Do Conselho Fiscal

Art. 32 – O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização, pelo exame e acompanhamento do movimento contábil-financeiro da Federação, sendo composto de

2º OFICIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

2º RTD/PR
16/11
CURITIBA-PR

03 (três) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos quadrienalmente juntamente com a Diretoria.

§1º - Reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo duas vezes ao ano e extraordinariamente sempre que necessário, com a incumbência de:

a) dar parecer sobre as demonstrações contábeis e a prestação de contas de cada exercício;

b) dar parecer sobre a previsão de receita e despesa para o exercício seguinte;

c) opinar sobre despesas extraordinárias, sobre os balancetes mensais e sobre demais documentos de natureza contábil-financeira.

§2º- O Conselho Fiscal goza de total autonomia e independência em relação à Diretoria, devendo suas solicitações ser atendidas de forma inconteste podendo, ainda, contratar assessoria técnica específica quando julgar necessário.

§ 3º- Os Conselheiros suplentes somente serão convocados, pela ordem de inscrição, no caso de ausência ou impedimento dos Conselheiros titulares ou, ainda, para sucedê-los no caso de vacância do cargo.

§ 4º- Compete ao Conselho Fiscal encaminhar as atas das reuniões aos Conselheiros Suplentes.

§ 5º- É permitida a participação dos Conselheiros Fiscais titulares ou suplentes em reuniões da Diretoria na qualidade de ouvintes ou relatores.

Seção IV
Dos Delegados Representantes

Art. 33 - A Federação far-se-á representar, perante o Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria - CNI, por dois membros efetivos, tendo igual número de suplentes, eleitos quadrienalmente pelo Conselho de Representantes da Federação.

§ 1º – Os Delegados Representantes tomam posse junto com a Diretoria e com o Conselho Fiscal, sendo seu mandato coincidente com os destes Órgãos.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

§ 2º - Os Delegados suplentes somente serão convocados, pela ordem de inscrição, no caso de ausência ou impedimento dos Delegados titulares ou, ainda, para sucedê-los no caso de vacância do cargo.

2º RTD / RCPJ
CURITIBA - PR

Capítulo VII
Das Eleições e das votações

Art. 34 – As eleições para membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto à Confederação Nacional da Indústria - CNI, e respectivos suplentes, são realizadas a cada 04 (quatro) anos com base no Regulamento Eleitoral, o qual não poderá sofrer qualquer alteração nos 12 (doze) meses que antecedem ao término de cada mandato.

Art. 35 - As eleições serão conduzidas por uma Comissão Eleitoral, regida pelos princípios da unidade, indivisibilidade e independência, nomeada pelo Presidente da Federação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 10 (dez) dias antes da publicação do edital que convocar as eleições.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Capítulo VIII
Da perda do mandato

Art. 36 -- Os membros eleitos perderão seu mandato nos seguintes casos:

a) malversação ou dilapidação do patrimônio social;

b) grave violação deste Estatuto;

c) perda da condição de industrial, por haver deixado de integrar categoria econômica da indústria, ou deixar de ser associado a sindicato filiado à Federação das Indústrias do Estado do Paraná;

d) abandono do cargo, assim entendida a ausência, sem justificativa, a três reuniões de órgão da Federação, a que deveria comparecer;

e) conduta incompatível com a ética, a dignidade e o decoro dos cargos a que forem eleitos;

f) patrocinar causa ou iniciativa contrárias a interesse fundamental e inequívoco da indústria;

g) manter vínculo empregatício celetista com as Entidades que compõem o Sistema FIEP ou nas instituições a ele vinculadas ou das quais sejam mantenedoras, exceto se autorizado por deliberação do Conselho de Representantes;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 604
Fone (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2º RTD/RCPJ 184 CURITIBA PR

h) no caso do Presidente, do 1° Diretor Secretário e do 1° Diretor Tesoureiro acumularem as funções com as de agente político; (alterado na AGE de 11.04.17)
i) renúncia.

§1°- As penalidades tratadas no presente dispositivo serão aplicadas pela Diretoria da Federação, devendo a sanção imposta ser aprovada por maioria absoluta dos seus integrantes.

§2° – Da decisão da Diretoria que aplicar a penalidade caberá recurso, com efeito devolutivo e suspensivo, ao Conselho de Representantes, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência da perda do mandato.

§3°- Toda suspensão ou destituição de cargos, no âmbito da Federação, deverá ser precedida de notificação, que assegure ao interessado amplo direito de defesa e ao contraditório.

Art. 37 – As destituições, renúncias, impedimentos e afastamentos de membros da Diretoria são comunicadas por escrito, ao Presidente da Federação.

Art. 38 – No caso de renúncia coletiva da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, e não havendo suplentes suficientes, o Presidente, ainda que resignatário, convocará o Conselho de Representantes, a fim de que este constitua uma Diretoria provisória, composta de 09 (nove) membros, sendo os cargos assim distribuídos: 01 (um) Presidente; 02 (dois) Vice-Presidentes; 02 (dois) Diretores Secretários e 02 (dois) Diretores Financeiros e um Conselho Fiscal constituído de 02 (dois) membros.

§ 1° - A Diretoria provisória, constituída nos termos do parágrafo anterior, deverá convocar e realizar as eleições, bem como dar posse aos eleitos, dentro do prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias, cabendo aos eleitos apenas completar o mandato da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados Federativos em questão.

§ 2° - O membro que for destituído ou renunciar ao mandato não pode ser eleito para qualquer cargo na Federação, nem mesmo de representação, durante o prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 39 – Não havendo previsão especifica, nas hipóteses de afastamento, destituição, renúncia, falecimento e impedimento, as substituições obedecerão à ordem de menção

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3900 - Curitiba - PR

FIEP

da chapa eleita, exceto para o caso de substituição do Presidente e daqueles que possuem suplentes designados.

2º RTD/RCPJ 19/21 CURITIBA-PR

Art. 40 – Em se tratando de afastamento e impedimento do Presidente, este será substituído pelo Vice-Presidente que ele indicar.

Art. 41 – Nas hipóteses de destituição, renúncia, doença que impossibilite comunicação e falecimento do Presidente, compete ao Vice-Presidente titular mais idoso, dentro de 48 (quarenta e oito horas), convocar reunião extraordinária da Diretoria para ciência do ocorrido e definir, dentre os seus membros, aquele que ocupará a presidência da Federação, até o final do mandato.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Capítulo IX
DAS RECEITAS E DO PATRIMÔNIO

Art. 42 – Constituem receitas da Federação:

a) os valores recebidos a título de contribuição sindical das categorias inorganizadas que representa;

b) os valores recebidos a título de contribuição sindical em face do rateio previsto no artigo 589 da CLT;

c) os valores que lhe cabem provenientes da contribuição confederativa, desde que instituída pelo Sindicato, conforme percentuais definidos em assembleia geral da Federação;

d) as contribuições, taxas e outras obrigações pecuniárias, estabelecidas em instrumentos normativos ou sentenças normativas;

e) os valores que lhe são repassados pelo SESI e SENAI, conforme legislação pertinente;

f) as doações e legados;

g) os valores das rendas produzidas por bens e valores da Federação;

h) os valores decorrentes da prestação de serviços, multas e outras rendas inclusive as originárias de disposições legais;

i) os valores pagos a título de anuidade e outras contribuições pelos seus filiados e associados;

j) outros repasses financeiros provenientes de entidades públicas e privadas.

Art. 43 - O patrimônio da Federação é composto por:

a) bens móveis, imóveis e obras de arte;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3220-3606 - Curitiba - PR

2º RTD/PJ CURITIBA PR
08.1162

b) direitos, ações e participações;

c) ativos financeiros.

Art. 44 – A administração do patrimônio da Federação compete ao seu Presidente, exceto no que respeita as seguintes situações, que dependerão de aprovação prévia, por maioria absoluta, da Diretoria:

a) tomada e concessão de empréstimos;

b) aplicação em fundos de ações ou diretamente em bolsa de valores;

c) a participação em fundos de desenvolvimento e fomento;

d) a participação econômico-financeira em entidades, empresas e consórcios de qualquer natureza;

e) a aquisição de bens imóveis;

f) aquisição de obras de arte.

Art. 45 – Os bens imóveis só podem ser alienados com autorização do Conselho de Representantes, mediante proposta da Diretoria e à luz de parecer do Conselho Fiscal.

Art. 46 – No caso de dissolução da Federação, o Conselho de Representantes dará destino ao patrimônio remanescente, observada a legislação pertinente, depois de saldadas todas as obrigações.

§ 1º O Conselho de Representantes, na mesma assembleia de dissolução, em consonância com as disposições legais, deverá nomear até três liquidantes, que conduzirão o processo até a sua conclusão.

§ 2º - O Conselho de Representantes pode, em qualquer tempo, substituir os liquidantes, se comprovado que estes não vêm cumprindo com as suas atribuições de forma satisfatória.

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

Capítulo X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47 - O presente Estatuto não poderá sofrer qualquer alteração nos 12 (doze) meses que antecedem ao término de cada mandato.

Art. 48 - Os dirigentes e prepostos da FIEP não respondem solidariamente, nem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

FIEP

Art. 49 – Ao Presidente cabe receber verba de representação, de caráter indenizatório, na forma estabelecida pelo Conselho de Representantes da Federação.

Art. 50 – Eventuais disposições de lei que possam estar vigorando prevalecem sobre os preceitos desse Estatuto.

Art. 51 – O presente estatuto entra em vigor a partir do seu registro no cartório competente, que deverá ocorrer até 30 dias úteis após a sua aprovação.

Curitiba, 24 de novembro de 2017.

Edson Luiz Campagnolo
Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Marco Antônio Guimarães
OAB/Pr 22.427

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1104662
MICROFILME

2º REGISTRO DE TÍTULOS
SELO Nº DYuYC.ERUVq.q5Dvy-X2mAa.QhyoY
Consulte esse selo em htpp://funarpen.com.br
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.104.662
AVERBADO AO REGISTRO Nº 6.329 - DIST Nº 9406887
Curitiba-PR, 16 de março de 2018.
Francisco Cesar Cecilio - Escrevente
Registro: R$18,30 (VRC-100,00), Funrejus: R$8,06, Microfilme: R$0,58, Funarpen: R$1,17, ISS: R$0,77

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

0 0164

Município de Ampére

Verificar autenticidade

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO CERTIDÃO:	DATA DA EMISSÃO:	DATA DA VALIDADE:	FINALIDADE:
3442/2024	19/02/2024	19/04/2024	Verificação

NOME/RAZÃO SOCIAL:	CPF/CNPJ:
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI	03.776.284/0033-88

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	ATIVIDADE FISCAL:
1525	17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres

ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO:

Logradouro: ERECHIM, 383	Complemento:
Bairro: RONDINHA	CEP: 85640-000

AVISO:

Até o momento não constam débitos em aberto.

DESCRIÇÃO:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências com base nos dados acima informado, relativas a tributos de competência do Município de Ampére.

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C243442N9691D18

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página da Município de Ampére
http://www.ampere.pr.gov.br/

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

0 6 165

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032879770-64

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.776.284/0033-88**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 18/06/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (19/02/2024 16:44:55)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
CNPJ: 03.776.284/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:04:45 do dia 05/03/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/09/2024.
Código de controle da certidão: **CE77.FF9F.29F7.A91B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0 B 167

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.776.284/0033-88
Razão Social: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI
Endereço: R ATENAS 344 / N S GRACAS / AMPERE / PR / 85640-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:19/02/2024 a 19/03/2024

Certificação Número: 2024021903543344369546

Informação obtida em 19/02/2024 16:44:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.776.284/0033-88
Certidão nº: 11387963/2024
Expedição: 19/02/2024, às 16:46:10
Validade: 17/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.776.284/0033-88, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



QR-CODE

08.16

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

0 B 170

DESPACHO INICIAL

Ao(À) Sr.(a)
Fabiana Schulz Padilha
Assessora da SELOG

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Recebida a documentação preliminar da Secretaria interessada, procedo à autuação do processo.

De acordo com a divisão interna de trabalho da SELOG, encaminho o presente processo de contratação à Assessoria para a confecção/conferência/juntada da pesquisa de preços, além da elaboração/emissão dos respectivos relatórios e eventuais justificativas, se necessário, bem como do orçamento definitivo.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 01 de março de 2024.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

08. 171

TERMO DE JUNTADA

Ao(À) Sr.(a)
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Segue anexo os relatórios emitidos da pesquisa de preços, realizada pelo Sr. João Pedro Markus, bem como vai anexo o orçamento definitivo do presente processo de contratação, com a indicação do(s) respectivo(s) código(s) do(s) item(ns) que compõe(m) o objeto da contratação, devidamente cadastrado(s) no sistema.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 01 de março de 2024.

Fabiana S. Padilha

Fabiana Schulz Padilha
Assessora da SELOG

ORÇAMENTO DEFINITIVO	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Item	Código do Produto/ Serviço	Descrição do Produto/Serviço	Quanti-dade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total	Marca	Empresa
1	67987	**ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS COM INVERSORES DE FREQUÊNCIA E CLP** CONTEÚDO FORMATIVO: MOTORES ELÉTRICOS: MOTORES DE INDUÇÃO TRIFÁSICOS, TIPOS DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS, PRINCIPIO DE FUNCIONAMENTO DOS MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS; CONEXÕES DOS 20 40H TIPOS DE FECHAMENTO DOS MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS; CONCEITUAÇÃO SOBRE TENSÃO DE LINHA E TENSÃO DE FASE; DEFINIÇÃO DE POTÊNCIA ELÉTRICA; DISPOSITIVOS ELÉTRICOS APLICADOS AOS COMANDOS ELÉTRICOS; MÉTODOS APLICADOS PARA PARTIDAS DE MOTORES; PRINCIPIO DE FUNCIONAMENTO DO INVERSOR DE FREQUÊNCIA; MÉTODOS DE SELEÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS INVERSORES DE FREQUÊNCIA NAS PARTIDAS DE MOTORES; PARÂMETROS BÁSICOS DO INVERSOR; CONCEITUAÇÃO SOBRE ENTRADAS ANALÓGICAS E DIGITAIS; INTEGRAÇÃO DO CLP COM INVERSOR DE FREQUÊNCIA PARA CONTROLE DE MOTORES. TURMA DE 20 ALUNOS.	1	UN	R$ 11.340,00	R$ 11.340,00	SENAI	SENAI
2	67988	**ATENDIMENTO AO PÚBLICO**. CONTEÚDO FORMATIVO: ATENDIMENTO AO CLIENTE; QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ATENDIMENTO TELEFÔNICO, VOLTADO AO ATENDIMENTO DE RESTAURANTES; CUIDADOS PESSOAIS COM A APARÊNCIA; ETIQUETA À MESA; COMUNICAÇÃO ADEQUADA; COMPORTAMENTO EM LOCAIS PÚBLICOS; CUIDADOS COM O AMBIENTE. TURMA DE 25 ALUNOS.	1	UN	R$ 5.220,00	R$ 5.220,00	SENAI	SENAI

3	67989	**COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS E ELETROHIDRÁULICOS PARA MECÂNICOS** CONTEÚDO FORMATIVO: COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: DESENHO DE ESQUEMAS PNEUMÁTICOS E ELETROPNEUMÁTICOS; SEQUÊNCIA DE MONTAGEM DE SISTEMAS ELETROPNEUMÁTICOS; METODOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS AUTOMATIZADOS INTUITIVO, CASCATA, PASSO A PASSO E TABELA VERDADE. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: DESENHO DE ESQUEMAS HIDRÁULICOS E ELETRO HIDRÁULICOS; SEQUÊNCIA DE MONTAGEM DE SISTEMAS ELETRO HIDRÁULICOS. TURMA DE 20 ALUNOS.	1	UN	R$ 10.520,00	R$ 10.520,00	SENAI	SENAI
4	67990	**ELETRICIDADE PREDIAL** CONTEÚDO FORMATIVO: NOÇÕES DE SEGURANÇA EM ELETRICIDADE: CHOQUE ELÉTRICO; EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC) E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI); NR – 35 NOÇÕES DE TRABALHO EM ALTURA; NR – 10. NOÇÕES DE ELETRICIDADE BÁSICA: GRANDEZAS ELÉTRICAS; CIRCUITOS ELÉTRICOS; MEDIDAS ELÉTRICAS; SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO: GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS: EMENDAS DE CONDUTORES; INTERRUPTOR: SIMPLES; PARALELO; INTERMEDIÁRIO; TOMADA: DE USO GERAL; DE USO ESPECÍFICO; FOTOCÉLULA; SENSOR DE PRESENÇA; PROGRAMADOR HORÁRIO; CAMPAINHA; MINUTERIA; DIMMER; DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO (DISJUNTORES, FUSÍVEIS E DPS); LEITURA, INTERPRETAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ELÉTRICOS; DIMENSIONAMENTO DE CONDUTORES E DISJUNTORES PELA CAPACIDADE DE CORRENTE E QUEDA DE TENSÃO; ATERRAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. NORMA NBR 5410 (INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO); NORMA NTC 901 100 (FORNECIMENTO EM TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO). TURMA DE 20 ALUNOS.	1	UN	R$ 28.470,00	R$ 28.470,00	SENAI	SENAI
5	67991	**INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICOS.** CONTEÚDO FORMATIVO: INTRODUÇÃO: ENERGIA SOLAR - O QUE É; APLICAÇÕES; VIABILIDADE. CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: ON GRID (GERAÇÃO DISTRIBUÍDA); OFF GRID (AUTÔNOMOS). EQUIPAMENTOS: CÉLULAS FOTOVOLTAICAS; CONECTORES; CAIXAS DE JUNÇÃO; SISTEMA DE FIXAÇÃO DOS MÓDULOS; BATERIAS; CONTROLADORES DE CARGA: PWM E MPPT; INVERSOR AUTÔNOMO; INVERSOR INTERATIVO. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS. PROJETO: LEVANTAMENTO DAS CARGAS; ANÁLISE DE CONSUMO DE CONTA DE ENERGIA; ANÁLISE DO PROJETO (DIAGRAMA UNIFILAR); PLANEJAMENTO; EXECUÇÃO DA MONTAGEM – COMISSIONAMENTO; TESTES FINAIS; CHECKLIST. MANUTENÇÃO: PREVENTIVA; CORRETIVA. DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE CASOS REAIS. TURMA DE 20 ALUNOS.	1	UN	R$ 5.304,00	R$ 5.304,00	SENAI	SENAI

08.1173

6	67992	**MONTADOR DE MÓVEIS.** CONTEÚDO FORMATIVO: FERRAMENTAS MANUAIS; FERRAMENTAS ELÉTRICAS; ACESSÓRIOS DE MONTAGEM; PREPARAÇÃO DO LOCAL; MONTAGEM PRÁTICA; ATENDIMENTO AO CLIENTE. TURMA DE 20 ALUNOS.	1	UN	R$ 16.720,00	R$ 16.720,00	SENAI	SENAI
7	67993	**SOLDADOR QUALIFICAÇÃO** CONTEÚDO FORMATIVO: METROLOGIA (12H): TRENA, PAQUÍMETRO, TRANSFERIDOR DE GRAUS E ESQUADRO. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32H): IDENTIFICAÇÃO DE LINHAS USADAS EM DESENHO; PROJEÇÃO ORTOGONAL; INTERPRETAÇÃO; COTAS E DIMENSIONAMENTOS; ESBOÇO COTADO; ESCALAS; ESTUDO DE CORTES; SIMBOLOGIA DE SOLDAGEM. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100H): TIG - TECNOLOGIA DE SOLDAGEM; SEGURANÇA NA SOLDAGEM; TIPOS DE ELETRODOS; GASES DE PROTEÇÃO; EQUIPAMENTO DE SOLDAGEM; ELETROTÉCNICA BÁSICA; PRÁTICA DE OFICINA - SOLDAR BARRA DE AÇO COM OU SEM ADIÇÃO DE MATERIAL EM POSIÇÃO PLANA; SOLDAR BARRAS DE AÇO EM ÂNGULOS NAS DIVERSAS POSIÇÕES DE TRABALHO; SOLDAR BARRAS DE ALUMÍNIO E AÇO INOXIDÁVEL EM POSIÇÃO. TURMA DE 12 ALUNOS.	1	UN	R$ 35.360,00	R$ 35.360,00	SENAI	SENAI
8	67994	**TÉCNICAS DE LIMPEZA, INSPEÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS** CONTEÚDO FORMATIVO: LOTO (LOCKOUT E TAGOUT) - SINALIZAÇÃO E BLOQUEIO DE ENERGIAS RESIDUAIS; USO DE EPIS ESPECÍFICOS PARA EFETUAR A LIMPEZA E INSPEÇÃO; PREENCHIMENTO DE CARTA DE ANOMALIA; 5 KS (LOCAIS PERIGOSOS, SUJOS, ESCUROS, COM MAL CHEIRO E COM ATIVIDADES; COMBATE A FONTES DE SUJEIRAS E CONTAMINAÇÃO EM LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO; LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS PONTOS DE LUBRIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO; RISCOS E CONSEQUÊNCIAS DA FALTA E DO EXCESSO DE LUBRIFICANTES; PRÁTICA/SIMULAÇÃO DE LUBRIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM DESCARTE ADEQUADO DE LUBRIFICANTES USADOS. TURMA DE 20 ALUNOS.	1	UN	R$ 3.536,00	R$ 3.536,00	SENAI	SENAI
VALOR MÁXIMO ESTIMADO						**R$ 116.470,00**		

Certifico que confeccionei a planilha do orçamento definitivo com os dados dos orçamentos enviados pela secretaria demandante.

Fabiana Schulz Padilha

FABIANA SCHULZ PADILHA
Assessora da SELOG

0179

08 175

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Ao Departamento Contábil e Financeiro
Sr.(a) Contador(a) Público(a)

Solicito a indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa e a análise do cumprimento das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins da contratação do seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 01 de março de 2024.

.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

06 176

PARECER CONTÁBIL

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Em atenção à solicitação do Departamento de Contratações Públicas, informamos que a contratação em espeque cumpre o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da contratação, sendo que o pagamento será efetuado através da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) abaixo descrita:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	5790	12.001.22.661.2201.2222	000	33.90.39.00.00	Do Exercício

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 13 de março de 2024.

Cleomar Walter
Contador Público
Téc. Cont. CRC: PR-046483/O-2

TERMO DE EMISSÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DECLARAÇÃO UNIFICADA

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Nesta data, junto a minuta do instrumento contratual, devidamente cadastrado(s) no sistema, conforme modelo mais atualizados disponibilizados pela PGM.

Seguem as informações de preenchimento da minuta do instrumento:

1.1. **ÓRGÃO(S) INTERESSADO(S):**
1.1.1. Órgão Gestor: Secretaria Municipal Aceleração Econômica e Inovação
1.1.2. Órgãos Participantes: Não se aplica.

1.2. RESUMO DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

1.3. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 116.470,00 (cento e dezesseis mil, quatrocentos e setenta reais.

1.4. MODALIDADE: Dispensa de licitação.

1.5. FORMA: Não eletrônica.

1.6. **PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(ES) UTILIZADO(S) NESTE PROCESSO**:
1.6.1. Não se aplica.

Encaminho o presente processo de contratação ao Secretário Municipal de Logística e Contratações para análise e encaminhamentos cabíveis.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 13 de março de 2024.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

0 B 174

DESPACHO FINAL DA ETAPA PRELIMINAR

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Analisando a documentação acostada aos autos, vislumbra-se a necessidade de algumas adaptações no TR e seus anexos, para atender ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022, motivo pelo qual junto, como anexo, o Termo de Referência Definitivo, com as adaptações realizadas por este órgão.

No mais, o procedimento até o momento está regular, com a existência dos documentos pertinentes, sem necessidade de outros apontamentos por este órgão.

Por seu turno, destaco que a presente contratação está de acordo com o planejamento estratégico das contratações públicas municipais e vai ao encontro das diretrizes e objetivos do "Programa Compras Capanema".

Destarte, defiro o prosseguimento do processo de contratação.

Colham-se as assinaturas do(a) Secretário(a) da pasta indicado no TR e do(s) Fiscal(is) da Contratação.

Por fim, considerando que o caso requer análise jurídica do órgão competente, para fins de controle prévio da contratação, encaminhem-se os autos à PGM.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 25 de março de 2024.

Felipe Carvalho Romero
Secretário Municipal de Logística e Contratações

0 171
6

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) DEFINITIVO

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) INTERESSADO E AGENTES PÚBLICOS

1.1. ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1. Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação – SECON.

1.1.2. Todas as demais Secretarias.

1.2. RESPONSÁVEL(IS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

1.2.1. Franconer Minte.

1.2.2. Felipe Carvalho Romero.

2. DA MODALIDADE E DO FORMATO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1.1. Indica-se a **Dispensa de Licitação**.

2.2. DO FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.2.1. Não eletrônica.

3. RESUMO DO OBJETO

3.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Item	Código do serviço	Nome do serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo (R$)	Preço máximo total (R$)
1	68008	**MONTADOR DE MÓVEIS.** O CURSO PERMITE CAPACITAR O ALUNO PARA EXECUTAR AS OPERAÇÕES DE FORMA DINÂMICA, DESENVOLVENDO DE TÉCNICAS QUE APERFEIÇOEM SUA PRÁTICA. CONTEÚDO FORMATIVO: FERRAMENTAS MANUAIS; FERRAMENTAS ELÉTRICAS; ACESSÓRIOS DE MONTAGEM; PREPARAÇÃO DO LOCAL; MONTAGEM PRÁTICA; ATENDIMENTO AO CLIENTE.	1 TURMA: MÍNIMO 15 ALUNOS E NO MÁXIMO 20 ALUNOS	UN	16.720,00	16.720,00

2	68009	**ATENDIMENTO AO PÚBLICO.** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS, DE MODO QUE OS PARTICIPANTES APRENDAM TÉCNICAS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, COM QUALIDADE E RESPEITO. CONTEÚDO FORMATIVO: ATENDIMENTO AO CLIENTE; QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ATENDIMENTO TELEFÔNICO, VOLTADO AO ATENDIMENTO DE RESTAURANTES; CUIDADOS PESSOAIS COM A APARÊNCIA; ETIQUETA À MESA, COMUNICAÇÃO ADEQUADA; COMPORTAMENTO EM LOCAIS PÚBLICOS; CUIDADOS COM O AMBIENTE.	1 TURMA: MÍNIMO 15 ALUNOS E NO MÁXIMO 25 ALUNOS	UN	5.220,00	5.220,00
3	68010	**ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS COM INVERSORES DE FREQUÊNCIA E CLP.** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS, DE MODO QUE OS PARTICIPANTES ADQUIRAM CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS SOBRE OS PROCESSOS QUE ENVOLVEM OS MÉTODOS DE ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS E CONTROLE, UTILIZANDO O CLP E O INVERSOR DE FREQUÊNCIA, OBSERVANDO REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA, QUALIDADE, HIGIENE, SAÚDE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. CONTEÚDO FORMATIVO: MOTORES ELÉTRICOS: MOTORES DE INDUÇÃO TRIFÁSICOS, TIPOS DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS, PRINCIPIO DE FUNCIONAMENTO DOS MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS; CONEXÕES DOS 20 40H TIPOS DE FECHAMENTO DOS MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS; CONCEITUAÇÃO SOBRE TENSÃO DE LINHA E TENSÃO DE FASE; DEFINIÇÃO DE POTÊNCIA ELÉTRICA; DISPOSITIVOS ELÉTRICOS APLICADOS AOS COMANDOS ELÉTRICOS; MÉTODOS APLICADOS PARA PARTIDAS DE MOTORES; PRINCIPIO DE FUNCIONAMENTO DO INVERSOR	1 TURMA: MINIMO 15 ALUNO E NO MÁXIMO 20 ALUNOS	UN	11.340,00	11.340,00

03 181

		DE FREQUÊNCIA; MÉTODOS DE SELEÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS INVERSORES DE FREQUÊNCIA NAS PARTIDAS DE MOTORES; PARÂMETROS BÁSICOS DO INVERSOR; CONCEITUAÇÃO SOBRE ENTRADAS ANALÓGICAS E DIGITAIS; INTEGRAÇÃO DO CLP COM INVERSOR DE FREQUÊNCIA PARA CONTROLE DE MOTORES.				
4	68011	**COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS E ELETROHIDRÁULICOS PARA MECÂNICOS.** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS, DE MODO QUE MECÂNICOS APERFEIÇOEM CONHECIMENTOS EM COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS E ELETROHIDRÁULICOS, OBSERVANDO REQUISITOS TÉCNICOS OBSERVANDO REQUISITOS TÉCNICOS DE QUALIDADE, SEGURANÇA, HIGIENE, SAÚDE, ERGONOMIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. CONTEÚDO FORMATIVO: COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: DESENHO DE ESQUEMAS PNEUMÁTICOS E ELETROPNEUMÁTICOS; SEQUÊNCIA DE MONTAGEM DE SISTEMAS ELETROPNEUMÁTICOS; METODOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS AUTOMATIZADOS INTUITIVO, CASCATA, PASSO A PASSO E TABELA VERDADE. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: DESENHO DE ESQUEMAS HIDRÁULICOS E ELETRO HIDRÁULICOS; SEQUÊNCIA DE MONTAGEM DE SISTEMAS ELETRO HIDRÁULICOS.	1 TURMA: MÍNIMO 15 ALUNOS E NO MÁXIMO 20 ALUNOS	UN	10.520,00	10.520,00
5	68012	**ELETRICIDADE PREDIAL.** FORNECER INFORMAÇÕES E NOÇÕES GERAIS DE ELETRICIDADE BÁSICA E CAPACITAR O PARTICIPANTE A INSTALAR, INTERPRETAR, DIAGNOSTICAR E REALIZAR MANUTENÇÕES EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	1 TURMA: MÍNIMO 15 ALUNO E NO MÁXIMO 20 ALUNOS	UN	28.470,00	28.470,00

		PREDIAIS. CONTEÚDO FORMATIVO: NOÇÕES DE SEGURANÇA EM ELETRICIDADE: CHOQUE ELÉTRICO; EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC) E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI); NR – 35 NOÇÕES DE TRABALHO EM ALTURA; NR – 10. NOÇÕES DE ELETRICIDADE BÁSICA: GRANDEZAS ELÉTRICAS; CIRCUITOS ELÉTRICOS; MEDIDAS ELÉTRICAS; SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO: GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS: EMENDAS DE CONDUTORES; INTERRUPTOR: SIMPLES; PARALELO; INTERMEDIÁRIO; TOMADA: DE USO GERAL; DE USO ESPECÍFICO; FOTOCÉLULA; SENSOR DE PRESENÇA; PROGRAMADOR HORÁRIO; CAMPAINHA; MINUTERIA; DIMMER; DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO (DISJUNTORES, FUSÍVEIS E DPS); LEITURA, INTERPRETAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ELÉTRICOS; DIMENSIONAMENTO DE CONDUTORES E DISJUNTORES PELA CAPACIDADE DE CORRENTE E QUEDA DE TENSÃO; ATERRAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. NORMA NBR 5410 (INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO); NORMA NTC 901 100 (FORNECIMENTO EM TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO).				
6	68013	**SOLDADOR QUALIFICAÇÃO.** DESENVOLVA COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NA UNIÃO E CORTE DE PEÇAS DE LIGAS METÁLICAS USANDO PROCESSOS DE SOLDAGEM E CORTE. CONTEÚDO FORMATIVO: METROLOGIA (12H): TRENA, PAQUÍMETRO, TRANSFERIDOR DE GRAUS E ESQUADRO. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32H): IDENTIFICAÇÃO DE LINHAS USADAS EM DESENHO;	1 TURMA: MINIMO 8 ALUNOS E NO MÁXIMO 12 ALUNOS	UN	35.360,00	35.360,00

		PROJEÇÃO ORTOGONAL; INTERPRETAÇÃO; COTAS E DIMENSIONAMENTOS; ESBOÇO COTADO; ESCALAS; ESTUDO DE CORTES; SIMBOLOGIA DE SOLDAGEM. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100H): TIG - TECNOLOGIA DE SOLDAGEM; SEGURANÇA NA SOLDAGEM; TIPOS DE ELETRODOS; GASES DE PROTEÇÃO; EQUIPAMENTO DE SOLDAGEM; ELETROTÉCNICA BÁSICA; PRÁTICA DE OFICINA - SOLDAR BARRA DE AÇO COM OU SEM ADIÇÃO DE MATERIAL EM POSIÇÃO PLANA; SOLDAR BARRAS DE AÇO EM ÂNGULOS NAS DIVERSAS POSIÇÕES DE TRABALHO; SOLDAR BARRAS DE ALUMÍNIO E AÇO INOXIDÁVEL EM POSIÇÃO				
7	68014	**INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICOS.** DESENVOLVER COMPETÊNCIAS TÉCNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS, POR MEIO DA APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS. CONTEÚDO FORMATIVO: INTRODUÇÃO: ENERGIA SOLAR - O QUE É; APLICAÇÕES; VIABILIDADE. CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: ON GRID (GERAÇÃO DISTRIBUÍDA); OFF GRID (AUTÔNOMOS). EQUIPAMENTOS: CÉLULAS FOTOVOLTAICAS; CONECTORES; CAIXAS DE JUNÇÃO; SISTEMA DE FIXAÇÃO DOS MÓDULOS; BATERIAS; CONTROLADORES DE CARGA: PWM E MPPT; INVERSOR AUTÔNOMO; INVERSOR INTERATIVO. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS. PROJETO: LEVANTAMENTO DAS CARGAS; ANÁLISE DE CONSUMO DE CONTA DE ENERGIA; ANÁLISE DO PROJETO (DIAGRAMA UNIFILAR); PLANEJAMENTO; EXECUÇÃO DA MONTAGEM – COMISSIONAMENTO; TESTES FINAIS; CHECKLIST. MANUTENÇÃO: PREVENTIVA; CORRETIVA. DOCUMENTAÇÃO	1 TURMA: MÍNIMO 15 ALUNOS E NO MÁXIMO 20 ALUNOS	UN	5.304,00	5.304,00

06.184

		E APRESENTAÇÃO DE CASOS REAIS.				
8	68015	**TÉCNICAS DE LIMPEZA, INSPEÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS.** APERFEIÇOAR COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DOS OPERADORES, DE MODO QUE OS PARTICIPANTES APLIQUEM TÉCNICAS DE INSPEÇÃO, LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, CONFORME NORMAS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE QUALIDADE E SEGURANÇA (FOCO NA MANUTENÇÃO AUTÔNOMA INDUSTRIAL). CONTEÚDO FORMATIVO: LOTO (LOCKOUT E TAGOUT) - SINALIZAÇÃO E BLOQUEIO DE ENERGIAS RESIDUAIS; USO DE EPIS ESPECÍFICOS PARA EFETUAR A LIMPEZA E INSPEÇÃO; PREENCHIMENTO DE CARTA DE ANOMALIA; 5 KS (LOCAIS PERIGOSOS, SUJOS, ESCUROS, COM MAL CHEIRO E COM ATIVIDADES; COMBATE A FONTES DE SUJEIRAS E CONTAMINAÇÃO EM LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO; LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS PONTOS DE LUBRIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO; RISCOS E CONSEQUÊNCIAS DA FALTA E DO EXCESSO DE LUBRIFICANTES; PRÁTICA/SIMULAÇÃO DE LUBRIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM DESCARTE ADEQUADO DE LUBRIFICANTES USADOS	1 TURMA: MINIMO 15 ALUNO E NO MÁXIMO 20 ALUNOS	UN	3.536,00	3.536,00
TOTAL						116.470,00

Cronograma de execução.

CURSO	DATA INÍCIO	DATA FIM	DIAS DA SEMANA	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
MONTADOR DE MÓVEIS				80H	PRESENCIAL
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	03/06/2024	11/06/2024	SEGUNDA E TERÇA - FEIRA	16H	PRESENCIAL

08.185

ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS COM INVERSORES DE FREQUÊNCIA E CLP	27/01/2025	04/03/2024	QUARTA E QUINTA-FEIRA	40H	PRESENCIAL
COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS E ELETROHIDRÁULICOS PARA MECÂNICOS	02/10/2024	31/10/2024	QUARTA E QUINTA-FEIRA	40H	PRESENCIAL
ELETRICIDADE PREDIAL	05/08/2024	27/11/2024	SEGUNDA, TERÇA, E QUARTAS FEIRAS	160H	PRESENCIAL
SOLDADOR QUALIFICAÇÃO	02/09/2024	15/12/2024	SEGUNDA, TERÇA, E QUARTAS FEIRAS	160H	PRESENCIAL
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICOS	11/07/2024	08/08/2024	TERÇA E QUINTA - FEIRA	24H	PRESENCIAL
TÉCNICAS DE LIMPEZA, INSPEÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	04/11/2024	25/11/2024	SEGUNDA E TERÇA - FEIRA	16H	PRESENCIAL

4.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. As matrículas poderão ser efetuadas em cursos já em andamento, com no máximo até 25% de execução. Após decorrido esse não poderá mais ter matrículas novas.

5. MODELO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Condições gerais:

5.1.1. Não se aplica.

5.2. Condições específicas:

5.2.1. O serviço executado será de forma presencial, através de cronograma elaborado em conformidade com a necessidade do Contratante, juntamente com a disponibilidade

de laboratório para parte prática dos cursos do Contratado, localizado os laboratórios no Senai de Ampére/PR, com aulas teóricas no Senai de Capanema/PR.

6. OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S) NA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Obrigações gerais:

6.1.1. Aplicam-se as obrigações gerais estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo, bem como as obrigações adiante elencadas, naquilo que forem compatíveis.

6.2. Obrigações Específicas:

6.2.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes em sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.2.2. O valor previsto inclui todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6.2.3. Os serviços deverão ser prestados em sede do Contratado ou em local previamente ajustado com o Contratante.

6.2.4. Os cursos deverão ser amplamente divulgados pelo Contratado, a fim de que seja alcançado o maior número de pessoas interessadas em cursá-los.

6.2.5. As pré-matrículas serão realizadas pelo Contratante nas instalações da Secretaria solicitante em prazo determinado e divulgado em cronograma. Para tanto, a princípio, o Contratante coletará as informações e documentos dos alunos, em um primeiro momento. Na sequência, a documentação coletada será encaminhada ao Contratado, que realizará as efetivas matrículas.

6.2.7. O Contratado se responsabilizará pelas matrículas, lista de espera (se houver), contato com os alunos, entre outros processos necessários, respeitados os limites de alunos descritos no item 4. Para matrículas da lista de espera após inicio das turmas, poderá ser feito com no máximo 25% de execução da carga horaria da turma, após este percentual não é mais possível inclusão de novos alunos, conforme regimento do Senai para certificação.

6.2.8. O Contratado deverá realizar carga horária a que foi contratada, dentro do período indicado no cronograma.

6.2.9. O Contratado deverá fornecer todo material pedagógico necessário.

6.2.10. O Contratada deverá apresentar mensalmente lista padrão onde constam: nome completo do aluno, nome do curso, professor, turma, horários, datas e conteúdo abordado nas aulas.

1. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Condições Gerais:

7.1.1. Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

7.1.2. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

Papel na Contratação	Nome	Órgão de lotação

0 6 187

Gestor da Contratação	Sandra Teresinha Rezende	SECON
Fiscal Técnico	Sandra Teresinha Rezende	SECON
Fiscal Administrativo	Sandra Teresinha Rezende	SECON

7.1.3. Tendo em vista a natureza do objeto da contratação e as condições administrativas, indica-se um único servidor público efetivo para cumprir os papéis de gestão e fiscalização desta contratação.

2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Condições gerais:

8.1.1. Não se aplicam no caso.

8.2. Condições específicas:

8.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos de recebimento, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da execução contratual a que se refere a parcela a ser paga.

8.2.2. O **fiscal técnico** do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.2.3. O **fiscal administrativo** do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.2.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.5. O recebimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando a execução do objeto da contratação estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

08 . 184

8.2.7. Quando a gestão e a fiscalização forem exercidas por um único servidor público de provimento efetivo, o termo de recebimento definitivo será atestado e confirmado pelo Secretário da pasta gerenciadora da contratação.

3. DO PAGAMENTO

9.1. Condições gerais:

9.1.1. Aplicam-se as condições gerais de pagamento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo naquilo que não for incompatível com o descrito neste Termo de Referência.

9.2. Condições específicas:

9.2.1. Mensalmente, o Contratado encaminhará à Fiscal da contratação um relatório contendo a relação de cursos ministrados e concluídos, com a relação dos alunos que compunham cada turma. A partir dessa relação o fiscal confeccionará Termo de Recebimento, nos moldes estabelecidos no item 8, que servirá de base para os pagamentos.

7. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.

10.2. A dotação orçamentária específica será indicada no Parecer Contábil.

8. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. DA NECESSIDADE E DA ESCOLHA DO OBJETO

11.1.1 Ao longo do tempo as indústrias vêm sofrendo com falta de mão de obra especializada, sendo necessário qualificar pessoas nas mais diversas áreas. Os cursos foram pensados a partir da necessidade sentida pelo município, que vem sofrendo com falta de mão de obra especializada e também com o objetivo de incluir a população no mercado trabalho.

11.1.2. O Contratado tem anos de excelência na formação e é o principal agente de preparação de mão de obra profissional voltado para indústria, serviços e turismo do país que faz parte da composição dos "5S" no treinamento e formação de pessoas para atendimento na área operacional das empresas e profissionais.

11.1.3. A contratação dos cursos de capacitação pela Prefeitura de Capanema vem ao encontro das necessidades de promover e estimular a formação de mão de obra qualificada, para atendimento das demandas de empresas instaladas no município, bem como a inserção da população no mercado de trabalho.

11.2. DO PREÇO

11.2.1. O preço que compõe o objeto desta contração provém de orçamento (anexo) solicitado pela Secretaria demandante ao Contratado.

11.2.2. O Contratado, por intermédio de uma de suas analistas comerciais, **Mariana Hoffmann Dalmolin**, na data de *03/04/2024* encaminhou ofício esclarecendo que a proposta oferecida é customizada, ou seja, personalizada, singularizada, feita conforme as necessidades da Contratante. Por essa razão, não foi possível a localização e subsequente encaminhamento de comprovação documental de contratações idênticas às pactuadas

0 8 18

11.2.3. Além disso, justifica-se com contratos (anexos) praticados pelo Contratado noutras contratações públicas, assim:

11.2.3.1. **ITEM 1:** Curso e valor idêntico ao praticado no contrato número 98/2024, decorrente da Dispensa de Licitação número 05/2024, da Prefeitura de Santa Izabel do Oeste – PR (item 1).

11.2.3.2. **ITEM 2:** Curso e valor idêntico ao praticado no contrato número 98/2024, decorrente da Dispensa de Licitação número 05/2024, da Prefeitura de Santa Izabel do Oeste – PR (item 2).

11.2.3.3. **ITEM 3:** Curso semelhante com valor consideravelmente menor ao praticado em decorrência da Dispensa de Licitação número 01/2024, da Prefeitura de Palmas – PR (item 75424).

11.2.3.4. **ITEM 4:** Curso semelhante com valor consideravelmente menor ao praticado em decorrência da Dispensa de Licitação número 01/2024, da Prefeitura de Palmas – PR (item 75425).

11.2.3.5. **ITEM 5:** Curso semelhante com valor consideravelmente maior ao praticado em decorrência da Dispensa de Licitação número 03/2023, da Prefeitura de Palmas – PR (item 09), justificável por ser praticado em unidade móvel.

11.2.3.6. **ITEM 6:** Curso semelhante com valor próximo ao praticado em decorrência da Dispensa de Licitação número 01/2024, da Prefeitura de Palmas – PR (item 754491).

11.2.3.7. **ITEM 7:** Não foi possível comparar valores praticados noutras contratações públicas, porém, justifica-se o preço adotado pelo esclarecimento emitido pelo SENAI, que segue anexo a este Termo de Referência, conforme também indicado no subitem 11.2.2.

11.2.3.8. **ITEM 8:** Não foi possível comparar com exatidão os valores praticados noutras contratações públicas, porém, justifica-se com o esclarecimento emitido pelo SENAI, que segue anexo a este Termo de Referência, conforme também indicado no subitem 11.2.2. Ainda, há semelhança no teor do curso e valor aproximado ao praticado no contrato nº 98/2024 decorrente da Dispensa de Licitação nº 05/2024, do Município de Santa Izabel do Oeste – PR (item 5).

11.3. DEMAIS JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

11.3.1. DO FUNDAMENTO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

11.3.1.1. A modalidade de contratação por dispensa possui amparo na Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e na Lei Federal n.º 14.133/2021:

> *Art. 99. É dispensável a licitação:*
> *(...)*
> *XI - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa que cumpre pena criminal ou medidas impostas pelo Poder Judiciário, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;*

0 6 . 190

11.3.2. DA RAZÃO DE ESCOLHA DA(S) EMPRESA(S)

11.3.2.1. O contratado, **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAM INDUSTRIAL – SENAI (CNPJ: 03.776.284.0033/88)** é uma das mais completas instituições educacionais do país. O SENAI possui histórico de parceria com o Poder Público de todos os níveis e se apresenta como espaço de referência para formação, capacitação e qualificação de profissionais.

11.3.2.2. Por se tratar de pessoa jurídica com notória especialidade no objeto a ser contratado, possuindo em seus quadros profissionais especializados na área, além de todas as condições necessárias para a contratação, bem como valores compatíveis aos praticados nos projetos, decidiu-se pela contratação desta instituição para aplicação dos cursos, visando qualificar mão de obra.

11.3.2.3. É de se destacar o Município de Capanema - PR já contratou o SENAI noutras ocasiões, assim como diversos outros Municípios da região, cabendo destacar que os serviços foram prestados com regularidade. Portanto, a contratação do SENAI está pautada na satisfação do interesse público.

11.3.3. DA RAZÃO DAS EMPRESAS COTADAS

11.3.3.1. A cotação da empresa **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI (CNPJ nº 03.776.284.0033/88)** resulta do fato de o Município já ter firmado outros contratos anteriormente e do reconhecimento do serviço prestado, conforme descrito nos subitens **11.3.2**.

9. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Não se aplica.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DAS ALTERAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

13.1. O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro) meses.

11. INFORMAÇÕES PARA COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL

14.1. Não se aplica ao presente caso.

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

15.1. A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com os dados constantes nas requisições de empenho encaminhadas, podendo ser em nome do Município de Capanema ou dos Fundos Municipais.

Município de Capanema - Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 25 dias do mês de abril de 2024.

Franconer Minte

Franconer Minte
Secretário Municipal de Aceleração Econômica e Inovação

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação - SECON

Felipe Carvalho Romero
Secretário Municipal de Logística e Contratações

Ciência do(a) Fiscal da Contratação em 25 / 04 /2024:

Sandra T. Rezende
Sandra Teresinha Rezende
Fiscal do Contrato

Município de Capanema - PR
Procuradoria-Geral do Município - PGM

PARECER JURÍDICO Nº 97/2024

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Logística e Contratações - SELOG
ÁREA ADMINISTRATIVA: Licitações e Contratos Administrativos
ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação - SECON
ASSUNTO: Análise de processo de contratação direta. Dispensa de licitação. Atividade de ensino.
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços educacionais na modalidade qualificação profissional básica no Município de Capanema/PR.

EMENTA: CONTROLE DE LEGALIDADE. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO INSTITUIÇÃO BRASILEIRA COM FINALIDADE ESTATUTÁRIA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE ENSINO. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 14, DE 2022. PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA. JUSTIFICATIVAS E DOCUMENTAÇÃO EM ORDEM. PARECER FAVORÁVEL.

1. RELATÓRIO.

A Secretaria Municipal de Logística e Contratações - SELOG encaminha, para análise da Procuradoria-Geral, o processo de dispensa de licitação, visando à contratação do objeto identificado alhures.

Constam no PA:

I) Portaria 8.546/2023;
II) Solicitação de abertura de processo de contratação;
III) Termo de referência preliminar;
IV) Termo de aceite de serviços;
V) Pesquisa de preços - contratações anteriores com outros Entes Públicos;
VI) Documentação de habilitação do(s) futuro(s) contratado(s);
VII) Despacho inicial;
VIII) Termo de juntada;
IX) Orçamento definitivo;
X) Termo de encaminhamento do processo;
XI) Parecer contábil.
XII) Termo de emissão de instrumento contratual e declaração unificada;
XIII) Despacho final da etapa preliminar;
XIV) Termo de Referência Definitivo.

É o relatório.

2. PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO.

2.1. Informações preliminares.

Importante asseverar, inicialmente, que compete à Procuradoria-Geral, nos termos do art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022, realizar o controle prévio de legalidade do processo de contratação, pela análise da presença e da legalidade do conteúdo dos documentos essenciais para a realização da contratação pública, responsabilizando-se apenas o ordenador da despesa e os responsáveis pela contratação quanto à veracidade das informações contidas no processo, ressalvando, portanto, que

todo procedimento deverá observar a legislação apontada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais.

Outrossim, calha esclarecer que, em regra, não compete à PGM tecer considerações acerca do mérito da presente contratação, tendo em vista a incidência do princípio da discricionariedade motivada da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos objetos e das contratações entendidos como necessários, ressalvadas as hipóteses de flagrante incompatibilidade, desarrazoabilidade ou equívoco na descrição do objeto, especialmente quando em confronto com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e/ou com os princípios que orientam as contratações públicas.

Com efeito, teceremos os apontamentos pertinentes a cada etapa/fase do processo de contratação, conforme documentação acostada aos autos, bem como aos demais elementos entendidos como indispensáveis à contratação.

2.2. <u>Da Legislação aplicável</u>.

Tendo em vista que o presente processo se iniciou após a entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, vislumbra-se que este é o diploma legal a reger a contratação.

2.3. <u>Das formalidades de um processo de contratação direta.</u>

Dispõe o art. 96, da Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022:

> ***Art. 96.*** *O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá observar o disposto no art. 29 e seguintes desta Lei, especialmente com os seguintes documentos:*
> *I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*
> *II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 37 e seguintes desta Lei;*
> *III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*
> *IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*
> *V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*
> *VI - razão da escolha do contratado;*
> *VII - justificativa de preço;*
> *VIII - autorização da autoridade competente.*

No que tange aos aspectos formais do processo, denota-se que a presente contratação direta cumpre satisfatoriamente os requisitos legais, pois constam nos autos os documentos reputados essenciais, até o momento, com as ressalvas indicadas na sequência deste parecer.

Além disso, consta no termo de referência a justificativa para a contratação direta, a razão de escolha do(s) contratado(s) e a justificativa do preço, as quais reputo significativas e válidas para o caso em apreço, especialmente pelas peculiaridades do caso em mesa.

2.4. <u>Do cabimento da dispensa de licitação.</u>

Quanto ao fundamento legal para a realização da presente contratação direta, por meio de dispensa de licitação, extrai-se da LCM 14/22 o seguinte:

> *Art. 99. É dispensável a licitação:*
> *(...)*
> *XI – para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa que cumpre pena criminal ou medidas*

impostas pelo Poder Judiciário, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

(...)

Com efeito, os documentos que constam no processo são suficientes para que se faça incidir a hipótese de contratação acima mencionada, considerando especialmente que é uma instituição brasileira e que tem finalidade estatutária de apoio, captação e execução de atividades de ensino.

Nesse prisma, impende-se destacar que licitar é a regra, porém a licitação é necessariamente lenta, morosa, ainda mais quando há impugnações, recursos, etc., gerando, portanto, a necessidade de comportar algumas exceções.

A decisão de não licitar decorre de uma valoração subjetiva da situação e do interesse social envolvido.

É exatamente essa finalidade, qual seja a de realizar o interesse público, ou interesse social, que leva à interpretação de que quando configurados os pressupostos da não realização da licitação, a Administração Pública não só pode como deve efetuar a contratação sem o prévio procedimento licitatório, pois é o interesse social que exige a contratação sem licitação. Assim, poderíamos concluir que a Administração está proibida de realizá-la, pois se o fizesse estaria contrariando o interesse social tutelado pelo ordenamento jurídico.

Nesse momento, a Administração não está proibida de licitar, porém optou pela contratação direta, em razão do objeto, qual seja a finalidade estatutária de execução de ensino.

Destarte, reputo como configurada a hipótese normativa descrita no inciso XI do art. 99 da LCM 14/22.

Destarte, compete às Secretarias Municipais, especialmente à Secretaria Municipal da Fazenda Pública - SEFAZ, de acordo com a sua divisão interna de atribuições, avaliar e monitorar a realização de contratações diretas, com observância das diretrizes mencionadas acima.

2.5. <u>Do Termo de Referência.</u>

Assim dispõe o art. 36 da Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022:

Art. 36. *O termo de referência é o documento técnico-jurídico obrigatório nos processos de contratação envolvendo compras, prestação de serviços, locações, contratações de tecnologia da informação e de comunicação, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*

I - os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

a) definição resumida e detalhada do objeto da contratação, com todas as suas características, incluindo especificações técnicas, ilustrações fotográficas, se possível, e outros recursos que permitam a sua identificação clara e precisa;

b) o quantitativo do objeto da contratação e sua justificativa;

c) as exigências, requisitos e métodos para a execução do objeto da contratação, com as definições de como a contratação deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

d) o valor estimado do objeto da contratação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

e) o cronograma físico-financeiro, se necessário;

II - adequação orçamentária, se cabível.

III - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

IV - o prazo da vigência do contrato, o prazo para execução do objeto da contratação e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

V - critérios de medição, recebimento e de pagamento;

VI - a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

0 8 195

VII - forma e critérios de seleção do fornecedor;

VIII - os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

IX - as sanções administrativas previstas de forma objetiva, suficiente e clara;

X - os deveres do contratado e do contratante.

*§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos nos incisos do **caput** deste artigo, além das seguintes informações, quando cabível:*

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de execução do objeto da contratação, incluindo as regras específicas de recebimento provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

§ 2º Em relação à informação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em justificativa escrita, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

*§ 3º Na indicação do quantitativo a que se refere a alínea "b" do inciso I do **caput** deste artigo será observado o detalhamento do consumo/contratação do objeto por parte da Administração, com o estabelecimento de cronograma de execução do objeto da contratação, salvo o disposto no § 4º deste artigo.*

§ 4º Na hipótese de adoção do Sistema de Registro de Preços, será exigida a indicação, apenas, da estimativa total do objeto da contratação, durante a vigência da ata de Registro de Preços, e da previsão estimada do seu consumo mensal.

§ 5º Na hipótese de adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando-se a natureza do objeto da contratação e a imprevisibilidade da sua necessidade mensal pela Administração, será admitida a estimativa total para fins de eventual consumo, em quantitativo razoável, de acordo com regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.

§ 6º Quando não precedido de ETP, o termo de referência conterá as informações exigidas para o ETP, no que couber, permitindo-se a assinatura do termo de referência pelos profissionais técnicos da área do objeto da contratação.

Com efeito, trazendo a exegese legal para o caso em mesa, os principais elementos do termo de referência serão abordados na sequência. Vejamos.

2.5.1. <u>Definição e quantidade do objeto</u>.

O termo de referência e os seus documentos incluídos no processo descrevem o objeto da contratação, indicando o quantitativo, o valor unitário e o valor total da contratação, além das especificidades técnicas do objeto.

Considerando a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos conhecimentos deste órgão consultivo, é oportuno registrar que a responsabilidade pela descrição técnica dos itens que compõem o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do(s) subscritor(es) do documento.

2.5.2. <u>Condições de execução do objeto da contratação.</u>

Consta no TR a indicação de aplicação das regras gerais e específicas de execução do objeto do contratação, seguindo-se o modelo padrão confeccionado pela PGM, observando-se, ainda, as respectivas regras específicas do TR, que se mostram adequadas às especificidades do objeto.

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se que as regras gerais e específicas constantes do TR estão adequadas ao caso, permitindo a transparência e a aferição da integridade da execução contratual.

2.5.3. <u>Das obrigações do Contratado.</u>

Consta no TR a indicação de aplicação das obrigações gerais e obrigações específicas na execução do objeto do contratação.

06. 196

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se a suficiência das obrigações gerais previstas na minuta do instrumento contratual e, também, a adequação das regras específicas previstas no TR.

2.5.4. <u>Do recebimento do objeto da contratação e do pagamento.</u>

O termo de referência prevê regras específicas sobre o recebimento do objeto, não aplicando-se, portanto, as regras gerais previstas na minuta do contrato administrativo.

2.5.5. <u>Da fiscalização da contratação.</u>

Consta no TR a indicação de aplicação das regras gerais de fiscalização da execução do objeto do contratação.

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se a suficiência das regras gerais previstas na minuta do Edital e anexos, sem prejuízo da aplicação das disposições da LCM 14/22.

Além disso, no que tange à função de Fiscal da Contratação, destaca-se que, em regra, faz-se necessário que o Fiscal seja um servidor público de provimento efetivo, a fim de permitir a continuidade do serviço público e garantir, em tese, a maior impessoalidade na fiscalização das contratações públicas, nos termos do art. 221, § 4º, da LCM 14/22, que assim dispõe:

> ***Art. 221.*** *(...)*
> .....
> ***§ 4º*** *Os fiscais de contratação serão designados, preferencialmente, dentre servidores efetivos, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas por escrito, em que será permitida a designação de servidores comissionados para a realização da função, com assunção da responsabilidade pessoal do respectivo Secretário.*
> *(...)*
> ***§ 6º*** *Os fiscais de contratação e os membros das comissões de recebimento serão permanentemente capacitados e treinados para realizarem as respectivas funções, especificamente para realização do controle da execução das contratações públicas e estabelecer a comunicação e o relacionamento profissionalizado com as pessoas físicas e jurídicas contratadas.*

Com efeito, vislumbra-se que o(a)(s) servidor(a)(es) indicado(a)(s) no Termo de Referência para o exercício das funções de Fiscal(is) da presente contratação, é servidor de provimento efetivo, exercendo as funções de gestor da contratação, fiscal técnico e fiscal administrativo, podendo recair sobre o mesmo servidor público, tendo em visto o objeto da contratação.

2.5.6. <u>Dos recursos orçamentários.</u>

O termo de referência não previu os recursos orçamentários para fazer frente à despesa proveniente da contratação.

Todavia, depreende-se dos autos a existência de parecer contábil que supre a exigência legal.

2.5.7. <u>Da justificativa para a contratação.</u>

A justificativa constante no termo de referência é suficiente para demonstrar o interesse público da realização da presente contratação.

2.5.8. <u>Da vigência da contratação.</u>

O prazo de vigência da contratação, previsto no termo de referência, está de acordo com as disposições legais que regem o tema, sendo de 24 (vinte e quatro) meses.

Destarte, como mecanismo de planejamento e organização do processo de contratação, limitando-se a examinar a presença dos elementos essenciais do documento, verifica-se que o Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, pois indica os dados necessários para a execução satisfatório do objeto da contratação, além de atender o disposto no parágrafo único do art. 34 da LCM 14/22.

2.6. <u>Da justificativa dos preços.</u>

Quanto ao fundamento legal para a averiguar a legalidade indicação do preço da presente contratação, extrai-se da LCM 14/22 o seguinte:

> *"**Art. 38.** No processo de contratação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido, em regra, com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*
> *I - contratações similares feitas pela Administração Pública de quaisquer entes federados, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
> *(...)*
> ***Art. 42.** Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos artigos 38 a 41 desta Lei, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo que indique a justeza do preço da contratação."*

Consta nos autos a justificativa da estimativa do preço do objeto da contratação, bem como toda a documentação relativa à pesquisa de preços realizada.

Nesse rumo, é de se destacar a dificuldade em se estabelecer um preço justo, de forma unilateral, numa contratação direta, ainda mais quando escassas as empresas que fornecem os materiais e/ou prestam os serviços necessários, no tempo exigido, para a execução adequada do objeto.

No TR consta ainda a justificativa no tocante ao esclarecimento prestado sobre a proposta em análise, uma vez que ela é customizada, isto é, personalizada e singularizada, não havendo contratações anteriores idênticas. Contudo, há sim outras contratações já realizadas com outros Entes Públicos, ou seja, com diversos Entes da Administração Pública.

Nesse cenário, diante das peculiaridades do objeto da contratação, reputo válida a metodologia utilizada para averiguar a compatibilidade da(s) proposta(s) comercial(is) da(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) com o preço de mercado, cuja veracidade das informações é de responsabilidade dos subscritores dos respectivos documentos.

2.7. <u>Dos requisitos de habilitação</u>.

Em qualquer contratação pública exige-se do(s) futuro(s) contratado(s) a apresentação de documentos essenciais previstos no art. 87, I e III, relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à trabalhista.

A propósito, indico que a análise da regularidade da documentação é atribuição da Agente de Contratação e da sua Equipe de apoio.

2.8. <u>Da minuta da ata/contrato.</u>

Nesse ponto, frise-se que a minuta mais atualizada é o modelo de "Contrato Administrativo - Contratação Direta - Versão LCM 1.24", aplicando-se a Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

08. 198

2.9. Recomendações.

Urge esclarecer, por fim, porque notória a relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos agentes públicos e privados envolvidos.

Neste ponto, convém chamar atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil e penal **em caso de malversação da verba pública e/ou em razão de descumprimento das obrigações legais, contratuais e editalícias,** possibilitando a configuração de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992, bem como em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, a Procuradoria-Geral se manifesta pela possibilidade da contratação direta, desde que seja utilizado o modelo de **"Contrato Administrativo - Contratação Direta - Versão LCM 1.24"**.

Resta, ainda:

a) a decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal;

b) a assinatura da ata/contrato pelas partes;

c) a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato (art. 94, II e § 1º c/c art. 176, P.Ú., I, ambos da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 96, § 2º, da LCM 14/22);

d) a disponibilização deste processo de contratação direta, na íntegra, no Portal de Transparência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato (art. 94, II e § 1º c/c art. 72, P.Ú., ambos da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 96, § 1º, da LCM 14/22).

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 25 de abril de 2024.

Robson Pinheiro da Silva

Robson Pinheiro da Silva
Procurador Municipal
OAB/PR 66.740

08-199

Verificar autenticidade

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO CERTIDÃO:	DATA DA EMISSÃO:	DATA DA VALIDADE:	FINALIDADE:
8870/2024	29/04/2024	28/06/2024	Verificação

NOME/RAZÃO SOCIAL:	CPF/CNPJ:
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI	03.776.284/0033-88

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	ATIVIDADE FISCAL:
1525	17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres

ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO:

Logradouro: ERECHIM, 383	Complemento:
Bairro: RONDINHA	CEP: 85640-000

AVISO:

Foram encontrados débitos em aberto para o cadastro selecionado

DESCRIÇÃO:

Constam débitos em aberto vencidos

Obs: Este documento foi emitido sem emendas, rasuras ou borrões, a existência de qualquer um destes torna este nulo.

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C248870N9761D86

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página da Município de Ampére
http://www.ampere.pr.gov.br/

0 8 200

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.776.284/0033-88
Razão Social: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI
Endereço: R ATENAS 344 / N S GRACAS / AMPERE / PR / 85640-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/04/2024 a 15/05/2024

Certificação Número: 2024041602302429384040

Informação obtida em 29/04/2024 13:29:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

0 201
B

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.
PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2024

Considerando o Parecer Jurídico nº 97/2024, emitido pela Procuradoria-Geral do Município de Capanema/PR, e demais pareceres e documentos incluídos no processo, cujos fundamentos fazem parte desta decisão, **AUTORIZO** o prosseguimento do processo de contratação, nos termos da legislação aplicável.

Encaminhe-se ao Departamento de Contratações Púbicas para as providências necessárias.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 29 de abril de 2024.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DE AUTUAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 17/2024

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quanti-dade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	68010	ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS COM INVERSORES DE FREQUÊNCIA E CLP Acionamentos Industriais com Inversores de Frequência e CLP Conteúdo Formativo: Motores Elétricos: Motores de indução trifásicos, Tipos de motores elétricos trifásicos, Principio de funcionamento dos motores elétricos trifásicos; Conexões dos 20 40h Tipos de fechamento dos motores elétricos trifásicos; Conceituação sobre tensão de linha e tensão de fase; Definição de potência elétrica; Dispositivos elétricos aplicados aos comandos elétricos; Métodos aplicados para partidas de motores; Principio de funcionamento do inversor de frequência; Métodos de seleção para utilização dos inversores de frequência nas partidas de motores; Parâmetros básicos do inversor; Conceituação sobre entradas analógicas e	1,00	UN	11.340,00	11.340,00

		digitais; Integração do CLP com inversor de frequência para controle de motores.				
2	68009	ATENDIMENTO AO PÚBLICO Atendimento ao público. Conteúdo Formativo: Atendimento ao cliente; Qualidade de atendimento ao público e atendimento telefônico, voltado ao atendimento de restaurantes; Cuidados pessoais com a aparência; Etiqueta à mesa; Comunicação adequada; Comportamento em locais públicos; Cuidados com o ambiente.	1,00	UN	5.220,00	5.220,00
3	68011	COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS E ELETROHIDRÁULICOS PARA MECÂNICOS Comandos Eletropneumáticos e Eletrohidráulicos para Mecânicos Conteúdo Formativo: COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: Desenho de esquemas pneumáticos e eletropneumáticos; Sequência de montagem de sistemas eletropneumáticos; Metodologias de desenvolvimento de sistemas automatizados intuitivo, cascata, passo a passo e tabela verdade. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: Desenho de esquemas hidráulicos e eletro hidráulicos; Sequência de montagem de sistemas eletro hidráulicos.	1,00	UN	10.520,00	10.520,00
4	68012	ELETRICIDADE PREDIAL Eletricidade Predial Conteúdo Formativo: Noções de	1,00	UN	28.470,00	28.470,00

		Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição).				
5	68014	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICOS Instalação e Manutenção de Sistema Fotovoltaicos. Conteúdo Formativo: INTRODUÇÃO: energia solar	1,00	UN	5.304,00	5.304,00

		- o que é; Aplicações; Viabilidade. CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: On grid (geração distribuída); Off grid (autônomos). EQUIPAMENTOS: Células fotovoltaicas; Conectores; Caixas de Junção; Sistema de fixação dos módulos; Baterias; Controladores de carga: PWM e MPPT; Inversor autônomo; Inversor interativo. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS. PROJETO: Levantamento das cargas; Análise de consumo de conta de energia; Análise do projeto (diagrama unifilar); Planejamento; Execução da montagem – comissionamento; Testes finais; Checklist. MANUTENÇÃO: Preventiva; Corretiva. DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE CASOS REAIS.				
6	68008	MONTADOR DE MÓVEIS Montador de Móveis. Conteúdo Formativo: Ferramentas manuais; Ferramentas elétricas; Acessórios de montagem; Preparação do local; Montagem Prática; Atendimento ao cliente.	1,00	UN	16.720,00	16.720,00
7	68013	SOLDADOR QUALIFICAÇÃO Soldador Qualificação Conteúdo Formativo: METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E	1,00	UN	35.360,00	35.360,00

		INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal; Interpretação; Cotas e dimensionamentos; Esboço cotado; Escalas; Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição				
8	68015	TÉCNICAS DE LIMPEZA, INSPEÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP.IND. Técnicas de Limpeza, Inspeção e Lubrificação de Máquinas e Equipamentos Industriais Conteúdo Formativo: LOTO (Lockout e Tagout) - Sinalização e bloqueio de energias residuais; Uso de EPIs específicos para efetuar a limpeza e inspeção; Preenchimento de carta de anomalia; 5 Ks (locais perigosos, sujos, escuros, com mal cheiro e com atividades; Combate a fontes de sujeiras e contaminação em locais de difícil acesso; Leitura e	1,00	UN	3.536,00	3.536,00

		interpretação dos pontos de lubrificação do equipamento; Riscos e consequências da falta e do excesso de lubrificantes; Prática/simulação de lubrificação de equipamentos com descarte adequado de lubrificantes usados				

Total: R$ 116.470,00 (cento e dezesseis mil, quatrocentos e setenta reais.

Art. 99. É dispensável a licitação:
(...)
XI - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa que cumpre pena criminal ou medidas impostas pelo Poder Judiciário, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;
(...)

Contratante:
MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR.
CNPJ: 75.972.760/0001-60.

Contratado:
NOME DO CREDOR: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL -SENAI
CNPJ: 03.776.284/0033-88
ENDEREÇO: RUA ERECHIM, 383, BAIRRO RONDINHA
CIDADE: AMPERE PR -**CEP:** 85640-000
TELEFONE: 46-3547-3011

Roselia Kriger Becker Pagani
Agente de Contratação
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

Assunto: O CONTRATO PARA ASSINATURA
De: "apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br" <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>
Data: 29/04/2024, 13:56
Para: contabilidade.gcon@fiepr.org.br

09. 204

BOA TARDE,

ESTAMOS ENCAMINHANDO EM ANEXO O CONTRATO REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 17/2024 PARA ASSINATURA, CASO VOCÊ TENHA ASSINATURA DIGITAL/ELETRÔNICA É SÓ ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER VIA E-MAIL.

SE VOCÊS NÃO TIVEREM ASSINATURA DIGITAL TERÃO QUE IMPRIMIR DUAS VIAS, ASSINAR E NOS DEVOLVER AS VIAS ORIGINAIS VIA CORREIO, OU PESSOALMENTE NO ENDEREÇO ABAIXO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

A/C SETOR DE LICITAÇÕES

AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1.080, CENTRO - CAPANEMA/PR.

CEP: 85.760-000

SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Fabiana Schulz Padilha
Auxiliar Administrativo
Departamento de Contratações Públicas

Prefeitura Municipal de Capanema-PR
Cidade da Rodovia Ecológica
Estrada Parque Caminho do Colono

(46) 3552-1321 E-mail: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

Anexos:

CONTRATO 95 - SENAI.pdf 490KB

Assunto: Entregue: O CONTRATO PARA ASSINATURA
De: <postmaster@SistemaFiep.onmicrosoft.com>
Data: 29/04/2024, 13:56
Para: <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>

08.20

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

contabilidade.gcon@fiepr.org.br

Assunto: O CONTRATO PARA ASSINATURA

```
Original-Envelope-Id: <89047202-14c4-480b-b7cc-64f2b1beefb9@capanema.pr.gov.br>
Reporting-MTA: dns;CPUP152MB4923.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM
Received-From-MTA: dns;mailserver2.softsul.net
Arrival-Date: Mon, 29 Apr 2024 16:55:55 +0000

Final-Recipient: rfc822;contabilidade.gcon@fiepr.org.br
Action: delivered
Status: 2.0.0
Diagnostic-Code: smtp;250 2.0.0 OK
```

```
X-MS-Exchange-Organization-InternalOrgSender: False
Received: from BYAPR05CA0021.namprd05.prod.outlook.com (2603:10b6:a03:c0::34)
 by CPUP152MB4923.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM (2603:10d6:103:14f::5) with
 Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2,
 cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.20.7519.35; Mon, 29 Apr
 2024 16:55:55 +0000
Received: from MWH0EPF000989E6.namprd02.prod.outlook.com
 (2603:10b6:a03:c0:cafe::96) by BYAPR05CA0021.outlook.office365.com
 (2603:10b6:a03:c0::34) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2,
 cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.20.7544.22 via Frontend
 Transport; Mon, 29 Apr 2024 16:55:54 +0000
Authentication-Results: spf=pass (sender IP is 177.220.151.229)
 smtp.mailfrom=capanema.pr.gov.br; dkim=none (message not signed)
 header.d=none;dmarc=bestguesspass action=none
 header.from=capanema.pr.gov.br;compauth=pass reason=109
Received-SPF: Pass (protection.outlook.com: domain of capanema.pr.gov.br
 designates 177.220.151.229 as permitted sender)
 receiver=protection.outlook.com; client-ip=177.220.151.229;
 helo=mailserver2.softsul.net; pr=C
Received: from mailserver2.softsul.net (177.220.151.229) by
 MWH0EPF000989E6.mail.protection.outlook.com (10.167.241.133) with Microsoft
 SMTP Server (version=TLS1_2, cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id
 15.20.7544.18 via Frontend Transport; Mon, 29 Apr 2024 16:55:51 +0000
Received: from [192.168.0.52] (51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br [177.101.130.51] (may be
forged))
        (authenticated bits=0)
        by mailserver2.softsul.net (8.14.4/8.14.4) with ESMTP id 43TGtmtT007934
        for <contabilidade.gcon@fiepr.org.br>; Mon, 29 Apr 2024 13:55:48 -0300
Content-Type: multipart/mixed; boundary="------------teMGCdiujGb8zbHsdSSiJGFm"
Message-ID: <89047202-14c4-480b-b7cc-64f2b1beefb9@capanema.pr.gov.br>
Date: Mon, 29 Apr 2024 13:56:03 -0300
MIME-Version: 1.0
User-Agent: Mozilla Thunderbird
Content-Language: pt-BR
To: contabilidade.gcon@fiepr.org.br
From: "apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br" <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>
Subject: O CONTRATO PARA ASSINATURA
Disposition-Notification-To: "apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br"
```

Assunto: Dispensa de Licitação n° 17/2024
De: "apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br" <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>
Data: 29/04/2024, 14:13
Para: SECRETARIAS@CAPANEMA.PR.GOV.BR

06. 21

Boa tarde.

A Dispensa de Licitação n° 17/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Está pronta e poderá ser utilizada a partir de 30/04/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Fabiana Schulz Padilha
Auxiliar Administrativo
Departamento de Contratações Públicas

Prefeitura Municipal de Capanema-PR
Cidade da Rodovia Ecológica
Estrada Parque Caminho do Colono

(46) 3552-1321 E-mail: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

Anexos:

Classificação por Fornecedor DL 17-2024.pdf 95,5KB

Assunto: Return receipt
De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Data: 29/04/2024, 14:13
Para: <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>

0 B 211

The original message was received at Mon, 29 Apr 2024 14:13:23 -0300
from 51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br [177.101.130.51] (may be forged)

----- Transcript of session follows -----
<SECRETARIAS@CAPANEMA.PR.GOV.BR>... expanded to multiple addresses
adm@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
acaosocial@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
admsaude@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
educacao@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
esportes@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
industriaecomercio@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
parquedemaquinas@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
smcp@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
empenho@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
rubensengenharia@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
amandaengenharia@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
[redacted]icultura@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered
assessoria.convenios@capanema.pr.gov.br... Successfully delivered

---

Original-Envelope-Id: <b8537a17-446f-41a6-890c-0942580b4d1a@capanema.pr.gov.br>
Reporting-MTA: dns; mailserver2.softsul.net
Received-From-MTA: DNS; 51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br
Arrival-Date: Mon, 29 Apr 2024 14:13:23 -0300

Return-Path: <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>
Received: from [192.168.0.52] (51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br [177.101.130.51] (may be forged))
        (authenticated bits=0)
        by mailserver2.softsul.net (8.14.4/8.14.4) with ESMTP id 43THDNJa012903
        for <SECRETARIAS@CAPANEMA.PR.GOV.BR>; Mon, 29 Apr 2024 14:13:23 -0300
Content-Type: multipart/mixed; boundary="------------kLDop1qFgCIiWJRCZ0dHqsbS"
Message-ID: <b8537a17-446f-41a6-890c-0942580b4d1a@capanema.pr.gov.br>
Date: Mon, 29 Apr 2024 14:13:39 -0300
[redacted]ME-Version: 1.0
User-Agent: Mozilla Thunderbird
Content-Language: pt-BR
To: SECRETARIAS@capanema.pr.gov.br
From: "apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br" <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>
Subject: =?UTF-8?Q?Dispensa_de_Licita=C3=A7=C3=A3o_n=C2=B0_17/2024?=

08. 212

EXPEDIENTE

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005, LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

DIREÇÃO: Jessica Simara Pilger Borges

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Jhonattan Ricardo Senger

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Américo Bellé
Vice-Prefeito Municipal: José Carlos Balzan
Secretário de Administração: Gilmar Gobato
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente: Tatiane Sott
Secretário de Logística e Contratações: Felipe Carvalho Romero
Secretário de Educação e Cultura: Alcione Roberto Closs
Secretário de Esporte e Lazer: Diogo André Hossel
Secretária da Família e Evolução Social: Loiri Albanese Moraes
Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti
Secretário de Aceleração Econômica e Inovação:
Secretária de Infraestrutura e Urbanismo: Manuela Soares Kapp
Secretário de Saúde: Jonas Welter
Secretário de Viação e Obras: Adelar Kerber
Chefe de Gabinete: Jessica Simara Pilger Borges
Diretor Geral da SECON: Franconer Minte

Controladora Geral do Município: Jeandra Wilmsen

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000
Fone: (46) 3552-1596
E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br
Capanema - Paraná
Vereador: Sergio Ullrich - Presidente
Vereador: Ercio Marques Schappo - Vice - Presidente
Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário
Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário
Vereador: Cladir Sinesio Klein
Vereador: Dirceu Alchieri
Vereador: Geancarlo Denardin
Vereador: Valdomiro Brizola
Vereadora: Olinda Terezinha Szimanski Pelegrina Lopes

ATOS LICITATORIOS

EXTRATO DE AUTUAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2024

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	68010	ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS COM INVERSORES DE FREQUÊNCIA E CLP Acionamentos Industriais com Inversores de Frequência e CLP Conteúdo Formativo: Motores Elétricos: Motores de indução trifásicos. Tipos de motores elétricos trifásicos, Princípio de funcionamento dos motores elétricos trifásicos; Conexões dos 20 40h Tipos de fechamento dos motores elétricos trifásicos; Conceituação sobre tensão de linha e tensão de fase; Definição de potência elétrica; Dispositivos elétricos aplicados aos comandos elétricos; Métodos aplicados para partidas de motores; Princípio de funcionamento do inversor de frequência; Métodos de seleção para utilização dos inversores de frequência nas partidas de motores; Parâmetros básicos do inversor; Conceituação sobre entradas analógicas e digitais; Integração do CLP com inversor de frequência para controle de motores.	1,00	UN	11.340,00	11.340,00
2	68009	ATENDIMENTO AO PÚBLICO Atendimento ao público. Conteúdo Formativo: Atendimento ao cliente; Qualidade de atendimento ao público e atendimento telefônico, voltado ao atendimento de restaurantes; Cuidados pessoais com a aparência; Etiqueta à mesa; Comunicação adequada; Comportamento em locais públicos; Cuidados com o ambiente.	1,00	UN	5.220,00	5.220,00
3	68011	COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS E ELETROHIDRÁULICOS PARA MECÂNICOS Comandos Eletropneumáticos e Eletrohidráulicos para Mecânicos Conteúdo Formativo: COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: Desenho de esquemas pneumáticos e eletropneumáticos; Sequência de montagem de sistemas eletropneumáticos; Metodologias de desenvolvimento de sistemas automatizados intuitivo, cascata, passo a passo e tabela verdade. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: Desenho de esquemas hidráulicos e eletro hidráulicos; Sequência de montagem de sistemas eletro hidráulicos.	1,00	UN	10.520,00	10.520,00
4	68012	ELETRICIDADE PREDIAL Eletricidade Predial Conteúdo Formativo: Noções de Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição).	1,00	UN	28.470,00	28.470,00
5	68014	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICOS Instalação e Manutenção de Sistema Fotovoltaicos. Conteúdo Formativo: INTRODUÇÃO: energia solar - o que é; Aplicações; Viabilidade. CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: On grid (geração distribuída); Off grid (autônomos). EQUIPAMENTOS: Células fotovoltaicas; Conectores; Caixas de Junção; Sistema de fixação dos módulos; Baterias; Controladores de carga: PWM e MPPT; Inversor autônomo; Inversor interativo. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS. PROJETO: Levantamento das cargas; Análise de consumo de conta de energia; Análise do projeto (diagrama unifilar); Planejamento; Execução da montagem – comissionamento; Testes finais; Checklist. MANUTENÇÃO: Preventiva; Corretiva. DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE CASOS REAIS.	1,00	UN	5.304,00	5.304,00
6	68008	MONTADOR DE MÓVEIS Montador de Móveis. Conteúdo Formativo: Ferramentas manuais; Ferramentas elétricas; Acessórios de montagem; Preparação do local: Montagem Prática; Atendimento ao cliente.	1,00	UN	16.720,00	16.720,00
7	68013	SOLDADOR QUALIFICAÇÃO Soldador Qualificação Conteúdo Formativo: METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal, Interpretação; Cotas e dimensionamentos: Esboço cotado: Escalas; Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição	1,00	UN	35.360,00	35.360,00

0 B 213

8	68015	TÉCNICAS DE LIMPEZA, INSPEÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP. IND. Técnicas de Limpeza, Inspeção e Lubrificação de Máquinas e Equipamentos Industriais Conteúdo Formativo: LOTO (Lockout e Tagout) - Sinalização e bloqueio de energias residuais; Uso de EPIs específicos para efetuar a limpeza e inspeção; Preenchimento de carta de anomalia; 5 Ks (locais perigosos, sujos, escuros, com mal cheiro e com atividades; Combate a fontes de sujeiras e contaminação em locais de difícil acesso; Leitura e interpretação dos pontos de lubrificação do equipamento; Riscos e consequências da falta e do excesso de lubrificantes; Prática/simulação de lubrificação de equipamentos com descarte adequado de lubrificantes usados	1,00	UN	3.536,00	3.536,00

Total: R$ 116.470,00 (cento e dezesseis mil, quatrocentos e setenta reais.

Art. 99. É dispensável a licitação:
(...)
XI - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa que cumpre pena criminal ou medidas impostas pelo Poder Judiciário, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;
(...)

Contratante: MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR.
CNPJ: 75.972.760/0001-60.

Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
CNPJ: 03.776.284/0033-88
ENDEREÇO: RUA ERECHIM, 383.
BAIRRO: RONDINHA
CIDADE: AMPERE - PR
CEP: 85640-000
TELEFONE: (46) 3547-3011

Roselia Kriger Becker Pagani
Agente de Contratação
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2024

Processo dispensa Nº 17/2024

Data da Assinatura: 29/04/2024.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA - PR.

Valor total: R$ 116.470,00 (Cento e Dezesseis Mil, Quatrocentos e Setenta Reais).

Américo Bellé
Prefeito Municipal

DECRETOS

DECRETO Nº 7.441 DE 29 DE ABRIL DE 2024.

Nomeia o Sr. Cristiano Henrique Menin para exercer o cargo de provimento efetivo da carreira de Auxiliar de Serviços Gerais III.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 123, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Capanema, combinado com o art. 9º da Lei Municipal nº 877/2001; e Considerando a aprovação do candidato no Concurso Público nº 01/2023 e a ordem de classificação divulgada pelo Edital nº 23.01.2023.

DECRETA:

Art. 1º Nomeia-se o Sr. **Cristiano Henrique Menin**, em caráter efetivo, à vista da habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, para exercer o cargo da carreira de Auxiliar de Serviços Gerais III, código AX, no âmbito da Secretaria Municipal de Viação e Obras nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 22/2023.
§ 1º O candidato indicado no **caput** deste artigo possui o prazo de até 15 (quinze) dias para tomar posse, mediante a assinatura do respectivo termo, de acordo com o art. 13 da Lei Municipal nº 877/2001, junto ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração.
§ 2º Para a assinatura do termo de posse, o candidato deverá apresentar os documentos necessários à comprovação do preenchimento de todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo, os gerais indicados no art. 5º da Lei Municipal nº 877/2001 e os previstos no Edital de Abertura do Concurso Público nº 1/2023, além dos específicos do cargo, previstos na Lei Complementar Municipal nº 22/2023, caso ainda não tenham sido apresentados.
§ 3º Para a assinatura do termo de posse, o candidato dependerá de prévia inspeção médica e psicológica realizada ou atestada pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoas, após solicitação do candidato, caso ainda não tenha sido realizada.
§ 4º O servidor empossado possui o prazo de até oito dias, contado da data da posse, para entrar em efetivo exercício do cargo, no âmbito da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 29 de abril de 2024.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.442 DE 29 DE ABRIL DE 2024.

Nomeia o Sr. Alexandre Santin para exercer o cargo de provimento efetivo da carreira de Auxiliar de Serviços Gerais II.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 123, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Capanema, combinado com o art. 9º da Lei Municipal nº 877/2001; e Considerando a aprovação do candidato no Concurso Público nº 01/2023 e a ordem de classificação divulgada pelo Edital nº 23.01.2023.

DECRETA:

Art. 1º Nomeia-se o Sr. **Alexandre Santin**, em caráter efetivo, à vista da habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, para exercer o cargo da carreira de Auxiliar de Serviços Gerais II, código SE, no âmbito da Secretaria Municipal de Viação e Obras, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 22/2023.
§ 1º O candidato indicado no **caput** deste artigo possui o prazo de até 15 (quinze) dias para tomar posse, mediante a assinatura do respectivo termo, de acordo com o art. 13 da Lei Municipal nº 877/2001, junto ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração.

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

08.214

Voltar

Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município: CAPANEMA

Entidade Executora: MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Os campos Ano,Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM

Ano*: 2024

Modalidade*: Processo Dispensa

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*: 17

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo*: 17

Descrição do Objeto*: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.

Forma de Avalição: - Selecionar -

Dotação Orçamentária*: 12001226612201222257903390 39

☐ A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)

Preço máximo/Referência de preço - R$*: 116.470,00

Data Publicação Termo ratificação: 29/04/2024

Confirmar

CPF: 63225824968 (Logout)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
JULIANI APARECIDA AGNES



DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
75241240 SESP PR

CPF
995.508.570-34

DATA NASCIMENTO
04/08/1979

FILIAÇÃO
FRANCISCO AGNES
MARIA ELOKI AGNES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01942924670

VALIDADE
02/08/2026

1ª HABILITAÇÃO
17/09/2001

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2182224972

HZG

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PATO BRANCO, PR

DATA EMISSÃO
02/02/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

13836838385
PR919491326

[redacted] PARANÁ [redacted]

DENATRAN CONTRAN

2182224972

QR-CODE

0 B215

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

1084356

Sistema Fiep

PORTARIA CONJUNTA Nº 03/2022

O **DIRETOR REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ** E A **DIRETORA REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe foram conferidas, considerando:

a. o disposto no artigo 45, parágrafo único do Regulamento do SESI, aprovado pelo Decreto nº 57.375/65;

b. o disposto no artigo 41, alíneas "b" e "g" do Regimento do SENAI, aprovado pelo Decreto nº 494/62;

c. que o SESI/PR e o SENAI/PR integram o mesmo grupo econômico, denominado SISTEMA FIEP, nos termos do artigo 2º § 2º da CLT;

d. o interesse administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar JULIANI APARECIDA AGNES para o cargo de GERENTE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E BÁSICA - Região Sudoeste/Pr.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Efeitos a partir desta da

Curitiba, 02 de janeiro de 2022.

CARLOS VALTER MARTINS PEDRO
DIRETOR REGIONAL DO SESI/PR

FABIANE FRANCISCONE
DIRETORA REGIONAL SENAI/PR

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabiane Franciscone e Carlos Valter Martins Pedro.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 3707-3071-D54E-BA36.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabiane Franciscone e Carlos Valter Martins Pedro.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 3707-3071-D54E-BA36.

ICP Brasil

0 8 217

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sistema Fiep. Para verificar as assinaturas clique no link: https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3707-3071-D54E-BA36 ou vá até o site https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3707-3071-D54E-BA36

Hash do Documento

B702493A0AE06809A0C27A2AAFD1DCBF6840B6BA07FBBFA108FD2A9EEAF92E8B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/03/2022 é(são) :

☑ Fabiane Franciscone (Diretora Regional do Senai/PR) - 448.142.400-15 em 07/03/2022 11:33 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Por email: fabiane.franciscone@sistemafiep.org.br

Evidências

Client Timestamp Mon Mar 07 2022 11:33:25 GMT-0300 (GMT-03:00)
Geolocation Latitude: -25.4334 Longitude: -49.2721 Accuracy: 20467
IP 189.16.198.130
Hash Evidências:
E03C0386DBD79C768944C38D4E1CABFBBDFFE7B673BD29ED39FFB5DCAE0002B8

☑ Carlos Valter Martins Pedro (Diretor Regional do Sesi/PR) - 252.802.799-00 em 04/03/2022 17:49 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Autenticação de conta

Evidências

GPS
Device
IP 177.92.26.178
Hash Evidências:
0E1C60C2663121944829E8A9B80BD3EFCE278A56503F2FEA48FB99CFD6259D1C

Об. 218

0 21

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 95/2024

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, com sede na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o sr. Américo Bellé, doravante denominado **CONTRATANTE,** e o(a) SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.776.284/0033-88, sediado(a) no seguinte endereço: R ERECHIM, 383 contabilidade.gcon@fiepr.org.br - CEP: 85640000 - BAIRRO: RONDINHA, no Município de Ampére/PR, com o seguinte endereço eletrônico: contabilidade.gcon@fiepr.org.br, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: 4635478250, a seguir denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). JULIANI APARECIDA AGNES, CPF Nº 995.508.570-34, com função de: Responsável Legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo de Contratação Direta por Dispensa de Licitação nº 17/2024** e em observância às disposições da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (**LCM 14/22**) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO:
Secretaria Municipal de Administração.

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) DA CONTRATAÇÃO:
Não se aplica.

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. RESUMO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA - PR

1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITENS							
Item	Código do produto /serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	68010	ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS COM INVERSORES DE FREQUÊNCIA E CLP Acionamentos Industriais com Inversores de Frequência e CLP Conteúdo Formativo: Motores Elétricos: Motores de indução trifásicos, Tipos de motores	SENAI	UN	1,00	11.340,00	11.340,00

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

		elétricos trifásicos, Principio de funcionamento dos motores elétricos trifásicos; Conexões dos 20 40h Tipos de fechamento dos motores elétricos trifásicos; Conceituação sobre tensão de linha e tensão de fase; Definição de potência elétrica; Dispositivos elétricos aplicados aos comandos elétricos; Métodos aplicados para partidas de motores; Principio de funcionamento do inversor de frequência; Métodos de seleção para utilização dos inversores de frequência nas partidas de motores; Parâmetros básicos do inversor; Conceituação sobre entradas analógicas e digitais; Integração do CLP com inversor de frequência para controle de motores.					
2	68009	ATENDIMENTO AO PÚBLICO Atendimento ao público. Conteúdo Formativo: Atendimento ao cliente; Qualidade de atendimento ao público e atendimento telefônico, voltado ao atendimento de restaurantes; Cuidados pessoais com a aparência; Etiqueta à mesa; Comunicação adequada; Comportamento em locais públicos; Cuidados com o ambiente.	SENAI	UN	1,00	5.220,00	5.220,00
3	68011	COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS E ELETROHIDRÁULICOS PARA MECÂNICOS Comandos Eletropneumáticos e Eletrohidráulicos para Mecânicos Conteúdo Formativo: COMANDOS ELETROPNEUMÁTICOS: Desenho de esquemas pneumáticos e eletropneumáticos; Sequência de montagem de sistemas eletropneumáticos; Metodologias de desenvolvimento de sistemas	SENAI	UN	1,00	10.520,00	10.520,00

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

		automatizados intuitivo, cascata, passo a passo e tabela verdade. COMANDOS ELETROHIDRÁULICOS: Desenho de esquemas hidráulicos e eletro hidráulicos; Sequência de montagem de sistemas eletro hidráulicos.					
4	68012	ELETRICIDADE PREDIAL Eletricidade Predial Conteúdo Formativo: Noções de Segurança em Eletricidade: Choque elétrico; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR – 35 Noções de Trabalho em Altura; NR – 10. Noções de Eletricidade Básica: Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Medidas Elétricas; Sistema Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e distribuição; Instalações Elétricas Prediais: Emendas de condutores; Interruptor: Simples; Paralelo; Intermediário; Tomada: de Uso Geral; de Uso Específico; Fotocélula; Sensor de Presença; Programador Horário; Campainha; Minuteria; Dimmer; Dispositivos de proteção (disjuntores, fusíveis e DPS); Leitura, interpretação e desenvolvimento de projetos elétricos; Dimensionamento de condutores e disjuntores pela capacidade de corrente e queda de tensão; Aterramento de instalações elétricas. Norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão); Norma NTC 901 100 (Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição).	SENAI	UN	1,00	28.470,00	28.470,00
5	68014	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICOS Instalação e Manutenção de Sistema Fotovoltaicos. Conteúdo Formativo: INTRODUÇÃO:	SENAI	UN	1,00	5.304,00	5.304,00

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

		energia solar - o que é; Aplicações; Viabilidade. CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: On grid (geração distribuída); Off grid (autônomos). EQUIPAMENTOS: Células fotovoltaicas; Conectores; Caixas de Junção; Sistema de fixação dos módulos; Baterias; Controladores de carga: PWM e MPPT; Inversor autônomo; Inversor interativo. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS. PROJETO: Levantamento das cargas; Análise de consumo de conta de energia; Análise do projeto (diagrama unifilar); Planejamento; Execução da montagem – comissionamento; Testes finais; Checklist. MANUTENÇÃO: Preventiva; Corretiva. DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE CASOS REAIS.					
6	68008	MONTADOR DE MÓVEIS Montador de Móveis. Conteúdo Formativo: Ferramentas manuais; Ferramentas elétricas; Acessórios de montagem; Preparação do local; Montagem Prática; Atendimento ao cliente.	SENAI	UN	1,00	16.720,00	16.720,00
7	68013	SOLDADOR QUALIFICAÇÃO Soldador Qualificação Conteúdo Formativo: METROLOGIA (12h): Trena, paquímetro, transferidor de graus e esquadro. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DESENHO MECÂNICO (32h): Identificação de linhas usadas em desenho; Projeção ortogonal; Interpretação; Cotas e dimensionamentos; Esboço cotado; Escalas; Estudo de cortes; Simbologia de soldagem. TEORIA DOS PROCESSOS E	SENAI	UN	1,00	35.360,00	35.360,00

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

		PRÁTICA DE SOLDAGEM (100h): TIG - Tecnologia de soldagem; Segurança na soldagem; Tipos de eletrodos; Gases de proteção; Equipamento de soldagem; Eletrotécnica básica; Prática de oficina - soldar barra de aço com ou sem adição de material em posição plana; Soldar barras de aço em ângulos nas diversas posições de trabalho; Soldar barras de alumínio e aço inoxidável em posição					
8	68015	TÉCNICAS DE LIMPEZA, INSPEÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP. IND. Técnicas de Limpeza, Inspeção e Lubrificação de Máquinas e Equipamentos Industriais Conteúdo Formativo: LOTO (Lockout e Tagout) - Sinalização e bloqueio de energias residuais; Uso de EPIs específicos para efetuar a limpeza e inspeção; Preenchimento de carta de anomalia; 5 Ks (locais perigosos, sujos, escuros, com mal cheiro e com atividades; Combate a fontes de sujeiras e contaminação em locais de difícil acesso; Leitura e interpretação dos pontos de lubrificação do equipamento; Riscos e consequências da falta e do excesso de lubrificantes; Prática/simulação de lubrificação de equipamentos com descarte adequado de lubrificantes usados	SENAI	UN	1,00	3.536,00	3.536,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) o Termo de Referência;

b) a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existente(s);

c) a Proposta do contratado;

d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.1. Eventual conflito de informações constantes nos documentos mencionados acima, prevalecerá aquele que for mais vantajoso para o Contratante, observada a boa-fé.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto desta contratação deve ser fornecido/prestado pelo Contratado respeitando-se o disposto no termo de referência, no instrumento convocatório, se cabível, na proposta e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

2.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

2.3. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

2.3.1. Quando necessitar do produto ou da prestação de serviço, o órgão público interessado elaborará um requerimento de compra/prestação de serviço, que conterá, ao menos, as seguintes informações:

a) identificação do órgão público solicitante;

b) descrição dos objetos a serem adquiridos ou os serviços a serem prestados;

c) local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;

d) prazo para entrega dos objetos ou para a prestação dos serviços;

e) quantidade, medidas, marcas, especificações etc. dos objetos ou serviços, se aplicável;

f) justificativa da quantidade do objeto da contratação e da sua necessidade;

g) assinatura da(o) responsável pelo órgão público solicitante e/ou do Fiscal da Contratação.

2.4. Em regra, o encaminhamento do requerimento indicado no subitem 2.3.1 será encaminhado por meio do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta, por meio eletrônico, ao Contratado, o qual somente poderá ser enviado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente.

2.5. O contratado fornecerá o produto ou prestará o serviço nos termos constantes do requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.6. Salvo em situação excepcional, o contratado somente deve fornecer o objeto ou prestar o serviço quando lhe for encaminhado o requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.7. A recusa fundamentada no subitem 2.6 não gera responsabilidade ou penalização ao contratado.

2.8. O não cumprimento do disposto neste artigo enseja a nulidade da contratação e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos.

2.9. Salvo em situação excepcional, o fornecimento de objetos ou a prestação dos serviços pelo licitante contratado sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 2.3.1 configura a concorrência do licitante contratado para a nulidade da contratação.

2.10. Sem prejuízo do controle central da documentação, cada órgão público manterá o controle, preferencialmente em meio eletrônico, dos requerimentos a que se refere o subitem 2.3.1, de forma a permitir a fiscalização de órgãos internos e externos.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da emissão e assinatura deste instrumento pelo Prefeito Municipal.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor total máximo da contratação é de R$ **R$ 116.470,00 (Cento e Dezesseis Mil, Quatrocentos e Setenta Reais)**

.4.1.1. O valor de cada item está descrito na cláusula primeira deste instrumento.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados.

5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. O Contratado obriga-se a respeitar as condições e a cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, além das seguintes obrigações gerais:

a) fornecer o objeto/prestar os serviços em perfeitas condições no tempo, lugar e forma estabelecidos previamente pela Administração Municipal, nos termos da cláusula segunda deste instrumento;

b) o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar a data, horários e local de entrega do objeto/prestação de serviços previamente agendado pela Administração Municipal;

d) encaminhar à Administração Municipal a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao valor do bem adquirido/serviço prestado, no ato do fornecimento objeto ou no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o fornecimento ou a prestação dos serviços;

e) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem a observância do disposto neste instrumento;

f) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no fornecimento do objeto/execução dos serviços;

g) no caso de prestação de serviços, substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração;

h) caso haja necessidade, fica sob responsabilidade do Contratado os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos, para o fornecimento do objeto/prestação de serviços;

i) A Contratada obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

1.1. **j)** em se tratando de aquisição, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

k) Em se tratando de prestação de serviços, manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

l) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

n) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

o) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

p) Em se tratando de prestação de serviços, prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

r) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

s) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

t) não contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

u) não contratar pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atue na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

v) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

x) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

w) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

y) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

z) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;

aa) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

bb) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 182, II, d, da LCM 14/22;

cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

dd) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

1.2. **ee)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.3. **ff)** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

1.4. **gg)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

1.5. **hh)** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

1.6. **ii)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

1.7.

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.8. **5.2.1. Em havendo previsão expressa no Termo de Referência,** é permitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e nos limites lá previstos, observando-se as seguintes condições:

a) É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

b) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.9. **5.2.2.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.2.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

1.10. **5.2.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Além do disposto no Termo de Referência, o CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e normas aplicáveis;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 207, da LCM 14/22;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste instrumento e seus anexos;

h) Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ou que não cumprem os requisitos mínimos para avaliação e compreensão do pedido;

j) A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

k) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária do Contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento definitivo, **ou conforme disposto no Termo de Referência.**

7.1.1. Em se tratando de fornecimento de produto/prestação de serviço de forma única, o pagamento será efetuado, em parcela única, no prazo máximo de 15 (quinze) dias **contados do recebimento definitivo** do objeto da contratação.

7.1.2. Em se tratando de fornecimento de produto/prestação de serviço de forma parcelada, o pagamento será efetuado, **de forma parcelada**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias **contados do recebimento definitivo de cada parcela** do objeto da contratação.

7.1.3. Em se tratando de fornecimento de produto/prestação de serviço de forma contínua, o pagamento será efetuado **mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês** subsequente ao fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, desde que a Contratada encaminhe a **nota fiscal e a documentação para liquidação de despesa até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês**.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

7.1.3.1. No caso do subitem 7.1.3 O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos produtos/serviços fornecidos/prestados no mês anterior, por meio de termo firmado pelo fiscal da contratação/comissão de recebimento, conforme indicado no Termo de Referência, constatando a regularidade da contratação e a qualidade dos produtos/serviços, o qual será emitido **até o 5º (quinto) dia útil de cada mês**.

7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste instrumento, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

7.3. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação mínimos exigidos.

7.3.1. Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento e seus anexos e rescisão do contrato.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus ao Contratante.

7.5. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores a serem pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964.

7.6. A Administração somente efetuará o pagamento após a ocorrência das seguintes hipóteses:

a) mediante a comprovação da quitação dos tributos referentes ao objeto da contratação;

b) mediante a retenção de valores devidos a título de tributos incidentes sobre o objeto da contratação, bem como de créditos tributários inscritos em dívida ativa em nome do contratado, desde que não impugnados ou, se executados judicialmente, a execução fiscal não for embargada pelo contribuinte.

7.7. Ressalvada a retenção dos valores referentes ao ISSQN que incidir sobre os serviços contratados, nos termos da legislação, o Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.7.1. Na hipótese de o Contratado ser um MEI, não haverá qualquer retenção de valores referentes a impostos incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.9. Não se aplica o disposto no subitem 7.8 quando o contratante não tiver exigido garantia do contratado para a execução da contratação, hipótese em que o pagamento da parcela incontroversa somente será liberado após o encerramento do processo administrativo sancionador.

7.10. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

7.11. Salvo os descontos e retenções de valores relacionados ao recolhimento de tributos incidentes sobre a contratação, qualquer outro desconto ou retenção de valor no pagamento

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

devido ao licitante contratado, incluindo os decorrentes de eventuais multas e indenizações devidas pelo contratado, será precedido de manifestação escrita pela Administração, no âmbito do procedimento de liquidação de despesa, ou de decisão proferida no âmbito do processo administrativo sancionador, em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

7.12. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

7.13. Todos os documentos fiscais, contábeis, bem como os relativos ao recebimento do objeto, à liquidação de despesa e ao pagamento serão confeccionados, preferencialmente, em formato digital, para que os procedimentos sejam tramitados e a documentação seja armazenada exclusivamente em formato eletrônico e/ou digital.

7.14. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, conforme indicado no processo de contratação.

7.15. Os agentes públicos lotados na Secretaria Municipal da Fazenda Pública, especialmente os integrantes do Departamento de Contábil e Financeiro e da Tesouraria auxiliarão no controle da observância das normas legais e regulamentares quando da realização da liquidação de despesa e do pagamento das contratações, devendo informar ao Secretário Municipal da Fazenda Pública e ao titular da Controladoria Geral do Município qualquer irregularidade que encontrem ou de documentos obrigatórios faltantes para a realização de suas atribuições.

7.16. A não observância das normas legais e regulamentares, bem como a omissão no controle da regularidade do processo de liquidação de despesa e de pagamento pode ensejar a responsabilidade solidária dos servidores pela malversação de verbas públicas.

7.17. A recusa na realização dos procedimentos contábeis, de prestação de contas e de pagamentos pelos servidores, em razão da ausência de regularidade no procedimento de liquidação de despesa e de pagamento, não poderá ensejar a responsabilização administrativa dos servidores por insubordinação, desídia ou outra conduta similar tipificada no Estatuto dos Servidores.

7.18. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Contratado, que porventura não tenha sido prevista no processo de contratação.

7.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, utilizando-se o IPCA como índice de correção monetária, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na(s) dotações indicadas no parecer contábil que integra o processo de contratação.

9. CLÁUSULA **NONA** - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da LCM/14/22, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Preposto.

9.5.1. O Contratado designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

9.6. Reunião Inicial.

9.6.1. Após a assinatura do Contrato e a designação do Gestor e Fiscal(is) da Contratação (caso não tenham sido designados no TR), será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus anexos, Edital, se houver, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do objeto da contratação.

9.6.2. A reunião ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

9.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a) Presença, física ou virtual, do representante legal da contratada, que apresentará o(s) seu(s) preposto(s);

b) Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, se houver;

c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

d) Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, se houver, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada no termo de referência, se houver.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

9.7. Fiscalização.

9.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da LCM14/22, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

9.8. Fiscalização Técnica.

9.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no TR, anexos, instrumento contratual e Edital, se houver, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.8.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.8.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.8.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.8.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil (**mínimo de dois meses de antecedência**), o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à realização de novo processo de contratação.

9.8.2. Integram as atribuições do fiscal técnico:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas atribuições;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação contratual;

h) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

i) confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, com o apoio do Fiscal Requisitante;

j) avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos no processo de contratação, em conjunto com o agente público técnico da área ou dos agentes responsáveis pela requisição da contratação;

k) identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o agente público técnico da área ou dos agentes responsáveis pela requisição da contratação;

l) verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Administrativo do Contrato;

m) encaminhar as demandas de correção cobertas por garantia ao contratado;

n) apoiar o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

o) verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação; e

p) apoiar o Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato.

9.9. Fiscalização Administrativa.

9.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.9.3. Integram as atribuições do fiscal administrativo:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar, se for o caso, a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, informar a SELOG, a SEFAZ e a PGM, para a tomada das providências cabíveis, incluindo a retenção de pagamentos;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

f) verificar a aderência aos termos contratuais e atuação tempestiva na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

g) verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;

h) apoiar o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

i) apoiar o Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

j) no caso de substituição ou inclusão de empregados do contratado, relacionados diretamente à execução do objeto da contratação, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

9.10. Do Gestor do Contrato.

9.10.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas abaixo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo sancionador para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão designada e nos termos da LCM 14/22.

9.10.6. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato e demais documentos do processo de contratação.

9.10.8. <u>Integram as atribuições do Gestor do Contrato:</u>

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Contratações Públicas ou outro órgão competente para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar com as informações obtidas durante a execução do contrato o relatório final de consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

h) confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, com o apoio da comissão de recebimento definitivo, se houver, ou em conjunto com o responsável da Secretaria Municipal gerenciadora da contratação;

i) tomar providências para a formalização de processo administrativo sancionador para fins de aplicação de sanções;

j) encaminhar formalmente as demandas ao contratado;

k) manter o Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;

l) encaminhar as demandas de correção não cobertas por garantia ao contratado;

m) encaminhar a indicação de glosas e sanções para o órgão competente;

n) autorizar o faturamento, com base nas informações produzidas no Termo de Recebimento Definitivo, a ser encaminhada ao preposto do contratado; e

o) encaminhar ao Departamento de Contratações Públicas os eventuais pedidos de modificação contratual.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** - DAS ALTERAÇÕES, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO, DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO

10.1. É permitida a realização de prorrogação contratual, nos termos da LCM 14/22.

10.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.11. **10.1.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, cuja publicação do seu extrato, no diário oficial eletrônico do Município, constituirá a validade da prorrogação, mantendo-se a eficácia suspensa até a assinatura do documento pelas partes.

1.12. **10.1.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

10.2. Prorroga-se automaticamente a vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, independentemente de publicação oficial, quando necessário para a realização dos atos destinados à formalização da alteração contratual.

10.3. Toda alteração ou prorrogação contratual deverá ser justificada por escrito, ser aprovada pela Procuradoria-Geral do Município e autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

10.4. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

10.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, ou na hipótese de o presente contrato derivar de uma ata de registro de preços, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

10.6. nas hipóteses de prorrogações contratuais previstas nos artigos 166, 167 e 173, todos da LCM 14/22, por necessidade da Administração ou quando acordado pelas partes, nos casos em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, além dos casos em que a vigência contratual é superior a um ano, é devido o reajustamento em sentido estrito do contrato.

10.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema.

10.6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.7. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é procedimento formal para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, como nos casos de alteração unilateral do contrato pela Administração ou nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no processo de contratação, que observará o disposto no LCM 14/22 e seu regulamento.

10.8. A **repactuação** é forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, quando se tratar de custos decorrentes de aumento com a mão de obra;

10.8.1. A repactuação somente é aplicável nas contratações cujo objeto possua natureza de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, de acordo com o disposto no Termo de Referência.

10.8.2. Na hipótese de repactuação, observar-se-ão as regras previstas no art. 192, da LCM 14/22 e seu regulamento.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO/CANCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1. As regras a respeito da extinção/cancelamento estão previstas no Termo de Referência, na LCM 14/22, regulamentos e neste instrumento.

11.2. A extinção/cancelamento da contratação, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção/cancelamento da contratação por ato unilateral ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.2.2. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do Contratado, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução da contratação, até a data da extinção/cancelamento.

11.3. A extinção/cancelamento da contratação por culpa do Contratado acarretará a retenção de valores eventualmente devidos pelo Contratante, na hipótese de serem devidas multas e indenizações, bem como eventuais prejuízos causados ao Contratante.

11.4. A comunicação da extinção/cancelamento da contratação à Contratada será feita pelo Agente de Contratações, por meio eletrônico, e o ato de extinção/cancelamento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, juntando-se comprovante no processo que deu origem à contratação.

11.5. A extinção/cancelamento da contratação será regulada, subsidiariamente, pelas disposições da LCM 14/22 e de seu regulamento.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

12.1. As condições de recebimento do objeto serão previstas no Termo de Referência.

12.2. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

a) Quando a entrega do objeto for realizada/prestação do serviço for concluída, caberá ao CONTRATADO apresentar comunicação escrita, informando o fato ao fiscal da contratação, o qual verificará o objeto fornecido/serviço prestado e confeccionará um **termo de recebimento provisório**, identificando os objetos/serviços, cuja finalidade é apenas para atestar que o Contratado entregou os objetos/prestou os serviços na data estipulada na solicitação, fornecendo uma cópia do documento ao CONTRATADO;

b) Juntamente com a entrega do objeto/prestação dos serviços, ou no prazo indicado no Termo de Referência, o CONTRATADO deverá apresentar a **nota fiscal** correspondente, nos termos definidos pelas regras contábeis estabelecidas pelo órgão municipal competente;

c) Em se tratando de flagrante incompatibilidade do objeto entregue com as descrições do Termo de Referência e demais documentos constantes no processo de contratação, o servidor responsável poderá negar o recebimento provisório, incluindo o impedimento do descarregamento da mercadoria.

12.3. Após o **recebimento provisório**, o Município, por meio de comissão de recebimento, formada por três servidores, realizará, no prazo de até 15 (quinze) dias, a liquidação da

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

despesa, isto é, a verificação da compatibilidade do objeto entregue/serviço prestado com as especificações do Termo de Referência e do requerimento mencionado no subitem 2.3.1, para fins de **recebimento definitivo**.

12.4. Em substituição à emissão do Termo de Recebimento Definitivo, os requerimentos mencionadas no subitem 2.3.1 poderão ser assinados pela comissão de recebimento, para fins de **recebimento definitivo** do objeto/serviço, preferencialmente em formato digital.

12.5. O termo de recebimento definitivo do objeto da contratação deverá ser emitido e assinado por todos os membros da Comissão, incluindo as eventuais discordâncias apontadas por qualquer um deles.

12.5.1. A Comissão realizará inspeção minuciosa do objeto da contratação, acompanhados dos profissionais encarregados pela requisição da contratação, em caso de necessidade, com a finalidade de verificar a adequação do objeto com as descrições e características previstas no processo de contratação.

12.5.2. Nas contratações em que não haja possibilidade de inspeção do objeto da contratação *in loco*, em razão das suas características, a comissão ou o fiscal examinará os relatórios dos serviços prestados e eventuais requisições de contratação elaborados pelos órgãos municipais, para averiguar a regularidade dos procedimentos adotados e confeccionar o termo de recebimento definitivo.

12.5.3. Sempre que possível, serão registrados em imagens os produtos ou serviços recebidos provisoriamente e/ou definitivamente, as quais serão armazenadas em arquivo próprio de cada órgão público, com registro de data da criação dos respectivos arquivos digitais.

12.6. No caso de a fiscalização encontrar alguma inconsistência ou defeito no objeto da contratação, não será confeccionado o termo de recebimento definitivo, devendo confeccionar relatório e, se cabível, encaminhá-lo ao fiscal da contratação, o qual notificará a empresa para as devidas correções, no prazo estabelecido.

12.6.1. O contratado fica obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua qualidade, quantidade ou aparência, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

12.6.2. O documento fiscal relativo ao objeto da contratação recebido de forma parcial, em que haja controvérsia a seu respeito, somente será enviado para liquidação e posterior pagamento a partir do momento em que for executado, de forma regular e total, o objeto da contratação.

12.6.3. Em havendo razões de interesse público, a fiscalização receberá definitivamente o objeto da contratação com defeitos, hipótese em que o fiscal da contratação providenciará as diligências necessárias para comunicação das autoridades competentes, objetivando a abertura de processo administrativo sancionador e a realização de outras medidas cabíveis, incluindo a retenção de eventuais pagamentos devidos.

12.6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade ou à quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, salvo o montante necessário para garantir o abatimento de eventuais penalidades pecuniárias aplicáveis e o ressarcimento de eventuais prejuízos sofridos pela Administração, observado o disposto no subitem anterior.

12.7. No caso de rejeição do objeto/serviço, o Contratado deverá providenciar a imediata troca por outro/refazimento do serviço sem vício ou defeito, de acordo com o Termo de Referência e o requerimento indicado no subitem 2.3.1, dentro do prazo de 72 h, contado da notificação eletrônica enviada pelo Município, ou outro prazo indicado no Termo de Referência ou pelo Fiscal da Contratação, em decorrência da natureza do objeto e/ou das circunstâncias da

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca do produto/refazimento do serviço.

12.8. Após a inspeção e eventuais regularizações de pendências, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, disponibilizando uma das vias para o Contratado.

12.9. Havendo necessidade de adaptação da Nota Fiscal, em decorrência do conteúdo do Termo de Recebimento Definitivo, a nota fiscal eventualmente emitida pelo Contratado deverá ser alterada/cancelada, adaptando-se às regras e orientações contábeis estabelecidas pelo órgão municipal competente.

12.10. Na hipótese de o termo de recebimento definitivo não ser elaborado tempestivamente, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Secretaria Municipal da Fazenda Pública, pelo e-mail: compras@capanema.pr.gov.br, até 5 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo e desde que seja encaminhada, conjuntamente, a respectiva nota fiscal e algum documento que comprove efetivo fornecimento/prestação do serviço.

12.11. Na hipótese do subitem 12.10, a Secretaria Municipal da Fazenda Pública realizará os procedimentos para a liquidação da despesa e pagamento, sem prejuízo da comunicação ao órgão competente, para a tomada das providências cabíveis em relação aos responsáveis pela ausência do termo de recebimento definitivo de forma tempestiva, nos termos do regulamento.

12.12. O recebimento definitivo do objeto da contratação não exime o CONTRATADO, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Código Civil e Código de Defesa do Consumidor).

12.13. É vedado o recebimento provisório ou definitivo do objeto da licitação apenas por agente público sem vínculo efetivo com a Administração, salvo em hipóteses devidamente justificadas por escrito e inseridas no processo de contratação ou na liquidação da despesa, em razão da peculiaridade do objeto da contratação.

12.14. A veracidade das informações contidas no termo de recebimento definitivo é de exclusiva responsabilidade dos membros da comissão ou do servidor designado, se isentando de responsabilidade o membro que consignar no respectivo termo a sua discordância no ponto controverso da fiscalização.

12.15. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo poderá ensejar a responsabilização administrativa dos agentes públicos que se omitirem, aplicando-se o disposto no art. 218 da LCM 14/22, no que couber.

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) ensejar o retardamento ou atraso da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a vigência da contratação;

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

h) fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento durante a vigência da contratação;

i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação/contratação;

k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as regras básicas previstas neste instrumento e na LCM 14/22.

13.3. Será(ão) aplicada(s) ao(s) responsável(is) pelo cometimento da(s) infração(ões) administrativa(s) as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Capanema/PR;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão público de qualquer ente federado.

13.4. A sanção de **ADVERTÊNCIA** será aplicada quando ocorrer as infrações administrativas previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem 13.1 deste instrumento, quando não se tratar de reincidência e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5. A **MULTA DE MORA**, considerando o objeto da contratação e as informações contidas no Termo de Referência e seus eventuais anexos, sem prejuízo da multa compensatória, observará as seguintes regras:

a) quando houver prazo para o fornecimento do produto/prestação dos serviços em horas, a multa será de **2% (dois por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, por hora de atraso;

b) quando houver prazo para o fornecimento do produto/prestação dos serviços em dias, a multa será de **5% (cinco por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, por dia de atraso;

c) quando houver um cronograma para o fornecimento do objeto/prestação dos serviços, a multa será de **até 10% (dez por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, pelo descumprimento do cronograma, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" acima;

d) quando se tratar de fornecimento de produto ou de prestação de serviço para um determinado evento, em que haja horário marcado para a realização do fornecimento/execução do serviço, a multa será de **até 10% (dez por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, **por cada 15 (quinze) minutos de atraso**, até o limite de 45 (quarenta e cinco) minutos.

13.5.1. Em todas as hipóteses acima, será tolerado o atraso, com aplicação de multa, até o limite de tempo de atraso correspondente à **30% (trinta por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação. Caso haja extrapolamento do prazo de tolerância, será considerada a inexecução total da contratação.

13.6. A **MULTA COMPENSATÓRIA**, sem prejuízo da multa de mora, observará as seguintes regras:

a) **multa** de **0,5% (cinco décimos por cento)** até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do Contrato, previsto na Cláusula Quarta deste instrumento, de acordo com a gravidade e as consequências da conduta do licitante, nos termos do art. 227 a 229 da LCM 14/22, por infração a qualquer cláusula ou condição deste instrumento ou do Termo de Referência, não especificada nas alíneas seguintes, aplicada em dobro na reincidência;

b) **multa de até 15%** (quinze por cento) sobre do valor estimado do processo de contratação previsto na Cláusula Quarta deste instrumento, no caso de extinção/cancelamento

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

da contratação por ato unilateral da Administração, motivado por culpa do Contratado, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;

c) **multa de até 30%** (trinta por cento) sobre o valor estimado do processo de contratação previsto na Cláusula Quarta deste instrumento, quando configurada a inexecução total do fornecimento/prestação.

13.7. A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b" a "g" do subitem 13.1 deste instrumento, quando houver necessidade ou reincidência e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, o que impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de Capanema/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h" a "l" do subitem 13.1 deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b" a "g" do subitem 13.1 deste instrumento que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

a) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou pelo descumprimento das normas federais, estaduais e municipais no desempenho das suas atividades empresariais e/ou profissionais;

b) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.9. Sem prejuízo da aplicação das medidas cautelares administrativas, as sanções administrativas serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se as regras de aplicação e fixação das sanções e dos procedimento previsto na LCM 14/22.

13.10. A autoridade julgadora observará o limite máximo de sanções pecuniárias, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do processo de contratação previsto na Cláusula Quarta deste instrumento.

13.11. Na hipótese em que a conduta cometida pelo licitante ou contratado causar prejuízos à Administração Pública municipal ou a terceiros, o valor da indenização será calculado independentemente do limite das multas indicadas acima, devendo o valor da indenização corresponder ao real valor do prejuízo causado.

13.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.13. As multas aplicadas e as indenizações devidas serão recolhidas em favor do Município de Capanema/PR, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, em caso de inadimplência, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

13.14. Na hipótese de cobrança judicial a que alude o subitem anterior, serão observadas as regras estabelecidas no Código Tributário Municipal para fins de correção monetária e juros, devendo ser acrescidos os honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, e todas as custas e despesas processuais.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

13.15. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida das fases de instrução e de julgamento do processo administrativo sancionador, porém, somente será aplicada por decisão do Chefe do Poder Executivo municipal, ou por autoridade por ele designada.
13.16. As demais sanções são de competência da Comissão de Julgamento da Administração (CJA), na forma da LCM 14/22 e seu regulamento.
13.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e em outros sistemas disponibilizados pelos órgãos de controle.
13.18. As sanções previstas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.19. A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
13.20. Aplicam-se às contratações públicas, no que couber, as disposições dos arts. 408 a 416 do Código Civil.
13.21. As sanções administrativas contratuais previstas nesta Cláusula Décima Terceira não impedem a aplicação, pela Administração Pública municipal, de outras sanções previstas na Lei nº 12.846, de 2013 e na legislação aplicável.
13.22. Em havendo peculiaridades justificáveis, as sanções administrativas observarão as disposições previstas no Termo de Referência.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS E DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
14.2. O Contratante possui a prerrogativa de aplicar as medidas cautelares administrativas, nos termos dos artigos 245 a 247 da LCM 14/22.
14.3. O poder cautelar na seara do processo administrativo sancionador possui as seguintes finalidades:

a) garantir o sucesso dos trabalhos instrutórios da Administração;
b) o ressarcimento do patrimônio público lesionado pela conduta ilícita do infrator;
c) velar pela credibilidade e prestígio do serviço público perante a coletividade;
d) garantir a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público por meio das contratações.

14.4. As cautelares administrativas próprias são aquelas que podem ser deferidas no âmbito da própria administração pública sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
14.5. As cautelares administrativas impróprias são aquelas que para serem deferidas no âmbito do processo administrativo sancionador devem ser requeridas pela PGM e autorizadas pelo Poder Judiciário, por meio de medida judicial autônoma, quando presentes as denominadas cláusulas de reserva de jurisdição.
14.6. A decisão a respeito da aplicação de medidas cautelares administrativas próprias compete:

a) em primeira instância, ao presidente da CJA, *ad referendum* do colegiado;
b) em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada.

14.7. A PGM proporá as medidas judicias cabíveis para pleitear a aplicação de medidas cautelares administrativas impróprias, quando houver representação do presidente da CJA ou pelo Chefe do Poder Executivo municipal, ou pela autoridade designada.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

14.8. Em caso de risco iminente, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
14.9. Em não sendo a hipótese do subitem 14.8 e em se tratando de medida cautelar administrativa própria, o Órgão Central de Contratações Públicas procederá à intimação do licitante ou contratado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.
14.10. Sem prejuízo de outras medidas cautelares administrativas próprias típicas e atípicas, a Administração poderá aplicar as seguintes:

a) suspensão e retenção do pagamento;
b) suspensão do direito de licitar e contratar;
c) assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar;
d) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

14.11. A medida prevista na alínea "a" do subitem 14.10 aplica-se no âmbito do processo administrativo sancionador, não se confundindo com a suspensão ou a retenção do pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública no âmbito dos procedimentos de liquidação de despesa e de pagamento.
14.12. Aplicada a medida prevista nas alíneas "c" ou "d" do subitem 14.10, a Administração poderá dar continuidade à execução do objeto da contratação, por execução direta ou indireta, quando cabível.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Eventual dúvida a respeito da interpretação das normas legais e regulamentares a respeito da LCM 14/22 e deste instrumento será sanada por meio de consulta formal à PGM e decidida, ao final, pelo Chefe do Poder Executivo municipal.
15.2. Para a solução de casos omissos e para a interpretação das regras e consequências da presente contratação serão observadas as disposições contidas na LCM 14/22, na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e subsidiariamente na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 9.784, de 1999, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais que fazem parte integrante deste documento, independentemente de suas transcrições.
15.3. O contrato regular-se-á pelas cláusulas aqui previstas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 150, da LCM 14/22.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA HABILITAÇÃO

16.1. O Contratado fica obriga a manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as seguintes condições de habilitação:

a) jurídica;
b) fiscal e trabalhista;
c) técnica.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

17.1. O Contratado é objetivamente responsável, no âmbito civil, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de suas condutas e omissões na execução da contratação.
17.2. No âmbito administrativo o Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

17.3. O Contratado será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.
17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviço prestado.
17.5. O Contratado responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
17.6. O Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.
17.7. Incumbe ao Contratado o ônus da prova da origem do vício/defeito do produto/serviço.
17.8. Se por qualquer motivo a Administração municipal vier a ser demandada em juízo por terceiros, em razão do fornecimento do produto/prestação do serviço ora contratado, o Município irá se utilizar do instituto da denunciação da lide, oportunidade em que o Contratado irá se responsabilizar exclusivamente por eventuais indenizações estabelecidas pelo Poder Judiciário, mesmo que em desfavor do Município, isentando este de qualquer responsabilidade.

18. CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** - DAS MEDIDAS DE ANTICORRUPÇÃO, DE COMPLIANCE E DO CONFLITO DE INTERESSES
18.1. Em atendimento a Lei nº 12.846/2013, o Contratado deve observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.
18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"Prática Corrupta":** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **"Prática Fraudulenta":** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **"Prática Colusiva":** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **"Prática Coercitiva":** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **"Prática Obstrutiva":**

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alíneas anteriores e na verificação da qualidade e quantidade dos objetos entregues/serviços prestados;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.

18.3. O servidor público que constatar alguma das condutas previstas acima possui o dever funcional de encaminhar os fatos para apuração pelo Fiscal da Contratação, para a Procuradoria-Geral do Município e para a Controladoria Geral do Município, que adotarão as providências necessárias.
18.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de qualquer etapa decisória da fase interna da respectiva licitação, de qualquer etapa da fase externa na licitação ou da execução, controle e fiscalização da contratação o agente público municipal que mantenha vínculo de

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive de sócio ou administrador desta, que pretenda contratar ou que contrate com a Administração, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18.5. As vedações de que trata o subitem 18.4 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

18.6. O agente público municipal e o terceiro indicados nos subitens 18.4 e 18.5 deverão declarar-se suspeitos no processo de contratação, a partir da sua ciência de um possível conflito de interesses.

18.7. Não poderão participar desta contratação, direta ou indiretamente:

a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

d) a pessoa física ou jurídica que teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração, no âmbito do processo de contratação subsequente para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

g) a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital de licitação ou do início do processo de contratação direta, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

18.8. Configura conflito de interesses após o exercício de cargo, função ou mandado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais:

a) a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

b) no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria:

(i) celebrar com órgãos ou entidades dos Poderes Executivo e Legislativo municipais contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

(ii) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

18.9. Além de configurar conflito de interesses, estende-se aos casos indicados no subitem 18.8 a vedação de contratação prevista na alínea "e" do subitem 18.7, no que couber.

19. CLÁUSULA **DÉCIMA NONA** - DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial do Município será providenciada pelo Contratante e a íntegra do processo de contratação direta será divulgada no Portal de Transparência do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura deste instrumento.

20. CLÁUSULA **VIGÉSIMA** - DO FORO

20.1. As questões decorrentes do presente instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, na Comarca de Capanema/PR.

E assim, foi lavrado o presente instrumento, que vai assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Américo Bellé, e pelo(a) **Sr.(a) JULIANI APARECIDA AGNES -**, representante da Contratada.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 29 de abril de 2024.

AMERICO BELLE:24059587915

Assinado digitalmente por AMERICO BELLE:24059587915
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=AMERICO BELLE:24059587915
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.06.17 09:55:11-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JULIANI APARECIDA AGN
Representante Legal
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
Fornecedor

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968

Assinado digitalmente por ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.06.17 09:55:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Esse documento foi assinado por Viviane Rodrigues Dos Santos e Juliani Aparecida Agnes. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

0 B 247

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✔ Viviane Rodrigues Dos Santos - Testemunha (CPF ***.428.189-**) em 11/06/2024 16:36 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.186.73.66	Lat: -25,431245 Long: -49,269965 Precisão: 59561 (metros)
Autenticação	viviane.santos@sistemafiep.org.br (Verificado)
Login	

aiNDSvlx6OObnSqAKZSMShSk7vlGfVuoZsc9X1uJAXI= SHA-256

✔ Juliani Aparecida Agnes - Signatário (CPF ***.508.570-**) em 12/06/2024 09:13 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.186.73.66	Não disponível
Autenticação	juliani.agnes@sistemafiep.org.br
Email verificado	

YP6fimVhZqQT4Um9yxJYfRwwr9wIA2RL73zJnkf65Yo= SHA-256

0624

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate/WJ2X7-H9STG-6WWAN-7Y48L

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.sistemafiep.org.br/validate

DESPACHO

Com relação a dispensa de licitação 17/2024: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, EM CAPANEMA – PR.** Publique-se no site: https://www.capanema.pr.gov.br o processo licitatório na íntegra.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque
Caminho do Colono, ao(s) 18 dia(s) do mês de junho de 2024.

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas
Do Município de Capanema